

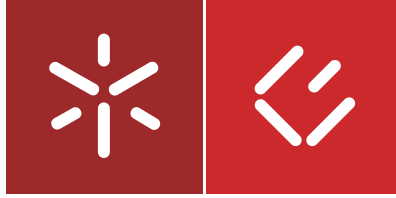


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Diana Patrícia dos Santos Lima

Discursos para a Independência:
a Escócia e o Referendo de 2014





Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Diana Patrícia dos Santos Lima

Discursos para a Independência:
a Escócia e o Referendo de 2014

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais

DECLARAÇÃO

Nome: Diana Patrícia dos Santos Lima

Endereço eletrónico: dianap_9@hotmail.com

Telefone: 913 298 147

Número do Cartão de Cidadão: 14152965 – 2 ZZ6

Título da dissertação: Discursos para a Independência: a Escócia no Referendo de 2014

Orientadora: Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Ciência Política

**É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA
EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO,
QUE A TAL SE COMPROMETE**

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

A primeira palavra de agradecimento não poderia deixar de ser para a minha família. Aos meus pais e à minha irmã, que sempre compreenderam as exigências com que me deparei ao longo deste percurso em que tive de conciliar o meu emprego com a elaboração desta dissertação, muito obrigada.

Aos meus amigos, parte fundamental da minha vida, que além dos conselhos e da especial atenção que sempre dedicaram ao meu percurso académico, ininterruptamente me deram força para continuar.

Desejo igualmente agradecer à Dra. Diana Pereira pela leitura atenta e revisão linguística da dissertação e à Dra. Ana Rita Carvalho pela preciosa ajuda na formatação deste trabalho.

Presto um agradecimento muito especial à minha orientadora, a Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais, que desde o primeiro dia se tornou uma inspiração. Agradeço todo o trabalho que dedicou a esta dissertação, todo o apoio prestado e valiosos ensinamentos, mesmo quando as circunstâncias foram as mais complicadas.

Agradeço ainda a todas as pessoas que contribuíram para o meu crescimento pessoal e académico.

RESUMO

A ideia de identidade nacional é parte incontornável da História da ação e das ideias políticas. É nesse conceito que se centra o nosso trabalho, ao procurar na investigação de discursos políticos, a sua relação com a identidade nacional na Escócia.

A Escócia realizou em 18 de setembro de 2014 um referendo que visava decidir se aquela se tornaria ou não independente. No processo que conduziu ao referendo, destacaram-se dois lados em oposição: de um lado os defensores do “Sim” - movimento *Yes Scotland*, e do outro lado os apologistas do “Não” - o movimento *Better Together*.

O nosso estudo recai sobre a possibilidade de a campanha do referendo (enquanto forma de consulta popular escolhida para decidir democraticamente o futuro de uma nação que pediu a reflexão sobre a independência) espelhar diferentes leituras da identidade nacional escocesa, através da identificação e análise de palavras e expressões que revelem se a Escócia possui uma ou mais imagens de si enquanto nação, e se aquelas, a existirem estão mais ou menos próximas da leitura moderna do nacionalismo ou de uma leitura pós-moderna, chamemos-lhe assim. Nesse sentido, o presente trabalho busca igualmente analisar de forma crítica a relação entre a Escócia e o Reino Unido, enquanto partes que se influenciam mutuamente (seja por atração seja por exclusão) na construção do sentido escocês de ‘Nós’.

Para o efeito, serão fundamentais na nossa análise a operacionalização dos conceitos de nação, Estado, nacionalismo, identidade nacional e discurso.

Procuramos levantar questões, e sobretudo, procuramos ir ao encontro do sentido mais profundo das palavras.

PALAVRAS-CHAVE

Nacionalismo, identidade nacional, referendo, discursos, independência, Escócia.

ABSTRACT

The idea of national identity plays an undeniably major role in the history of political actions and political ideas. It is on this concept that we focus our attention, by looking particularly into the political speeches as discursive locus that may provide relevant clues on the Scottish national identity.

Scotland held on September 18, 2014 a referendum to decide whether or not the country would become independent. In the process leading to the referendum, two sides were revealed in opposition: on the one side the supporters of "Yes" - Yes Scotland movement, and on the other side, the advocates of the "No" - the movement Better Together.

Our study focuses on the possibility that the referendum campaign (as a form of popular consultation chosen to decide democratically the future of a nation that was called to reflect on the possibility of embracing independence) reveals different visions upon Scottish national identity. We explore such possibility by analyzing words and expressions that appear in the campaign speeches as "conveyors" of Scotland's images of itself as a nation. We also explore whether such images are more or less closer to a modern reading of nationalism or instead of a postmodern interpretation, so to speak. To accomplish fully our goals, we also intend to examine critically the relationship between Scotland and the UK as interdependent parts of mutual influence (either by attraction or by exclusion) in the construction of the Scottish sense of 'We'.

In light of this, the operationalization of the concepts of nation, state, nationalism, national identity and discourse will be particularly relevant to this dissertation.

We seek to raise questions, and above all, we seek to encounter with the more profound meaning that animates words.

KEYWORDS

Nationalism, national identity, referendum, discourses, independence, Scotland.

ÍNDICE

| | |
|---|------|
| Agradecimentos..... | iii |
| Resumo..... | v |
| Abstract..... | vii |
| Índice de Figuras | xi |
| Índice de Tabelas | xiii |
| Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos..... | xv |
| Introdução..... | 1 |
| I.1. Enquadramento do tema e objetivos do estudo | 1 |
| I.2. Metodologia e estrutura da dissertação | 4 |
| Identidade Nacional: Aceções do Nacionalismo | 9 |
| Identidade Nacional Escocesa..... | 25 |
| III.1. Introdução | 25 |
| III.2. Como se forjou o nacionalismo escocês?..... | 30 |
| III.3. Identidade Moderna e Pós-Moderna | 33 |
| O Partido Nacionalista Escocês..... | 45 |
| IV.1. Origens e a trajetória do SNP – breves considerações..... | 45 |
| IV.2. O SNP e o nacionalismo pós-moderno da Escócia | 50 |
| IV.3. O Acordo de Edimburgo com vista ao referendo de 2014 | 53 |
| Os Referendos..... | 57 |
| V.1. O Referendo na Teoria Democrática | 57 |
| V.2. Os Referendos no Reino Unido: algumas questões | 63 |
| V.3. 1997, e o referendo na Escócia | 66 |
| V.4. O Referendo de 2014 | 68 |
| V.5. Contornos da Campanha do Referendo de 2014 | 72 |
| Metodologia de Investigação | 75 |
| VI.1. A escolha metodológica – a análise do discurso | 75 |
| VI.2. Principais diferenças entre Análise de Discurso e Análise de Conteúdo | 85 |
| VI.3. Como se traduz na prática a análise do discurso?..... | 86 |

| | |
|--|--------|
| Análise - A Identidade Nacional na Campanha para o Referendo da Escócia | 89 |
| VII.1. Discurso a discurso | 90 |
| VII.1.1. O reservado comentário da Rainha..... | 90 |
| VII.1.2. David Cameron e a importância da Escócia como parte do Reino Unido | 91 |
| VII.1.3. Impulsionar a independência – <i>Yes Scotland</i> | 97 |
| VII.1.4. Um mês para o referendo – a perspectiva de Alistair Carmichael..... | 99 |
| VII.1.5. O primeiro-ministro Escocês na demanda pela independência | 102 |
| VII.1.6. Blair McDougall, o responsável pela campanha <i>Better Together</i> | 105 |
| VII.1.7. A promessa – uma coligação em função de uma causa..... | 108 |
| VII.2. “ <i>Framing</i> ” – o ângulo da Identidade nacional e as discrepâncias dos movimentos em oposição..... | 110 |
| Considerações Finais..... | 117 |
| Referências Bibliográficas | 127 |
| Anexo I – O Acordo de Edimburgo..... | i |
| Anexo II – Artigo 30 do Acto da Escócia de 1998 | ix |
| Anexo III – Political Parties, Elections and Referendums Act 2000 | xi |
| Anexo IV – Discurso de David Cameron | xxv |
| Anexo V – Discurso do Partido Nacionalista Escocês | xxxiii |
| Anexo VI – Discurso de Alistair Carmichael..... | xxxv |
| Anexo VII – Discurso de Alex Salmond | xxxvii |
| Anexo VIII – Discurso de Blair McDougall | xliv |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura I - Mensagem da Campanha Yes Scotland | 73 |
| Figura II – “ <i>How many ontologies and epistemologies in the social sciences? How many approaches in the social sciences? An epistemological introduction</i> ” | 75 |
| Figura III - Sondagem das intenções de voto nos últimos três meses da campanha (não foram contabilizados os indecisos) | 108 |
| Figura IV - Capa do Jornal Daily Record a dar conta "da promessa" | 108 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela I - Quadro 5-3 Vantagens e Desvantagens da Investigação qualitativa (adaptado) | 76 |
| Tabela II – Critérios de Orientação na Análise do Discurso..... | 86 |
| Tabela III - Palavras-chave retiradas dos discursos políticos da campanha eleitoral do referendo de 2014. | 110 |
| Tabela IV - Imagens suscitadas pelas mensagens políticas para construção de posições sobre o referendo..... | 114 |
| Tabela V - O que em cada facção se associa à sua identidade coletiva..... | 115 |

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

PPERA - *Political Parties, Elections and Referendums Act*

SNP – *Scottish National Party*

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgéneros

UK – *United Kingdom*

GB – *Great Britain*

NHS – *National Health System*

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

“À primeira vista, o referendo oferece uma escolha simples: um voto ‘Sim’ para a independência ou o voto ‘Não’ para o *status quo*. A realidade é menos simples (...) envolve muito mais do que continuidade no relacionamento da Escócia com o resto do Reino Unido” (Jeffery & Pernam 2014: 37).

I.1. Enquadramento do tema e objetivos do estudo

A Escócia viveu em setembro de 2014 um momento histórico – a consulta popular sobre se o país se poderia tornar independente. “*Should Scotland be an independent country?*” (Deve a Escócia tornar-se um país independente?), foi a questão colocada no processo da campanha mais longa da história desta nação – de outubro de 2012 a setembro de 2014. O resultado acabou por decretar um “Não” à independência, o que não deixa de ser uma enorme simplificação do que terá realmente acontecido. Neste processo, dois lados, que eram também duas formas de olhar a identidade nacional escocesa, o seu passado e sobretudo o seu futuro, estiveram em confronto: – de um lado, a defesa da independência, do outro lado, a defesa da continuidade no Reino Unido. O objetivo central deste estudo está em perceber como a argumentação de cada lado em confronto na campanha do referendo de 2014 se constrói em torno da identidade nacional escocesa, como a explora, e ao fazê-lo que identidade nacional é essa que surge afinal em cada um dos lados em confronto.

Menos importante, mas igualmente ambicionado, será também a tentativa de perceber se a campanha do referendo tinha já em si sinais que permitissem antecipar aquele que seria o seu resultado.

A campanha a que assistimos ao longo de 2014, com maior intensidade nos meses e semanas que antecederam o referendo, acabou por espelhar a luta política, em torno da qual convergiram interesses coletivos e individuais. Por trás da campanha há uma história que vale a pena contar e explorar mas apenas na exata medida em que nos permita melhor compreender os discursos produzidos no contexto da mesma. Frisamos pois que este não é um trabalho sobre regionalismos na Europa. É, sim, uma dissertação que analisa o discurso político quer na sua capacidade de orientação da decisão última do cidadão, quer na sua capacidade de invocação

da identidade nacional como matéria inacabada. É pois também uma dissertação sobre o modo como o discurso político verbaliza valores, aspirações, imagens do “Eu” coletivo, da identidade nacional e sobre o modo como aquele se revela mais ou menos eficaz nas estratégias que elege para implementação de propostas políticas e sociais ancoradas em determinada visão da identidade nacional.

A campanha rumo ao referendo sobre a independência da Escócia é um campo ainda pouco explorado, em virtude de ter decorrido apenas em 2014, mas que já se assume como um *case study* muito importante para a compreensão da identidade nacional num contexto pós-moderno, pelo que nesta fase de “rescaldo” se torna fundamental estudar tanto as suas causas, os diversos atores implicados dentro e fora da Escócia, como as diversas consequências decorrentes do seu resultado.

Pese embora o enunciado do nosso objetivo central, não deixaremos de ter em atenção, ainda que de forma circunscrita, todo um conjunto de questões que se prendem muito diretamente com o nosso trabalho, tais como:

- a) A necessidade de observar a clássica distinção entre Estados e nações;
- b) A necessidade de enquadrar essa emergência nacionalista no que podem ser consideradas estratégias de negociação do poder político que resultam da própria visão da União Europeia sobre a Europa e as Regiões;
- c) A relevância dos referendos enquanto instrumento de democracia deliberativa, mas também de democracia representativa;
- d) A forma como a estratégia da campanha eleitoral atenta nos conceitos da identidade e nacionalismo.

Sempre tendo em mente o nosso objetivo central, é nosso propósito analisar o discurso político no contexto da campanha eleitoral para o referendo na Escócia em 2014, tomando as seguintes questões como pontos de partida do trabalho de categorização:

- a) O que é dito (mensagens nos *media*; discursos em campanha);
- b) Sobre o quê (conteúdo);
- c) Como é dito (por que meios de comunicação; de que forma);

- d) Por quem é dito (atores);
- e) Que reações suscita (debate e sua intensidade);
- f) Que pensamento político/ agenda política suporta as mensagens de um e do outro lado da campanha;
- g) A que estratégias políticas, culturais, económicas parecem apelar as mensagens de ambos os lados;
- h) Que palavras são mais insistentemente empregues;
- i) Que visões de identidade coletiva (nacional, cultural) se podem associar a um e a outro lado da campanha;

Eis algumas das questões que teremos em mente e que claramente nos obrigarão a enveredar por uma análise do discurso, técnica sobre o qual teremos especiais cuidados metodológicos.

Especificamente pretendemos avaliar:

- Os principais atores e mobilizadores dos discursos;
- A estratégia comunicacional de cada facção, em particular na escolha dos temas/ assuntos que vão sendo invocados ao longo da campanha;
- Os pontos fortes e fracos dos discursos políticos das duas facções em oposição.

A campanha de um referendo está para além das polaridades ideológicas que tipicamente emergem dos debates políticos e da apresentação de diferentes programas de governação no decurso das campanhas eleitorais. Na campanha para um referendo, vários partidos podem até estar do mesmo lado, pois o que os une ou desune não é a ideologia de base mas sim uma causa, associada à defesa de determinados interesses. Dito de outro modo, as suas ideologias estão naturalmente presentes, mas em última instância, o que determina o seu posicionamento num referendo é o modo como cada um lê a causa em questão, seja essa leitura amplamente marcada pela sua ideologia de base, seja ela marcada por outras razões ditadas pelo pragmatismo político de cada momento histórico.

Ora, no esforço de conduzir o cidadão a aderir ou não a determinada causa, o que se diz e como se diz assume um papel determinante na campanha para um referendo. Assim, ainda que

não consigamos apurar em definitivo qual o papel que o discurso político teve na decisão final do cidadão, procuraremos analisar o que foi dito e como foi dito, como forma de chegar ao sentido, à intencionalidade das palavras empregues por cada facção envolvida. Será com base nessa análise que tentaremos verificar a validade das seguintes hipóteses de trabalho:

HIPÓTESE 1: O discurso político espelha orientações ideológicas sobre a identidade nacional e explora a dimensão emocional da relação do sujeito com a sua identidade coletiva;

HIPÓTESE 2: O discurso político interno absorve os discursos políticos produzidos na esfera internacional, ajustando-os à sua agenda;

HIPÓTESE 3: A dinâmica do referendo na Escócia é integrada por outros discursos políticos externos, consoante o seu interesse pelo “Sim” (caso dos independentistas na Catalunha) ou pelo “Não” (caso claro da Inglaterra).

I.2. Metodologia e estrutura da dissertação

Um projeto de investigação de grande envergadura exige algo que o suporte, que prove a sua validade: uma metodologia. No trabalho que nos propomos concretizar, precisamos de uma metodologia que aspire decifrar o sentido do discurso político na relação que este apresenta com o conceito de identidade nacional. Por isso, optamos por uma abordagem interpretativa e por uma análise qualitativa de sete discursos políticos da autoria de atores-chave na campanha para o referendo na Escócia. Trata-se de um número restrito de discursos, que se explica pelo facto de não estarmos em busca de grandes quantidades de dados que nos revelem padrões e regularidades, mas sim sublinhados, de uma análise detalhada de cada discurso que permita responder às questões pré-identificadas neste capítulo, e alcançar desta feita os objetivos a que nos propomos neste trabalho. Neste sentido, a análise de discurso parece ser a escolha técnica mais indicada, dado ser “uma designação comum a múltiplas formas de analisar a relação entre o sentido e a linguagem, bem como as suas repercussões sociais e políticas” (Carvalho 2000: 148).

A escolha recai sobre a técnica que melhor nos permite ir ao encontro dos possíveis sentidos das palavras, em contraponto com uma outra técnica de análise que pela sua expressão qualitativa também poderíamos usar, mas que será aqui descartada. Falamos da

análise de conteúdo, um tipo de técnica que prima pelo estudo do conteúdo em si, ou seja, que tenta desconstruir a mensagem somente com base no que está expresso, acabando assim por não atender ao sentido mais amplo e menos evidente do discurso.

A análise de discurso que aqui iremos realizar desdobra-se em várias “páginas”. A primeira nesta busca pelo sentido do discurso passa pela análise narrativa. A narrativa envolve “uma ação, uma conclusão ou resultado, personagens, e um palco ou quadro de ação. Um dos traços próprios da análise de narrativas é a atenção dedicada ao texto, como um todo, ao significado, como resultado de uma estrutura específica” (Carvalho, 2000). A narrativa não transforma o texto em temas ou estruturas menores, trata-o como uma peça integrada, alicerçada na interpretação do próprio investigador. Para complementar esta desconstrução geral da mensagem subjacente ao discurso, optamos também por criar uma tabela onde escolhemos criteriosamente as palavras que simbolizam as ideias centrais que orientam a construção dos discursos analisados. É um procedimento metodologicamente tratado como “*frame*”, uma espécie de foco que permite organizar e indicar o que dá sentido à narrativa. É, como elucida Carvalho (2000), um “processo de perspetivação e enquadramento, sendo no fundo o resultado de seleção e composição. Seleção é um exercício de inclusão e exclusão de factos, opiniões, juízos de valor. Composição é o arranjo destes elementos de forma a produzir um determinado sentido”. No contexto da nossa análise, o “*frame*” surge também com o intuito de ajudar pela deteção de vocabulário, a evidenciar a separação entre os dois lados da campanha: os defensores do “Sim” e os defensores do “Não”.

Para perceber e interpretar os discursos políticos do referendo da independência é necessário saber o contexto em que eles estão inseridos. Por isso, a nossa dissertação está estruturada de forma a explicitar quer os enquadramentos histórico-políticos, económicos e culturais que acompanham a génese da questão levada a referendo, quer os conceitos centrais que nesses enquadramentos emergem como incontornáveis no processo de verificação das nossas hipóteses de trabalho. É neste sentido que o conceito de identidade nacional surge como central na nossa análise, a ele se dedicando em particular o segundo capítulo. Trata-se de um capítulo que percorre a complexidade deste e outros conceitos que lhe estão intimamente ligados como Estado e nação, através de um revisitar das propostas teóricas de alguns autores já tidos como clássicos. O mapeamento destes conceitos, suscetíveis, como sabemos, pela força

das relações históricas que os uniram, a múltiplas justaposições e más interpretações, é um esforço fundamental para de seguida percebermos, no capítulo terceiro, a análise que propomos à identidade nacional na Escócia.

Cada caso é um caso e a Escócia é uma nação com as suas especificidades. Para a compreendermos, temos naturalmente de perceber que relações históricas existem entre a Escócia e a União que a acolhe; em que se alicerça a identidade nacional escocesa; e sobretudo de que forma o nacionalismo enquanto ideologia política do Estado procura articular a identidade nacional com a própria ideia de independência por um lado e de permanência no Reino Unido por outro. Por outras palavras, importa em especial esclarecer se para a identidade nacional escocesa bastam os modelos explicativos invocados no contexto moderno, ou se, pelo contrário, a identidade nacional escocesa espelha a complexidade pós-moderna das identidades coletivas exigindo para o efeito modelos explicativos específicos.

Entretanto, já no capítulo IV, veremos como a formação e evolução do nacionalismo escocês são em muito devidas ao papel do Partido Nacionalista Escocês. A sua origem, a sua história e os seus valores são por isso importantes para perceber de que forma este partido político, que tão pouca relevância tinha quando foi criado, conseguiu atingir uma maioria absoluta, formar governo, e assinar com o governo central do Reino Unido, o acordo que determinaria a concretização do referendo para a independência – o Acordo de Edimburgo.

Este acordo determinou que a consulta popular seria feita através do recurso ao referendo, a palavra-chave do capítulo V. O referendo é habitualmente um instrumento da democracia direta, no entanto, iremos analisar a sua pertinência num cenário de democracia representativa, o *modus operandi* da política do Reino Unido. Vamos mais longe e debatemos a forma como um novo tipo de democracia - a democracia deliberativa - consegue superar algumas lacunas da democracia representativa e apresenta um potencial acrescido na legitimação do referendo enquanto instrumento que efetiva a maior proximidade do cidadão ao poder político, aumentando a própria credibilidade do regime democrático junto dos eleitores e dos cidadãos em geral.

O Reino Unido tem uma tradição de referendos, usando-os predominantemente em questões relacionadas com reivindicações de poder. Antes de passar para a análise e explicação

do referendo que teve lugar na Escócia em 2014, e que vai ser o mote de todo o capítulo V urge explicar o quanto os referendos foram importantes nos ganhos de poder e autonomia escocesa dos últimos anos, ajudando a explicar também as aspirações independentistas de pelo menos parte da sua população e da sua classe política.

Perceber os discursos políticos do referendo sobre a independência exige mais do que conhecer factualmente o presente e o passado que aqueles invocam; exige interpretar a intenção do que é invocado. Daí a importância de eleger as ferramentas de análise certas, tal como o capítulo epistemológico (VI) tentará demonstrar, ao apresentar as razões que em nosso entender validam a nossa opção pela análise de discurso. Só depois estaremos em condições de passar ao capítulo VII, à análise narrativa e ao “*framing*” dos discursos políticos. As conclusões, resultados e considerações finais serão deixadas para o último capítulo, alicerçado na reflexão e interpretação de todo o processo de produção de conhecimento presente ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO II

IDENTIDADE NACIONAL: ACEÇÕES DO NACIONALISMO

Identidade nacional, nacionalismo, nação, Estado, são conceitos que nos habituaram a complexas relações históricas, estando profundamente marcados pelas geoculturas, na expressão já clássica de Immanuel Wallerstein, em que foram emergindo e aprendendo a negociar o seu sentido. São, por isso, conceitos de substância volátil, contingente aos povos e às suas contemporaneidades e necessariamente por isso difíceis de definir. Num esforço também ele geoculturalmente marcado, podemos desde já situar, para o que nos interessa, o tempo e o espaço de surgimento destes conceitos como sendo o século XVIII europeu. Um tempo de intensas lutas históricas que lhe valeram o título de Século das Revoluções¹, ainda que uma das mais importantes, a Revolução Parlamentar Inglesa, tivesse ocorrido um século antes da Revolução Francesa que, da tríade completa pela Revolução Americana, é aquela que à cabeça mais se destaca na cultura popular. O tempo do século das revoluções é na verdade um tempo mais longo, iniciado bem antes de 1700, como aliás acabamos de afirmar, e que em boa verdade se prolongou, ininterrupto, até boa parte do século XX, o século da densificação dos processos de globalização. São aliás esses processos e os atores que os desenvolvem, que, pela diversidade das suas naturezas - estatais, não estatais, nacionais, sub-nacionais, supranacionais, transnacionais – parecem ditar a necessidade de uma nova linguagem capaz de traduzir a sua inovação. Por outras palavras, é nos fenómenos da Globalização como o esbatimento de fronteiras, a reinvenção da soberania estatal, a proliferação de dinâmicas e de atores transnacionais, que vemos o fim da Era Moderna de que o século das revoluções foi o lídimo representante, e o anunciar de um novo tempo, ainda mal compreendido a que, à falta de melhor termo, convencionamos designar de Pós-Modernidade.

¹ Como explica Isabel Estrada Carvalhais (2004) “como e quando surgem as lutas históricas que se lhe associam, e que razões em particular movem os seus protagonistas, são questões a que só a história de cada sociedade pode responder”.

Olhemos então para cada um dos conceitos com que abrimos este capítulo. Na célebre indagação de Ernest Renan, o que é afinal uma nação? Como se define? Que características deve ter? O tempo, os contextos e a interpretação impedem uma definição única. Aliás, a própria formulação das nossas questões não está de modo algum isenta de severas críticas. Bastará para tanto lembrarmos-nos da crítica de Rogers Brubaker (1996) à formulação de Renan, pelo facto de esta pressupor que a nação existe em si mesma como uma coisa, como algo palpável, objetivo, quando pelo contrário - e seguindo aqui o raciocínio de outro autor a que iremos recorrer, Anderson - a nação será sobretudo o produto da imaginação coletiva de um povo². E se a nação é o que queremos que ela seja, o resultado de uma vontade, então, a própria pergunta “Que características deve ter?” estará ferida de vício pelo facto de sugerir uma leitura normativa sobre algo que afinal emanará das circunstâncias e da vontade de um povo.

Mas continuemos com a nossa análise ao conceito de nação. “A sua relação com o fator étnico³”, por exemplo, é na visão de alguns autores um elemento-chave na sua explicação embora implicando diferentes visões, “(...) do momento histórico em que se situa a sua emergência” (Silva 2006: 33). Autores como Hastings (1997) e Smith (2009) colocam o

² Diga-se, a bem da verdade, que Renan não advoga a existência da nação como ‘coisa’ nascida de uma dada consanguinidade, mas sim como resultado da vontade de um povo e nesse sentido, a interpretação de Renan estará até bem mais próxima da de Anderson. Voltaremos mais adiante a falar da perspectiva de Renan sobre a nação.

³ No seu artigo “Etnicidade e identidade étnica”, Luvizotto (2009) explica que “conceção de etnicidade está além da definição de culturas específicas e, portanto, é composta de mecanismos de diferenciação e identificação que são acionados conforme os interesses dos indivíduos em questão, assim como o momento histórico no qual estão inseridos”. O mesmo autor faz um apanhado das diversas concepções sobre o conceito: “Segundo Poutignat & Streiff-Fenart (1998), nas diversas formas de conceituação, a etnicidade pôde ser definida como caráter ou qualidade do grupo étnico (Glazer & Moynihan, 1975), como fenómeno situacional (Williams, 1989), como o sentimento de formar um povo (Gordon, 1964), como o relacionamento entre grupos que se consideram e são considerados culturalmente distintos (Eriksen, 1991) ou como fenómeno de natureza política ou económica, remetendo a grupos de pessoas unidas em torno de interesses comuns (Cohen, 1974). As contribuições desses e de outros autores permitem avançar no sentido de considerar as especificidades de uma identidade propriamente étnica. Lapierre (1998) e Poutignat & Streiff-Fenart (1998) propõem que a identidade étnica é uma forma de organização social cujo sistema de categorização se fundamenta numa origem suposta. A partir dos estudos de Barth (1998), torna-se possível definir grupo étnico como uma forma de organização social, que expressa uma identidade diferencial nas relações com outros grupos e com a sociedade mais ampla. A identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar a sua solidariedade. Nessa concepção, a continuidade dos grupos étnicos não é explicada em termos de manutenção de sua cultura tradicional, mas depende da manutenção dos limites do grupo, da contínua dicotomização entre membros e não membros (nós/eles). Os traços culturais que demarcam os limites do grupo podem mudar, e a cultura pode ser objeto de transformações, sem que isso implique o esvaziamento da solidariedade étnica”.

A Etnia poderia ser entendida como um obstáculo potencialmente grave para a construção da nação e da integração nacional, como alerta Brubaker (1996), mas pode também ser vista como constitutiva da nação.

enfoque precisamente na componente étnica. A nação torna-se o “grupo formado a partir de um ou vários grupos étnicos, e normalmente identificado por uma literatura própria [que] possui ou reivindica o direito à liberdade e à autonomia políticas enquanto povo, bem como o controlo de um dado território...” (Hastings 1997: 3 *in* Silva 2006: 32-33). Estas “comunidades autodefinidas” como defende Smith (2009) definem-se pela partilha de símbolos, mitos, memórias, valores e tradições, e pela ligação com um determinado território, o local de nascimento. “As nações, por definição, vão-se formando em função dos processos simbólicos como a definição de fronteiras, os mitos de origem e cultura simbólica” (Smith 2009: 49).

A nação aparece-nos assim como um centro de partilha de símbolos, de território, de língua, como uma entidade própria que se transforma dentro de um padrão de fronteiras. Está associado, como defende Habermas, a uma descendência, a uma cultura e histórias comuns, espelhando assim “uma determinada forma de vida” nas palavras de Balakrishnan (1996: 282).

Dito assim, a nação parece-nos na verdade algo de muito palpável, como se pudéssemos afirmar com assertividade que as conexões entre uma dada história, território, língua e cultura seguem uma espécie de plano cósmico que lhes garante uma singularidade absoluta e uma razão de existir que se justifica por si mesma. Mas, não será que tudo isto existe porque o imaginamos como importante? Benedict Anderson (1991: 11) diz-nos que sim. Anderson apresenta a nação como uma comunidade política imaginada que é “intrinsecamente limitada e soberana”. É limitada porque tem fronteiras físicas e simbólicas, naturais e convencionais definidas, no espaço das quais se encontra com outras nações. O mesmo autor traça o exemplo de que ninguém espera que um dia todos os membros da Humanidade se juntem numa única nação onde os cristãos possam sonhar com um planeta plenamente cristão.

A nação é também soberana pois consegue sobreviver sob o lema da liberdade em diferentes cenários, de que é exemplo a pluralidade religiosa que, em circunstâncias normais, suscita quezílias. É, ainda, imaginada como uma comunidade porque, independentemente das desigualdades que possam existir, a nação é sempre concebida com camaradagem e com fraternidade, “é sempre pensada como uma união profunda e horizontal”, o que “torna possível, ao longo dos últimos dois séculos, para tantos milhões de pessoas, matar e estar disposto a morrer por tais imaginações” (Anderson 1991: 17).

Gellner (1983), por sua vez, vê as nações assim como os Estados, como uma contingência e não uma necessidade. Gellner faz depender a nação em absoluto da presença do Homem como animal social. Dois homens são da mesma nação porque partilham a mesma cultura⁴ ou simplesmente porque se reconhecem enquanto pertencentes à mesma nação. “O homem faz as nações”, sendo elas é o “artefacto das lealdades e solidariedade dos homens”. Todavia, Gellner (1983) reconhece que existe uma série de características associadas a uma nação, como o facto de os indivíduos se inserirem numa categoria – serem habitantes de um determinado território ou falarem a mesma língua – e onde reciprocamente aceitam os seus direitos e deveres. É, no entanto, o reconhecimento do ‘Outro’ enquanto par, enquanto parceiro, enquanto igual, que transforma esta espécie de ‘comunidade’ em nação.

Nenhuma das definições apresentadas é totalmente satisfatória. As diversas críticas atribuídas ao conceito de nação levam Hobsbawm (1992) a optar por não aplicar nenhuma definição à sua teoria, usando a nação apenas como um meio para a explicação do fenómeno do Estado-Nação. Há, no entanto, ideias-chave que podemos reter, para organizar a partir daí um conjunto de características que funcionem como guia do nosso estudo: a nação é uma comunidade imaginada, dependente do ser humano enquanto ser iminentemente social, bem como das suas escolhas e da partilha feita com os seus pares.

Mas, onde surge nesta narrativa, o Estado? Será ele o suporte físico de que a nação precisa para garantir a sua concretização? A nação surge antes ou depois do Estado? Chegam a intersestar-se? Gellner sustenta que “eles [a nação e o Estado] foram destinados um ao outro, [e] um sem o outro é incompleto” (1983: 6). Porém, sustenta que o seu surgimento advém de forma independente, já que “o Estado surgiu sem a ajuda da nação e algumas nações têm certamente nascido sem a bênção do seu próprio Estado” (Gellner 1983: 6). A questão a debater, na opinião do autor, deve ser pois se a ideia de nação, no seu sentido moderno, pressupõe ou não a existência do Estado.

Como veremos, há nações sem Estado alicerçadas nos ideais “imaginários” Andersonianos. Grande parte do século XIX debruçou-se sobre o que constitui um povo, contrapondo dois

⁴ “Num contexto em que a cultura é considerada um sistema de ideias, sinais, associações, formas de comportamento e comunicação” (Gellner 1983).

principais conjuntos de teses: um inspirado no princípio do *jus sanguinis*, ou direito de sangue, onde a nacionalidade de um indivíduo é atribuída por ascendência; e outro alicerçado no princípio do *jus soli*, ou o direito de solo, onde a nacionalidade é atribuída em função do local de nascimento de um cidadão⁵. No primeiro conjunto de teses, encontramos autores como o alemão Johann Gottlieb Fichte, que sustenta que são categorias como o sangue, a raça ou a língua que criam uma nação. É, portanto, imutável e inerente ao indivíduo. Por outro lado, Ernest Renan, filósofo francês já aqui referido, considera que é a vontade dos cidadãos em construir um futuro que define um povo. Esta acaba por ser a teoria mais adotada nos tempos modernos⁶. Nestas circunstâncias, como nota Afonso (2001), os movimentos nacionais existiam sem um Estado preexistente. “Nação ou o povo, como sede da soberania máxima, não podiam ser definidos por uma cidadania comum, sendo, em vez disso, concebidos em termos (ditos objetivos) de língua, cultura, religião, e outros critérios históricos ou étnicos, frequentemente com conotações racistas e insinuações fundamentalistas” (2001: 17).

Enquanto organismo natural, Smith (2009: 62) lembra que a nação pode anteceder o Estado, que pode aqui ser definido como um conjunto de instituições autónomas que exercem o monopólio da coerção em determinado território. Mais pormenorizadamente, Afonso (2001) remete-nos para os dois conceitos, dizendo:

“Estado é genericamente entendido como a organização política que, a partir de um determinado momento histórico conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo, entre outras, as funções de regulação, coerção e controlo social. Funções mutáveis e com configurações específicas que se tornam, já na transição para a modernidade, gradualmente indispensáveis ao funcionamento, expansão e consolidação do sistema económico capitalista” (Afonso 2001: 17).

Habermas (1996) estabelece que a tradição alemã de Estado é “um termo legal que se refere ao mesmo tempo para *Staatsgebiet*, um território claramente delimitado, e para *Staatsvolk*, a totalidade dos cidadãos” (in Balakrishnan 1996). *Staatsvolk* é o portador simbólico

⁵ Estes dois grandes conjuntos de teses vão entroncar naquilo que nos estudos de cidadania se designa por teoria republicana, que apresenta um legado da Grécia em “oposição” à teoria liberal da cidadania moderna, proveniente do Direito Romano.

⁶ Esta informação pode ser retirada do seguinte blogue: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/01/14/jus-soli-e-direito-humano/>

da ordem jurídica que traça a jurisdição dentro dos limites deste território. Simultaneamente afirma que “o núcleo institucional deste Estado moderno⁷ é formado por um aparelho administrativo legalmente constituído e altamente diferenciado que monopoliza os meios legítimos de violência e obedece a uma interessante divisão do trabalho com uma sociedade de mercado livre para definir funções económicas” (Balakrishnan 1996). É com o apoio dos cidadãos que o Estado mantém a sua autonomia e soberania (ou seja, a autoridade política que mantém tanto a lei como a integridades dos limites do território num contexto internacional). Por outro lado, é também a diferenciação institucional entre a função política e económica que prova, na ideia de Habermas, que o Estado e a sociedade são mutuamente dependentes.

Juntos, o Estado e a nação designam o conceito de Estado-Nação. Antes de partirmos para a definição deste conceito, relembremos a dúvida que separa os dois conceitos. Qual nasceu primeiro? “No Ocidente, a nação e o Estado surgem juntos” (Smith 1998: 70). No entanto, Habermas (1996) refuta esta afirmação ao indicar que apesar de todos vivermos em sociedades nacionais que devem a sua identidade à unidade organizacional de um Estado, ou seja, a nação, “os Estados modernos já existiam muito antes da nação no seu sentido moderno”, acrescentando que tudo isto aconteceu “até o final do século XVIII onde ambos os elementos, o Estado moderno e a nação moderna, se derreteram na forma de um Estado-Nação” (*in* Balakrishnan, 1996).

A nação é “um símbolo poderoso⁸” dentro do sistema dos Estados-Nação. “Ela cita a relação entre o Estado e os seus súbditos e entre Estados com outros Estados; é uma construção ideológica essencial para a atribuição da posição de sujeito no Estado moderno, bem como na ordem internacional” (Balakrishnan 1996: 226). Hobsbawm (1992: 10) vai mais longe, defendendo a nação como uma “entidade social somente no que se refere a um determinado

⁷O Estado Moderno “em traços muito gerais é definível como uma forma de organização centralizada e despersonalizada do poder político, com capacidade de criar o seu próprio sistema de controlo dos comportamentos socialmente consequentes (aqueles que de algum modo afetam ou podem afetar as relações sociais)” (Carvalhais 2004: 25).

⁸ “A nação funciona como um símbolo, por duas razões. Em primeiro lugar, como todos os símbolos, o seu significado é ambíguo. Portanto, as pessoas que o usam de forma diferente podem mobilizar públicos díspares (internos e internacionais). Em segundo lugar, a sua utilização evoca sentimentos e disposições que foram formadas em relação a si ao longo de décadas, na construção da nação” (Balakrishnan, 1996: 226-7).

tipo de Estado territorial moderno” e, por isso, inútil de discutir a não ser que esteja relacionada com o Estado-Nação.

O Estado-Nação é “o veículo dominante de identidade coletiva” (Smith 1998: 70) e também o “mais eficaz numa acelerada modernização social” (Balakrishnan 1996: 281-2), justificando-se assim o seu enorme sucesso histórico e a sua aplicação em vários países. Pode considerar-se, assim, que o Estado-Nação:

“Externamente, têm sido os arautos da diversidade cultural, da autenticidade da cultura nacional, internamente, têm promovido a homogeneização e a uniformidade, esmagando a rica variedade de culturas locais existentes no território nacional, através do poder da política, do direito, do sistema educacional ou dos meios de comunicação social, e na maior parte das vezes por todos eles em conjunto” (Santos 2001 cit. *in* Afonso 2001: 18).

Esta visão é também partilhada por autores como Brubaker (1992) e Keating (2009), que apresentam o conceito como “uma forma normativamente desejável de política”, sustentando o uso do termo tomando em consideração dois sentidos: os limites externos, ou seja, o alcance político que representa e a sua composição interna.

“Em grande parte da ciência social e, particularmente, nas relações internacionais, o Estado-nação denota simplesmente o Estado soberano. No seu outro significado, sugere-se que nação e Estado coincidem no espaço. Podemos combinar os dois significados para criar um tipo ideal weberiano de um Estado em que os limites da soberania e da identidade coincidem perfeitamente. Como todos os tipos-ideais, no entanto, tal modelo não deve ser confundido com uma descrição da realidade” (Keating 2009: 10-1).

O Estado-Nação vem denotar a integração das normas sobre a localização do poder, numa época em que “as nações são formadas através de processos de centralização estatal e expansão administrativa que, através da ordenação reflexiva do sistema estatal, fixa as fronteiras de uma pluralidade de nações” (Smith 1998: 72). Edifica-se, tomando em consideração três faculdades distintas: o direito de criação jurídica, o direito de coação física e o direito de criação simbólica (Carvalhais 2004: 49).

Giddens, (cit. *in* Smith 1998), vê o Estado-Nação como um fenómeno histórico, que surgiu a partir do absolutismo europeu. O autor lembra a necessidade de cautela relativamente à generalização da experiência ocidental. Tem necessidade de referenciar na sua teoria que o

Ocidente é geralmente caracterizado por uma trajetória *"state-to-nation"* ou de "Estado-para-Nação", ao passo que a Europa oriental e partes da Ásia são mais analisadas num modelo *"nation-to-state"* ou de "Nação-para-Estado", aproximações grosseiras que servem todavia para lembrar as complexidades da formação da nação. Giddens é um crítico da nação. Considera-a uma falsidade, recusando o conceito de "comunidade imaginada" traçada por Benedict Anderson (1991). Por outro lado, acaba por suprimir o conceito, dizendo que está englobado dentro da conceção de Estado-nação. Na teoria e na prática, há o ênfase na componente Estado. A nível teórico, para suprimir o conceito de nação no binómio Estado-Nação coloca-se à consideração o problema da nação como comunidade, isto é, a forma como a nação se tornou tão importante para um grande número de pessoas em todo o mundo, e como conseguiu um espírito de sacrifício por uma comunidade "abstrata e de estranhos". A formulação que transmite a importância do Estado acaba por omitir a omnipresença desse sentido de uma comunidade de pessoas com quem se sente intimidade, mesmo que não as conheçamos (James 1996: 166-7).

"Infindáveis discussões sobre nacionalidade e nacionalismo têm início com a questão: o que é uma nação?" (Brubaker 1996: 14). Neste sentido, a nação, "enquanto conceito que...podia unir a mais desagregada massa de cidadãos, colocando-os ao serviço de uma causa comum" (Gamble 1981: 133 *in* Carvalhais 2004: 48) "serve o fortalecimento ideológico do conceito de soberania popular, bem como o funcionamento estratégico do nacionalismo" (Carvalhais 2004: 48).

O estudo da nação é por isso a base para a compreensão do nacionalismo. "O nacionalismo é uma doutrina sobre a nação" como nos diz Smith (2009), que apresenta o fundamento étnico como estando na origem da nacionalidade. Smith usa precisamente a distinção entre patriotismo e nacionalismo apresentada por Walker Connor e Maurizio Viroli⁹, para fazer perceber que enquanto o primeiro pertence aos Estados e ao seu território, o segundo deve ser relacionado unicamente com as comunidades etno-nacionais.

⁹ Adotamos esta ideia contestada por Gellner (1983) que defende que "o nacionalismo é uma espécie de patriotismo". No entanto, o próprio autor admite que existem diferenças significativas entre os dois.

“Nacionalismo pode ser definido como um movimento ideológico para atingir e manter a autonomia, a unidade e identidade em nome de uma população, onde os seus membros acreditam que a mesma constitui uma nação real ou potencial. O nacionalismo não é simplesmente um sentimento ou consciência comum. É um movimento ativo inspirado por uma ideologia e simbolismo sobre a nação” (Smith 2009: 61).

Smith complementa o seu pensamento assinalando que “[O que distingue] nacionalismo de tipos anteriores de identidade de grupo acaba por ser a existência de administrações estáveis de capital fixo por partes do território bem definidas” (Smith 1998). Mas, as metas nacionalistas não têm propriamente a ver com questões substanciais. “Concentram-se na língua e nos costumes, numa etno-paisagem ou etno-história, mitos de origem étnica ou cívica” (Smith 2009), onde o fator identidade é importante. Como defende Carvalhais (2004), “a identidade do indivíduo atualiza-se e constrói-se com base em relações sociais, as identidades coletivas subsistem graças a essa natureza da sua condição individual” (Carvalhais 2004: 141-2). No entanto,

“O indivíduo não debate nem negocea a sua pertença étnica: ou pertence ou não pertence, e nesse sentido pode dizer-se que os critérios de admissão tendem a ser muito pouco democráticos e muito pouco racionais. Ainda que a ideia de nação não se alicerce sobre a remota comunidade étnica, mas sobre uma construção simbólica arquitetada e conduzida pelo próprio Estado Moderno, a situação repete-se, na medida em que o indivíduo não negocea a sua entrada nessa comunidade de destino e de sentido. É o Estado e a sua comunidade que estipulam os critérios que o tornam ou não nacional” (Carvalhais 2004: 201).

Estamos perante as ideias de Gellner (1983) e de Hobsbawm (1992), que veem a etnia como uma invenção exímia do Estado Moderno e tentam adotar uma posição que Smith (2009) apelida de modernista, um modelo que na sua ótica “embora sendo o mais conhecido e o mais óbvio, não é de modo algum o único, e muito menos o mais subtil e convincente” (Smith 1998: 3). A conceção destes autores apresenta o nacionalismo como intrínseco à natureza do mundo moderno e à revolução da modernidade. De facto, como nota José Manuel Sobral (2007):

“Poderíamos discernir entre as principais propostas explicativas como distribuídas num espectro entre dois polos, que vai dos primordialistas (em que a existência da etnicidade e da nação decorre da própria natureza humana e é conceptualizada pelo sociobiologia – Van der Berghe, 1995) aos modernistas (Gellner, 1983; Anderson, 1983; Hobsbawm, 1994) e pós-modernistas (Bhabha, 1990). A convicção de que o nacionalismo é anterior à nação, uma construção de minorias, uma construção do Estado, atravessa, de uma forma ou de outra, a argumentação modernista e pós-modernista” (*in* Carvalhais 2007: 141-2).

A ideia de que a nação é a “primeira fonte de legitimidade soberana” e que o Estado-Nação acaba por ser a “organização política ideal” é o que dá inovação à teoria modernista, como explica Sobral (2007). Podemos também restringir, e agrupar o nacionalismo em dois tipos: o nacionalismo étnico e o nacionalismo cívico. O primeiro, como o nome indica, tem enfoque na etnicidade. O segundo dá atenção à territorialidade e aos direitos e garantias dos seus habitantes.

Benedict Anderson (1991) lembra que “o nacionalismo é um artefacto cultural particular”, e deve ser entendido não através do recurso a ideologias políticas, mas por recurso ao seu papel no contexto de grandes sistemas culturais de que são exemplos comunidades religiosas e reinos dinásticos. Gellner, em conformidade, defende que “o nacionalismo tem sido definido, com efeito, como o que se esforça para tornar a cultura e políticas congruentes, para dotar a cultura do seu próprio teto político” (Gellner 1983: 47). No entanto, este autor acrescenta-o enquanto princípio político, sustentando que a política e a unidade nacional devem ser congruentes e que o nacionalismo deve ser visto como um sentimento ou movimento. “O princípio nacionalista pode ser afirmado num espírito ético 'universalista'”, já que numa nação, podem ser incorporados todos os cidadãos e muitos deles podem não ser nacionais. Por outro lado, uma nação pode também viver numa multiplicidade de Estados, o que significa que nenhum Estado pode reivindicar ser a única nação. Portanto, “há um número muito grande de potenciais nações na terra” (Gellner 1983: 2-3).

O problema do nacionalismo não se coloca para as sociedades apátridas. “Se não existe um Estado, não se pode pedir que os seus limites sejam congruentes com os limites das nações”. Por sua vez, “a existência de unidades politicamente centralizadas e onde um clima moral-político também centralizado seja um dado adquirido (...) não significa uma condição suficiente para a existência do nacionalismo¹⁰” (Gellner 1983: 4).

Rogers Brubaker (1996) apresenta uma noção de nacionalismo que redefine as fronteiras políticas. Brubaker fala-nos de nacionalismos que são “interativos, unidos num único nexó relacional” pluralizando o conceito e criando uma tríade que liga “as minorias nacionais, os

¹⁰ A teoria de Gellner assenta no pressuposto de que “o modelo foi gerado pela introdução dos três fatores que por si só realmente importam: o poder, educação e cultura partilhada” (1983: 97).

Estados recém-nacionalizados e as pátrias nacionais externas (...) [criadas] por afinidade etnocultural embora não pela cidadania legal” (Brubaker 1996: 4). É-nos introduzido assim o conceito de pátrias nacionais externas ou nacionalismos transfronteiriços, um desafio aos nacionalismos considerados “estatizantes”. Aqui, os Estados têm obrigação de “monitorizar a condição, promover o bem-estar, apoiar as atividades e instituições, fazer valer os direitos e proteger os interesses dos seus parentes étnico-nacionais em outros estados”. É o chamado ‘*Homeland Nationalism*’.

“Um Estado torna-se uma ‘pátria’ nacional externa quando elites culturais ou políticas interpretam certos residentes e cidadãos de outros Estados como conacionais, como membros de uma única nação transfronteiriça. Esta nação partilhada torna o Estado responsável, em certo sentido, não só pelos seus próprios cidadãos, mas também pelos conacionais étnicos que vivem noutros Estados e possuem outras cidadanias” (Brubaker 1996: 5).

As minorias nacionais estão entre estes “dois nacionalismos antagónicos” e acabam por definir o seu próprio nacionalismo. Posturas nacionalistas minoritárias reconhecem uma separação entre o Estado e nacionalidade etnocultural. Assim,

“Uma minoria nacional não é apenas um ‘grupo’ que é dado pela demografia. É uma postura política dinâmica. (...) Três elementos são característicos desta posição política: (1) o pedido público de pertença a uma nação etnocultural diferente da nação politicamente dominante; (2) a demanda por reconhecimento do Estado desta nacionalidade etnocultural distinta; (3) a afirmação, com base desta nacionalidade etnocultural, de certos direitos culturais e políticos coletivos (Brubaker 1996: 60).

A nação servirá apenas como uma “categoria prática, [uma] forma institucionalizada”, em todo este processo, não sendo, pois, uma entidade substancial ou uma categoria de análise (Brubaker 1996: 7 e 18).

Na nossa análise, vamos apropriar-nos das características que Smith (2009) enumera, para traçar o nosso conceito de nacionalismo. Ao conceito está sempre associado: a ideia de autonomia, a aspiração por parte dos membros de uma comunidade nacional para viver de acordo com leis próprias, livres de qualquer interferência externa; a unidade, uma unificação tanto de território como de solidariedade social, fraternidade e irmandade; a identidade, a recuperação do carisma inato de uma comunidade; a autenticidade, uma forma de redescobrir qual a verdadeira natureza, a história, a cultura, as origens de uma nação; a pátria, o sentimento

de pertença, apego pelos membros da comunidade a um território, a alusão a memórias de um território que é considerado como “nosso”, acima de tudo; a dignidade, um conceito estritamente ligado à crença de que a nação tem um estatuto relacionado com o valor interno; a continuidade, as ligações aos antepassados, numa ideia de ininterrupta sucessão; e finalmente o destino, a convicção de que os membros da comunidade nacional têm um futuro promissor, glorioso, um caminho trilhado no sucesso (2009: 62-3).

Foquemo-nos no elemento identidade. A identidade é a matéria sobre a qual se gera o sentimento nacional, a consciência nacional que é tão cara ao nacionalismo na exata medida em que este busca instigá-la senão mesmo despertá-la e manipulá-la. A identidade tem assim associada uma inegável dimensão subjetiva. Salientamos porém que, não é por darmos enfoque à questão subjetiva, que tomamos o nacionalismo como um fenómeno puramente psicológico. Lembramos inclusivamente a crítica que é feita a Giddens (cit. *in* Smith 1998):

“Ao caracterizar nacionalismo como um fenómeno puramente subjetivo, psicológico, Giddens reduz a sua importância à de um suporte para o Estado-nação, e, assim, não consegue ver como se definem simbolicamente as identidades nacionais que dão origem à comunidade como nação” (Smith 1986a: 3; James 1996: 7 *in* Smith, 1998: 75).

Estas identidades nacionais assentam “no sentimento de se pertencer a uma nação, com os seus símbolos, lugares sagrados, cerimónias, heróis, história, cultura, território” (Guibernau 2001: 243 *in* Carvalhais 2007: 142)

Como defende Frederick Barth, à partida, a identidade nacional não é algo fixo, imóvel, mas mutável com a passagem do tempo. Como recorda Sobral citando Barth (1969) “a construção das identidades assenta na interação entre grupos. São cruciais o reconhecimento e a manutenção de delimitações entre os grupos, a sua existência separada, não os conteúdos das identidades, pois os marcadores culturais da diferença grupal podem variar” (Sobral *in* Carvalhais 2007: 142-3).

Ainda que não seja imutável ou imóvel, é no entanto delimitada.

“As identidades nacionais dependem da existência de um qualquer tipo de limites que, no caso dos Estados, assumem a forma territorial de fronteiras. Assentam na visão dicotómica que estabelece uma separação entre «Nós» e «Eles» [Eisenstadt e Giesen, 1995; Billing, 1997 (1995)], acompanhada de marcadores culturais – como a adoção de línguas distintas ou mesmo expressões religiosas oficiais diferentes.

Há dimensões de categorização externa e a assunção de uma identidade coletiva por parte do grupo” (Sobral *in* Carvalhais 2007: 143-4).

Paralelamente, a produção da identidade nacional está profundamente interligada com a capacidade discursiva nacionalista levada a cabo por diversos agentes ideologizantes (com o Estado à cabeça como o mais importante, pela sua detenção de recursos humanos e materiais essenciais à criação de políticas culturais e educativas sem as quais a linguagem nacionalista não poderia assumir a sua magnitude). Sobral (2007) sublinha, com base em vários autores, como a produção da identidade nacional assenta em discursos ideológicos nos quais emerge a construção da nação como “família extensa”, assente em “mitos de ancestralidade” relacionados com a descendência. O autor dá inclusivamente o exemplo dos portugueses enquanto descendentes dos lusitanos. O chamado carácter nacional é também um fator importante relacionado com a ideia da existência do comportamento, pensamento, cultura e história de uma comunidade como única e particular. Todos estes aspetos estão relacionados com práticas discursivas. No entanto, também eventos como os feriados nacionais, a existência de uma bandeira, que não são “palpáveis”, mas são sentidos pelos cidadãos, podem considerar-se relevantes na construção de uma identidade nacional. E, há que contar ainda as manifestações informais:

“Este tipo de abordagens tem capturado as práticas da reprodução das identidades nacionais que se desenrolam no quotidiano de um modo mundano, informal e rotineiro, aquelas práticas que assumem a existência das nações como algo natural e não questionado. Elas representam modos de envolvimento na reprodução do nacional – ao assumir sem refletir, por exemplo, a normalidade de uma existência nacional, como sucede quando lemos um jornal em que aparecemos como parte de uma nação: o Governo, o país, a economia são «nossos»” (Billing 1997: 72-3 cit. por Sobral *in* Carvalhais 2007: 144).

Importa também a análise de como a identidade nacional é estabelecida e imaginada em mundos como o teatro, a música, a moda, a arquitetura ou o desporto. Decorrente deste fenómeno, fala-se na “naturalização da identidade nacional”¹¹, uma forma de perceber formas

¹¹ Como defende Sobral (2007) “ao falar precisamente da naturalização da identidade nacional, em que o que é facto histórico se transforma em algo natural, devemos ter em consideração toda a análise feita da identidade nacional como memória – inculcada, representada e recriada, por certo (Sobral, 2006) – e como resultante da incorporação de hábitos – ou habitus -, algo que foi tomado em consideração por contributos que podemos considerar clássicos, como os de Ruth Benedict, Norbert Elias, ou mesmo em alguns apontamentos dispersos de

não conscientes do nacionalismo, desde ser altruísta a ponto de se sacrificar pela pátria, pensar primeiro na coletividade ao invés do individualismo até às ideias supremas em nome de “uma raça superior”, como assistimos com Adolf Hitler ou Mussolini nas suas manifestações nazistas/fascistas. “Como Immanuel Kant acreditava, a parcialidade e a tendência para agir em próprio nome é a fraqueza humana central [que] infecta o sentimento nacional” (Gellner 1983: 2).

Há ainda a tendência, por Plamenatz (*in* Gellner 1983: 99), em agrupar o nacionalismo em dois tipos relacionados com a geografia: o do Ocidente e o do Oriente. O primeiro está relacionado intrinsecamente com as ideias liberais e é definido como inofensivo, benigno e agradável, enquanto o segundo se afigura como um abrigo das nações nativas, sendo desagradável e condenado à sordidez. Assim, os nacionalismos ocidentais agem supostamente em nome de culturas bem desenvolvidas, normativamente centralizadas, ao passo que os nacionalismos orientais são associados à negatividade.

Seja como for, a identidade nacional é uma espécie de crença, um fenómeno intrínseco ao indivíduo, que o afeta emocionalmente.

“Como Billing já assinalou «[...] ter uma identidade nacional também implica estar situado física, legal e socialmente, bem como emocionalmente; implica, tipicamente estar situado numa pátria, que por sua vez está situada no mundo das nações. E só se as pessoas acreditarem que têm identidades nacionais é que se reproduzirão tais pátrias e o mundo das pátrias nacionais» (Billing 1997: 8 cit por Sobral *in* Carvalhais 2007: 145).

Pode dizer-se que o sentimento nacional “(...) pode nascer em qualquer tempo, dentro de qualquer grupo humano, nada tendo a ver com as estratégias políticas de determinadas classes sociais”. Por outro lado, o nacionalismo moderno “pode considerar-se como sendo um fenómeno ideológico necessário em parte às pretensões políticas e sociais das classes proprietárias, no contexto dos estados modernos de organização capitalista” (Carvalhais 2004: 47).

A pertença nacional vai reger-se, como defende Carvalhais (2004), por critérios relacionados com culturas específicas e heranças históricas. Por outro lado,

Bourdieu, que destacou o papel do Estado na sua produção e foi retomando recentemente pelos mencionados Edenson e Billing”

“sob o ponto de vista individual, toda a pessoa tem necessidade de pertencer a uma família, a um grupo, a um povo, e de ser reconhecida como membro individual da sua comunidade de pertença. Pode, deste modo, dizer-se que a necessidade de identificação e diferenciação são opostas e complementares. É esta dialética existencial que permite a qualquer pessoa afirmar-se como sujeito único, singular e, no entanto, semelhante a todos os seus” (Hermes Costa *in* Carvalhais 2007: 222).

Associado à ideia de indivíduo está a ideia de sociedade. Para Simel (1964 *in* Smith 1998), num mundo moderno as sociedades são quase sempre as nações e os Estados nacionais¹², o que nos leva aos seus principais componentes, os indivíduos.

“A identidade nacional existe, portanto, em dois níveis: o sentido do indivíduo de si como nacional e a identidade do todo coletivo em relação a outros do mesmo tipo” (Balakrishnan 1996: 229).

Há, no entanto um problema colocado por Breuilly (1996). A ideia de nacionalismo ou a própria política podem ser vistos como produtos do sentimento nacional dentro de uma nação, ou seja, como representando os interesses da comunidade onde este está inserido. Porém, as doutrinas nacionalistas surgem frequentemente em sociedades e regiões onde grande parte da população não tem um forte sentido de identidade nacional ou onde esse sentimento não é amplamente partilhado entre os membros da comunidade. Por outro lado, a consciência nacional é criada já durante um período em que a comunicação de massas, segundo Habermas, pode manipular todo o processo, uma ideia corroborada por Gellner, que defende que os *media* passam uma mensagem central, a de que “a linguagem e o estilo das transmissões é importante e só quem pode compreendê-los, ou pode adquirir tal compreensão, está incluído numa comunidade moral e económica, e que aquele que não pode, é excluído. (...) O que é realmente dito pouco importa” (Gellner 1983: 127).

Mas, como defende Habermas, é essa consciência de pertença a uma mesma nação que faz com que pessoas diferentes distribuídas por um território amplo, se sintam politicamente responsáveis umas pelas outras. “Este tipo de autoconsciência nacional refere-se à *Volksgeist*, o espírito único da nação (...)” (Habermas *in* Balakrishnan 1996: 285-6).

¹² Contrariamente, “no mundo pré-moderno foram variando em forma e caráter, à semelhança do Estado e da nação, com muitos tipos de cidade-estado, sistema feudal, comunidade étnica e império” (Simmel 1964; Poggi 1978; cf. ADSmith 1981b *in* Smith, 1998).

Por outro lado, “de um modo geral, a ideologia nacionalista sofre de falsa consciência generalizada” (Gellner 1983: 124), na medida em que os seus mitos invertem a realidade: ao invés de defender a soberania popular, defende uma cultura de elites.

Importa ainda pensar no nacionalismo como um fenómeno não tão alargado quanto se pensa. De facto, como nota Hobsbawm (1992)

“(…) Todos os movimentos que procuram autonomia territorial tendem a pensar em si mesmos como nações, mesmo quando claramente não é o caso; e todos os movimentos para os interesses regionais, locais ou mesmo seccionais contra o poder central e burocracia estatal vão, se for possível, colocar em traje nacional, de preferência nos seus estilos étnico-linguísticos. Nações e nacionalismo, portanto, parecem mais influentes e omnipresentes do que são” (Hobsbawm 1992: 178).

Como é que se apresentam estes conceitos na nação escocesa? Como se materializam? São questões que vamos tentar responder de seguida. Perceber os conceitos de Estado, nação, nacionalismo e identidade fornecem-nos as ferramentas fundamentais para perceber e analisar o caso escocês.

CAPÍTULO III

IDENTIDADE NACIONAL ESCOCESA

III.1. Introdução

Este é um capítulo cuja ambição se poderia medir pelo grau de dificuldade das questões que ousamos levantar. E sendo certo que poderemos não conseguir responder de forma satisfatória a todas elas, acreditamos que de modo algum tal nos pode dispensar de pelo menos enunciar as questões que mais nos inquietam. Afinal, como é que o conceito de identidade nacional se associa à Escócia? Será o conceito de etno-nacionalismo o mais adequado à sua condição identitária, ou os ditames da pós-modernidade vêm hoje criando a necessidade de novos modelos, novos conceitos, capazes de acomodar a complexidade identitária de Estados como o escocês? Onde reside afinal a ‘verdade’ da identidade nacional escocesa? Numa essência étnica e cultural única e distinta, associada a um território simbolicamente ‘trabalhado’ por uma dada história coletiva, e que precede assim um desejo de autodeterminação, ou antes numa atitude política de reivindicação territorial posteriormente transformada e densificada em algo mais substantivo como a ideia de identidade e de pertença nacional? Num sentido mais pragmático, assente na observação da história, ousamos também perguntar: a união com o Reino Unido foi sempre alvo de contestação ou a contestação é ela mesma uma evolução política recente? Seja qual for a resposta, essa contestação aparece como indissociável da definição da Escócia como Estado e como nação, de tal forma que se pode perguntar que Escócia existe para lá das balizas da própria contestação.

São, como dissemos, perguntas ambiciosas. Começemos então por olhar para o modo como a Escócia se tem ligado (ou não) aos conceitos de Estado e de nação.

A existência do Estado-Nação, inspirado no estado vestefaliano impulsionado pelo Reino Unido, enquanto modelo de desenvolvimento económico e político e enquanto portador de uma identidade cultural inserida num determinado território foram importantes na definição de interesse nacional e estabelecimento de laços cada vez mais fortes entre cidadãos na Escócia. Reconhecemos, no entanto, que com o advento da Globalização, os chamados movimentos sub-

estatais nacionalistas têm um conjunto muito mais amplo de ações. Já não importa só a geografia. As prerrogativas tradicionais do Estado-Nação, vistas como tendo um monopólio sobre a representação internacional foram abaladas consideravelmente. Como nota Paquin (2002) os movimentos sub-estatais nacionalistas são jogadores ativos no desenvolvimento de paradiplomacia no cenário internacional, uma posição corroborada por Greer (2007) que determina que uma correspondência entre nação e Estado, em que as nações têm Estados e Estados têm nações, foi notavelmente reduzida devido às experiências das últimas décadas.

No final do século XX, uma nova onda da teoria da modernização previu o "fim do território" (Badie 1995) e um "mundo sem fronteiras" (Ohmae 1995 *in* Keating 2009). Esta re-territorialização é, em parte, uma resposta à mudança funcional, onde os exemplos mais óbvios estão na economia e na cultura. A interação entre o local e o global e a importância diminuída do tradicional quadro Estado-Nação estão no centro do que Keating (1998) chamou de "novo regionalismo". Nesta nova visão, o território é importante já não apenas pela disponibilidade de matérias-primas e proximidade dos mercados como no passado, mas pela importância das redes locais, das práticas sociais, das instituições e da capacidade de inovação das sociedades. As fronteiras, não tendo sido abolidas, já não estão, todavia, limitadas aos sentidos e funções que lhes eram atribuídos no quadro do Estado vestefaliano. Os vários domínios de gestão económica, da integração cultural e do bem-estar têm aliás migrado para diferentes níveis territoriais, daí resultando a desvinculação entre si no contexto do espaço nacional, e a sua re-vinculação noutros espaços (princípio da governação multinível) à medida que se esgotam umas e se abrem outras novas arenas políticas baseadas no Estado (Bartolini 2005; Ferrera 2006 *in* Keating 2009: 46-7).

Esta não deixa de ser uma nota curiosa, pois se por um lado existe uma re-territorialização das dimensões económicas, sociais e culturais tradicionalmente afetas ao território do Estado, por outro, não se esgotou o sentido do Estado nem a pertinência da sua continuidade como solução de organização política. E isso explica aliás o paradoxo de a Escócia convergir com a Inglaterra em muitos indicadores sociais, culturais e económicos, sendo que, ao mesmo tempo, diverge de forma aberta na dimensão política (Kendrick, Bechhofer e McCrone 1985; Kendrick 1989 *in* Keating 2009). De facto, as estruturas sociais são semelhantes entre o Reino Unido e a

Escócia, sendo a homogeneidade cultural reforçada pela secularização e pela adesão aos valores pós-industriais. Nem mesmo a língua ou o modo de vida (a cultura, talvez possamos dizer, num sentido mais fluido) chegam a distinguir ingleses de escoceses. E, no entanto, é inegável que a Escócia é o *locus* de um forte movimento nacional, divergindo claramente no seu pensamento quanto à forma da sua existência enquanto ator político e quanto à sua relação com outros atores políticos. Por outras palavras, a dissensão escocesa em relação ao Reino Unido centra-se não em questões de especificidade cultural ou de singularidade étnica, mas no seu olhar sobre projetos concorrentes na reconstrução de comunidades políticas e na busca de instituições que possam conciliar a competitividade económica e a solidariedade social dentro de novos espaços político-administrativos.

Este despojar da questão nacional de uma possível dimensão étnica e cultural pode, em alguns aspetos, ajudar a ideia de nação sem Estado, como é o caso da Escócia, a tornar-se mais próxima da ideia de Estado como organização jurídico-político-administrativa que se articula na gestão das suas dimensões sociais e económicas com outros níveis de poder e de governação. Mas, simultaneamente, o facto de nações sem Estado como a Escócia estarem a construir-se como comunidade política com base em valores amplamente universais no que toca à conceção funcional e estrutural do próprio Estado e não com base em fragmentos étnicos evocativos de valores comunitaristas, pode tornar a adaptação destas nações sem Estado a este conceito de Estado, ainda mais difícil (Keating 2009: 48-9). Mas, não será em parte essa a essência pós-moderna do próprio Estado? Deixamos aqui a pergunta.

Por outro lado, e adensando assim a linguagem de paradoxos do nosso tempo, no processo de Globalização verifica-se que os laços culturais emergem como laços muito mais fortes na criação de solidariedades e de coesão entre indivíduos, do que as construções políticas. Os escoceses, por exemplo, sentem-se cada vez menos britânicos e mais escoceses, logo, experienciam um reforçar dos seus laços culturais e, conseqüentemente, da sua solidariedade coletiva. A identificação primária das pessoas que vivem na Escócia vem mudando progressivamente ao longo dos anos, em favor de uma identidade específica e vincada. Paquin (2002) informa que as pesquisas de opinião pública destinadas a determinar diferentes graus de identidade nacional têm-se centrado principalmente no conceito de grupo. Numa análise comparativa feita por Guy Lachapelle (1997) (comparando o caso do Québec com a Escócia, o

País de Gales e a Catalunha), os entrevistados escoceses expressaram um maior grau de identidade nacional (33%) do que os restantes cidadãos de outras geografias políticas, isto é, revelaram uma pertença grupal mais forte. Questionados sobre se se sentem apenas escoceses, ou se se sentem mais escoceses do que britânicos, ou mais britânicos do que escoceses, ou só britânicos, e uma vez somadas as duas primeiras respostas (num total de 66% das respostas), observou-se que os escoceses parecem ser mais nacionalistas, batendo os 46,9% do Québec, os 43% do País de Gales e os 27,5% da Catalunha relativamente à soma das mesmas duas primeiras questões. Paralelamente, apenas 3% dos escoceses se sentiu mais britânico do que escocês, sendo que o mesmo valor se aplica aos cidadãos escoceses que se sentem completamente britânicos. Por fim, de notar que 29% dos cidadãos se sentem nesse estudo igualmente próximos das duas nações (Inglesa e Escocesa)¹³.

A Escócia foi ganhando singularidade. O facto de ser considerada uma nação sem Estado acaba por fazer com que, num mundo globalizado, se tentem encontrar alternativas que colmatem uma certa falta de estrutura operativa. É preciso encontrar estratégias que permitam ao país afirmar-se. Por onde legitimar, então, a sua identidade nacional? A transformação do território, a re-territorialização como apelida Keating (2009), mudou o papel do Estado, em todo o panorama nacional e internacional. O Estado, ainda que já não seja o *locus* de toda a governação, acaba por ser fundamental enquanto espaço de decisão, manifestação de poder e demonstração das marcas democráticas. Acaba, por isso, por ser um instrumento importante na viabilização da governação de uma nação sem Estado. É o alicerce que falta numa nação que se vem construindo culturalmente, mas que tem falta de firmeza normativa. A existência de um Estado que invista na comunidade, que se preocupe com os seus problemas, acaba por proporcionar um sentimento de pertença coletivo e acaba também por viabilizar a governação. Ainda assim, as novas exigências governamentais proporcionadas pelo mundo global de interdependências pedem um Estado reinventado, que consegue articular com novas formas de poder, com diferentes estruturas e diferentes cenários, que saiba coligar o melhor de dois mundos.

¹³ Lembramos que este é um estudo com quase duas décadas.

De facto, quando o nacionalismo começa a eclodir entre a década de 60 e de 70, em várias partes do globo, incluindo o Ocidente - isto após um período de relativa calma suscitada no caso Europeu pela própria necessidade de solidariedade e coesão dos povos no pós II Guerra Mundial, - parece pressagiar-se uma séria ameaça aos Estados ainda sob o princípio vestefaliano da soberania moderna. Diversos movimentos nacionalistas e partidos na Escócia, País de Gales, Irlanda do Norte, mas também em Espanha (Catalunha, País Basco), Canadá (Québec), França (Córsega), Bélgica (Flandres), apenas para listar alguns dos mais discutidos na literatura académica, emergem com sérias aspirações à autodeterminação nacional, levando a imaginar cenários de independência um pouco por todo o lado e a breve trecho – facto que, em todo o caso, não ocorreu. Os nacionalismos, implicitamente assumidos como nacionalismos em busca do Estado, parecem assim estar por toda a parte (Greer 2007: 2) e em força crescente. É desta senda que vai surgir a devolução de poderes à Escócia, que advogava a criação de um parlamento para a sua nação, assim como o País de Gales e Irlanda do Norte, já desde 1979. O referendo de 1979 foi declinado pela maioria. Em 1999 – postumamente ao referendo de 1997 - sob o governo trabalhista de Tony Blair, as três nações conquistam esse direito. Esse cenário foi importante (James G. Kellas *in* Paquin 2002), na medida em que levou a alterações na identificação nacional e nacionalismo nesses países e na Inglaterra. O facto de existir um parlamento em todos os países que constituem o Reino Unido, faz com que não seja tomada a parte pelo todo, ou seja, que cada um dos países inseridos no Reino Unido se façam notar individualmente. A Inglaterra, como sede de poder desta União, acaba também por ser distinguida, não tanto por ter as mesmas pretensões dos seus pares, na medida em que não lhe foi concedida uma devolução de poderes mas porque a devolução separou os quatro países no que concerne à administração política. Pela primeira vez, a Escócia foi distinguida claramente da Grã-Bretanha. A Escócia ganhou na altura, poderes para criar leis em algumas áreas da política e, embora a maior parte das decisões estivesse ainda reservada ao parlamento do Reino Unido, este pequeno passo foi o impulso necessário para ambicionar mais. Como sublinha Paquin (2002: 56-7), a Escócia acabou por se tornar mais nacional, na sua especificidade.

Scott L. Greer (2007) estabelece na sua obra, uma análise comparativa entre a Escócia e precisamente uma das regiões que mais advoga a independência, a Catalunha. Nos dois espaços políticos, os sistemas partidários e os arranjos institucionais refletem a capacidade das

organizações regionais na moldagem da política nacional e regional. Em paralelo, e como Greer bem faz notar, sendo certo que a maioria das pessoas em sociedade não tem por hábito andar quotidianamente preocupada com a sua identidade nacional - nem tão pouco a consciencializa com frequência, acrescentaríamos - o facto de haver toda uma agenda política em torno de determinadas frustrações políticas, alimentada pela presença de certos grupos de pressão interessados numa outra configuração política para um determinado espaço, pode acabar por despertar na sociedade esse ensejo pela consciencialização e discussão pública da sua identidade coletiva. O que Greer pretende dizer-nos é que países como a Escócia e regiões autónomas como a Catalunha não são apenas nações sem Estado, são sobretudo sociedades complexas assentes em organizações políticas autónomas, dentro das quais se alimentam interesses organizacionais, económicos, sociais e políticos diversos (Greer 2007:4), não sendo por conseguinte tarefa simples determinar o tipo e a intensidade de correlação entre esta complexidade organizacional e funcional e o paralelo desenvolvimento de uma identidade nacional.

III.2. Como se forjou o nacionalismo escocês?

O Nacionalismo Escocês foi vivido com diferentes intensidades, e sob diversas circunstâncias históricas, sociais e políticas, sendo que a sua ação menos radical, por comparação com outras manifestações (e.g. irlandesa) talvez ajude a explicar o cunho também ele menos radical e mais inclusivo do próprio Partido Nacionalista Escocês.

No século XVII, a Escócia era um pequeno país consolidado, mas mal posicionado no ambiente geopolítico no início da Europa moderna. As exportações eram de baixo valor acrescentado e faltava-lhe um certo apoio, um “império” que lhe proporcionasse mercados (fiscais, laborais, de consumo, de matérias, entre outros), que lhe garantisse riqueza. Simultaneamente, e tendo o país uma posição estratégica e uma fronteira terrestre cada vez mais valiosa para a monarquia Inglesa, interessava a esta claramente uma unificação. Uma Escócia autónoma era uma ameaça permanente à Inglaterra protestante e as alianças deste país com a França e a Espanha preocuparam os Ingleses. Por isso, a unificação das coroas, na

pessoa de James I, acabou por concretizar-se em 1603¹⁴. Porém, a simples unificação de coroas não resolveria os temores da Inglaterra, já que uma união dinástica pode ser bastante instável. Assim, pressionada para unir o seu parlamento ao inglês, a Escócia acabou por ceder. Alguns autores como McLean e McMillan (2005) levantam a hipótese de suborno na tomada desta decisão. Mas a verdade é que a união foi um ponto de viragem na geopolítica do Reino Unido, ao mesmo tempo que eliminava aquela que tinha sido uma fonte de inspiração a outros projetos independentistas um pouco por toda a Europa.

Entretanto, depois desta unificação, a Escócia prosperou.

No século XIX, o nacionalismo escocês não era separatista, até porque nessa altura nenhuma facção sentia os seus direitos ameaçados e violados pelo sistema político para querer mudá-lo (Paquin 2002: 63). Na verdade, o nacionalismo era cultural e ancorado numa sociedade que exibía simultaneamente orgulho e contentamento pelos benefícios que a união de 1707 proporcionou à sua nação, nomeadamente com a união aduaneira. Se a união de 1603 foi uma união onde o único ponto de interseção seria a regência do mesmo rei, sendo que os reinos eram soberanos, cada um com o seu parlamento e com o seu sistema judiciário, em 1707 é firmado o acordo que no ano anterior deu origem à abolição da União entre as duas coroas, para que estas pudessem dar lugar a um único Estado: o Reino da Grã-Bretanha. É precisamente aqui que se vão dissolver os dois parlamentos soberanos e vai ser criado um, em prol da Grã-Bretanha. É, também, por este motivo, que se dá o nome de devolução, quando a história se inverte e parte dos poderes voltam para as mãos dos escoceses, em 1999.

Os escoceses estimavam tanto a união e o Império Britânico que se opuseram vigorosamente, na viragem para o século XX a aceitar uma saída por parte da Irlanda. O Partido Unionista Escocês, o partido com mais sucesso nos tempos iniciais do século XX, foi criado a partir de uma fusão para impedir precisamente a separação irlandesa. Os escoceses eram muito dedicados ao unionismo e definiam, inclusivamente, as suas fronteiras segundo essas máximas (MacWhirter 2014: 16).

¹⁴ A legislação da unificação ficou conhecida na Inglaterra como o Acto da União e na Escócia como o Tratado da União (Greer 2007: 18).

Quais, então, as explicações para o nacionalismo? Na obra de Greer (2007), Paterson argumenta que, informalmente, a Escócia sempre foi autónoma, tanto quanto qualquer outra pequena nação europeia e que mesmo com uma sociedade comungando amplamente valores culturais comuns aos ingleses, foi todavia capaz de ajustar-se a novos desenvolvimentos, tais como a criação do seu próprio Estado Providência¹⁵. A Escócia acaba por ser “afortunada”, na medida em que a própria tradição do Reino Unido se pauta por uma longa herança de desenvolvimento local, algo que se estendeu a este país (Bulpitt 1983 *in* Greer 2007: 32-3). A autonomia da Escócia (embora não significando independência é certo) e o parlamento da Escócia, são assim dois capítulos de uma longa história de adaptação institucional do Estado às mudanças emergentes (Paterson 1998 *in* Greer 2007: 180).

Depois de 1945, com a criação do Estado-Providência e o reforço do carácter unitário do Estado, houve nas duas décadas seguintes, pouco espaço para nacionalismos alternativos. O Estado-Providência tinha um íntimo impacto diário sobre a vida das pessoas, por isso, o ser “britânico” foi facilmente interiorizado. O nacionalismo estaria na mesma presente, mas tornou-se implícito, um nacionalismo britânico do centro, em vez de periférico. O Estado escocês operava em busca do “interesse nacional”, e frequentemente em concorrência com outros estados ocidentais como qualquer outro estado independente (McCrone 2001: 183).

A crise do Estado-Providência, marcada pela nova realidade global no final da Guerra Fria, onde os problemas financeiros colocariam em causa o carácter social do Estado, provocou uma quebra no vínculo inglês, especialmente entre a classe trabalhadora, que outrora, como nota Keating (2009), tinha sido fundamental na persuasão para que os sindicatos e a classe trabalhadora se mantivessem afastados das tentações nacionalistas, nomeadamente nas décadas de 1930 e 1940.

¹⁵ “O Estado providência é definido como «...a forma política dominante nos países centrais na fase do “capitalismo organizado”, constituindo, por isso, parte integrante do modo de regulação fordista. Baseia-se em quatro elementos estruturais: um pacto entre o capital e o trabalho sob a égide do Estado, com o objetivo fundamental de compatibilizar capitalismo e democracia; uma relação constante, mesmo que tensa, entre acumulação e legitimação; um elevado nível de despesas em investimentos e consumos sociais; e uma estrutura administrativa consciente de que os direitos sociais são direitos dos cidadãos e não produtos de benevolência estatal»” (Santos 1993: 43-44 *in* Carvalhais 2004: 76).

“No Reino Unido assiste-se claramente ao gradual compromisso do Estado com a questão social, desde a implantação dos mais básicos direitos do trabalho em finais do século XIX, até ao nascimento do Welfare State na segunda metade do Século XX” (Carvalhais 2004: 76).

O sentimento identitário de carácter distintivo parece às vezes ter-se realizado contra todas as probabilidades, já que, como sublinha McCrone (2001) os marcadores distintivos da identidade nacional, de que a linguagem e religião são exemplos, como já aqui referido, não são os pontos que marcam a diferença e a especificidade escocesa, isto em comparação por exemplo com os Irlandeses e os Galeses. Os escoceses falam, há muito, uma variante do Inglês, e desde o século XVI que se assumem como protestantes. Mas, “afirmações de diferença acabam por amplificar pequenas diversidades num mundo que parece cada vez mais homogéneo” McCrone (2001: 149). Por outro lado, como fazem notar Hastings (1997) e Gorski (2000 *in* Greer 2007), o facto de o Reino Unido ter uma democracia parlamentar que remonta ao século XVII, permitiu uma maior liberdade, o que ironicamente permitiu maior à-vontade na construção da linguagem nacionalista escocesa.

Importa no entanto perguntar se estaria o sentimento nacional, nomeadamente o escocês relacionado com o sentimento de classes emergentes e com os desejos políticos dessas mesmas classes? Carvalhais (2004) lembra que “Bottomore, ao falar de «ascensão do nacionalismo», tem o cuidado de não fazer coincidir o nascimento do sentimento nacional inglês com o desejo de uma classe proprietária que «luta pelo estabelecimento da soberania popular em lugar da regra dinástica»”. No entanto, a autora reconhece que “a soberania popular (como imagem política que norteia o projeto de ascensão das classes dominantes) pode explicar o impulso dado ao nacionalismo enquanto discurso de politização da questão da pertença nacional em sociedades como os EUA ou a Grã-Bretanha” (Carvalhais 2004: 48) apesar de tal não explicar a ideia de nação.

III.3. Identidade Moderna e Pós-Moderna

Tal como o sentimento nacional, também a ideia de identidade vem passando por diversas fases. Existe uma diferença intrínseca entre a identidade na era moderna, e aquela numa era pós-moderna. Bauman (1996 cit. *in* McCrone 2001) explica que o problema moderno da identidade era como construí-la e mantê-la sólida e estável. A sua palavra de ordem é pois a criação. O problema pós-moderno, pelo contrário trata de manter as opções em aberto, sendo o seu lema a reciclagem da e na própria identidade (Bauman 1996: 18 *in* McCrone 2001). A visão de Bauman é a de que a identidade se tornou num conceito da moda, pois é a incerteza sobre

quem se é, aquela que mais atormenta o sujeito. A identidade torna-se, então, no nome para fugir à incerteza, especialmente no que diz respeito às amarras da vida social e política moderna (2001: 150). Entretanto, as forças sociais que ajudaram a centrar novamente as questões da identidade foram a reafirmação do individualismo, nomeadamente em torno das identidades do sujeito enquanto consumidor. Porém, como Willie McIlvanney nos escritos de McCrone (2001) comentou, a identidade, pessoal ou nacional, não é apenas algo que se tem, como um passaporte. É algo que se redescobre diariamente, como um país estranho ou uma cultura diferente. O seu núcleo não é algo sólido, como uma montanha, é fundido, como magma (Herald, 13 de março de 1999 *in* McCrone 2001). É, diríamos parafraseando Anderson, o resultado de uma comunidade que continuamente se imagina.

Neste contexto de identidade, importa por isso distinguir cidadania de nacionalidade, e, conseqüentemente, de nacionalismo. Pode-se, por exemplo, receber benefícios e proteção do Estado como cidadão, e ainda assim sentir-se um membro de um grupo nacional que se situe fora do Estado (McCrone 2001:152-3). A identidade nacional é vincadamente cultural, é um processo intrínseco de introspeção, mais relacionado com os modelos de influência de pares do que propriamente pela racionalidade. É algo que se escolhe em fatores exteriores mas, ao mesmo tempo, internos ao indivíduo. Podemos inclusivamente compará-la nos termos da afeição por determinado clube de futebol. Nem todas as pessoas que vivem na cidade de Braga escolheram como clube de eleição o Sporting de Braga. Existem comprovadamente na cidade, muitos cidadãos de outros clubes. A escolha acaba por ter um certo grau de irracionalidade, influenciado pelas características do clube, pelos círculos de convivência mais próximos, pela identificação pessoal e pela própria popularidade do clube. A cidadania, por sua vez, é essencialmente um vínculo jurídico, cujos termos são estabelecidos pelo Estado, e cujos conteúdos embora historicamente vinculados, são aplicáveis a qualquer indivíduo que legalmente seja reconhecido pelo Estado como podendo deter legitimamente esse estatuto. Logo, podemos optar por nos vincularmos ou desvincularmos de determinada cidadania, num processo bastante racional.

David Miller (1995: 17) comenta que é preciso entender o significado de nacionalismo quando se fala em identidade nacional. É preciso muita cautela em assumir que o “ser

escocês”, denota a mesma coisa através do tempo e do espaço. Anthony Cohen tem explorado esta questão, concluindo tal como Billig, que a nação não precisa de ser explicitada, mas sobrevive por ser tida como certa e de forma continuamente expressa (2000: 151). É algo sustentado pelo discurso social.

Smout (cit *in* McCrone, 2001) defende que a identidade escocesa moderna está incorporada num sentido de lugar, inversamente ao sentido de comunidade. Esse sentido de lugar tem a sua raiz na política medieval, sendo nele que se funda a identidade escocesa, e não em nenhuma espécie de superioridade étnica e moral dos escoceses. Por isso, e mais uma vez, se confirma que não é a definição étnica que assegura a consistência do Estado escocês, nem a identidade nacional dos escoceses (2001: 155). As questões de identidade são também e essencialmente comparativas, fortemente influenciadas pelo contexto. Por isso, coloca-se a questão de como é que os cidadãos escoceses conseguem equilibrar a sua identidade nacional escocesa com a sua identidade estadual, que é assumidamente britânica (Smout 1994; Morton 1999:160). Os escoceses vêm-se divididos em duas frentes: de um lado um território com a sua história e especificidades culturais sem que todavia se possa dizer que lhe conferem uma singularidade étnica bastante que a distinga da inglesa; do outro, uma união política que pretende funcionar como um todo, e que em boa verdade tem buscado que esse ‘todo’ respeite ainda assim as diferenças das partes, como a Escócia. No conjunto, ambos os lados transportam em si um sentido de comunidade que podendo não parecer nitidamente distintivo aos olhos externos, é para as partes em questão suficientemente forte para justificar a sua existência e oposição

A questão da identidade nacional escocesa foi explorada num estudo sobre a votação no Referendo de 1997, ao qual voltaremos com mais detalhe no próximo capítulo do nosso trabalho. Segundo o estudo realizado, oito em cada dez pessoas deram prioridade ao facto de serem escocesas. Mas McCrone (2001) salienta que querer um parlamento tem muito mais a ver com as expectativas políticas das pessoas do que com uma expressão afetiva de nação. Por outras palavras, ser escocês é certamente importante, mas não determina se os escoceses são a favor de um parlamento ou não. São outras razões portanto as que estão na base da exigência de um parlamento, razões que, como dizíamos, se ancoram em expectativas políticas e de autonomia na gestão de políticas públicas. No entanto, o autor também reconhece que ter um

parlamento acaba por reforçar a identidade nacional. Esta análise é importante na medida em que lembra que a identidade nacional não pode ser tratada como uma variável isolada de uma equação.

“[A identidade] é, sim, retratada através do processo político e da política, e é por isso que, nas votações em eleições ou em referendos o impacto na independência nunca é muito significativo. Confirma também a visão de que «ser escocês» cai mais na vertente cívica em vez de étnica” (McCrone 2001: 165).

Diferentes grupos respondem diversamente a apelos nacionalistas. É um assunto que mexe com interesses pessoais, económicos, sentimentais, culturais, circunstanciais. Keating (2009) defende a identidade nacional como um fenómeno notoriamente complexo, daí que não seja incomum as pessoas se identificarem com mais do que uma identidade. A Grã-Bretanha é um exemplo particularmente complexo da ligação das classes e da política nacional, num contexto - início do séc. XX - em que havia dois níveis possíveis de construção da nação: o Estado e as nações constituintes. Enquanto a política irlandesa se orientou fortemente para a construção da nação com enfoque no Estado, a Escócia foi sendo mais ambivalente. Desde o ressurgimento da política territorial na década de 1970, alguns estudiosos têm chamado a atenção para a persistência de uma dimensão territorial mesmo no mais unitário dos Estados, para a importância da estratégia de Estado e da gestão territorial para explicar como os Estados se reúnem e como ficam juntos (Rokkan e Urwin 1982, 1983; Bulpitt 1983; Keating 1988 *in* Keating 2009: 7). “Estratégias de gestão territorial incluem incorporação político-partidária, intermediação entre centro-periferia através de canais políticos e burocráticos, concessões políticas, nomeadamente na economia, descentralização institucional.” (Keating 2009: 7)

Na opinião de Gellner, alguns nacionalismos caminham no sentido de serem sucumbidos e dissolvidos por uma cultura mais ampla num Estado nacional. Poderá aplicar-se esta premissa à Escócia? Significará isso “que o nacionalismo é, afinal, sem importância? Ou até mesmo que é um artefacto ideológico, uma invenção de pensadores febris? De modo nenhum”, remata o autor. Verificamos precisamente o contrário, ainda que a cultura da Escócia seja semelhante à da Grã-Bretanha no seu todo, os escoceses acabam por reivindicá-la como sua, como parte do processo que constrói a sua nacionalidade.

McCrone (2001) considera por seu turno que quem tenta entender o nacionalismo também tenta decifrar os meandros da política, focando-se em características inerentes como a existência dos partidos nacionalistas, ou tentando identificar o que é que torna uma nação distinta das demais. No entanto, o autor não considera esta estratégia razoável, na medida em que encoraja o nacionalismo a olhar para os fatores que o podem diferenciar, ao passo que deveria focar-se no espaço que ocupa ao invés do seu “conteúdo”. Noutras palavras, não é tanto o que está na caixa que interessa, mas sim a caixa em si, pelo menos o espaço que ela marca. Tal abordagem é próxima ao que o antropólogo norueguês Fredrik Barth (1981) entende por ‘limites’. Barth, ao apontar que o nacionalismo não é a mobilização de diferenças e objetivos étnicos, mas a mobilização dessas diferenças a que os atores dão importância, dá-nos a entender uma direção modernista na explicação do nacionalismo e do nacionalismo escocês. Trata-se do limite social que o grupo constrói em torno de si, em vez do material cultural que a fronteira contém. À luz deste raciocínio, as diferenças nacionais geradas entre a Escócia e Inglaterra não dependem pois da existência de diferenças objetivas que ficam fora do processo de definição da nação, mas da construção e amplificação dessas mesmas diferenças. A perspectiva de Barth tem tido grande influência em estudos étnicos e nacionais. No entanto, o autor também tem sido criticado por assumir que a etnia é generalizada nos grupos e introduzida quase como um padrão, sem depender muito da sua própria autodefinição (Cohen 1996 *in* McCrone 2001:179).

“Como é que isto nos ajuda a entender o que significa ser escocês no século XXI? Como podemos saber se ser escocês no século XIV é o mesmo do que no século XXI? Mais, como é que podemos saber como é que as concepções ‘ser escocês’ foram surgindo, foram sendo geradas e reproduzidas? Como é que se desenrolaram as mudanças sociais e culturais que espelham a Escócia Moderna?” (McCrone 2001: 151).

Eis as questões que nos parecem apropriadas neste contexto, mas particularmente difíceis de responder. Hall lembra que as identidades são construídas e constituídas num âmbito interno, não se desenvolvem pela representação no exterior (Hall 1996: 4 *in* McCrone 2001: 151-2) e deixa a questão: em que medida é que as pessoas simplesmente abdicam das suas identidades atribuídas, dentro dos quadros apertados estabelecidos por estas representações e quanta liberdade têm para interpretar e mobilizar essas interpretações? O ênfase é dado às representações culturais, aos fenómenos internos à comunidade, na medida em que “só

sabemos o que é ser inglês por causa da representação cultural expressa, de várias formas, na vida Britânica” (Hall 1992: 292 *in* McCrone 2001: 152).

Qual parece, então, o melhor modelo explicativo para compreender o nacionalismo da Escócia? Na opinião de McCrone (2001) será o neonacionalismo, enquanto modelo que incorpora a instrumentalização do nacionalismo como nova política territorial dos países ocidentais. John Breuilly (1993: 333 *in* McCrone 2001: 188-9) reconhece que as situações na Escócia, Québec e no País Basco assumem a forma de nacionalismo muito diferente dos movimentos nacionalistas românticos das regiões periféricas de muitos países europeus do século XIX.

Mas, o que há então de novo com neonacionalismo? Em primeiro lugar, ocorre em Estados altamente desenvolvidos com economias igualmente desenvolvidas. Não partilha, por exemplo, muitos recursos com o nacionalismo dos países em vias de desenvolvimento, que tomam a forma de religião politizada; nem com o nacionalismo do mundo pós-comunista, onde se assemelha a um processo de recuperação de desenvolvimento económico e político, e vinca a distinção já estabelecida entre Ocidente/Oriente. A Catalunha, por exemplo, tem sido a parte mais avançada da Espanha, e o Québec desenvolveu recentemente a sua economia. No caso da Escócia, é a mudança nas fortunas económicas que tem feito também a diferença. No período pós II Guerra Mundial a taxa de desemprego foi significativa, superior à taxa do Reino Unido no seu todo. A economia foi, entretanto reestruturada, de modo que as disparidades diminuam. A descoberta de petróleo no mar do norte na década de 1960 ajudou a transformar as perspetivas económicas da Escócia, e com ele uma nova força política emergiu em força, o Partido Nacionalista Escocês, ao qual voltaremos no próximo capítulo (McCrone 2001: 189).

No final do século XX o mundo estava cada vez mais economicamente globalizado. A transformação económica da Escócia por exemplo, não foi de todo alheia à injeção de quantidades substanciais de capital estrangeiro, nomeadamente americano. Até ao fim do século, a Escócia exportou uma parcela maior da sua fabricação do que o restante Reino Unido, principalmente no sector da eletrónica. Assim se repôs uma posição estável da Escócia na economia internacional (McCrone 2001: 189).

Importa salientar que o nacionalismo, e conseqüentemente, o neonacionalismo não derivam de uma cultura específica. Pelo contrário, como sublinha McCrone (2001) ambos procuram fabricar e criar uma cultura distintiva das demais para fins políticos. As agendas políticas usam “materiais” culturais semelhantes no sentido de chegar a diferentes conclusões políticas. De facto, como frisa Ellie Kedourie (1966), qualquer que seja a doutrina, não é pelo facto de um sujeito falar a mesma língua ou ter a mesma raça dos demais que lhe dá o direito de desfrutar de um governo exclusivo. O importante é que se faça da diferença o primeiro princípio política a respeitar.

Um aspeto fundamental do neonacionalismo é a existência e desenvolvimento das sociedades civis razoavelmente coerentes e coesas. Tanto é a distinção cultural que gera o nacionalismo, como o nacionalismo que molda a distinção cultural. Estar ligado a valores sociais e políticos do coletivismo é considerado ‘escocês’, apesar de o mesmo conjunto de valores ser também importante para a Inglaterra, onde tais valores são vistos por sua vez como ‘britânicos’. Ter um quadro institucional razoavelmente denso é, sem dúvida, uma vantagem para o movimento nacional na Escócia, em comparação com o País de Gales, onde poderíamos ter esperado marcadores culturais mais evidentes, tais como a língua, para dar maior ênfase e poder cultural e político a esse país.

O neonacionalismo parece ter uma dinâmica própria. Parece ressaltar características cívicas em vez de étnicas. Apresenta uma ideologia política adaptável, apelando para direita como para a esquerda, adaptando-se às circunstâncias e construindo-se sobre recursos do neoliberalismo¹⁶ mas também do socialismo¹⁷ (McCrone 2001: 192-3).

Como o mesmo autor remata,

“A política de identidade do mundo moderno é das mais generalizadas, mas é também uma das mais flexíveis do século XXI. É pressionado para servir os governos centrais, mas também os regionais que procuram construir a sua autonomia política. Presta-se a ideologias de direita e de esquerda. Proporciona uma sensação de comunidade histórica ao mesmo tempo que cria estratégias para enfrentar o futuro. Por isso, o

¹⁶ Neoliberalismo como conjunto de ideias políticas e económicas relacionadas intimamente com o capitalismo e onde o papel do Estado passa para segundo plano e dá lugar à liberdade comercial e desenvolvimento social.

¹⁷ Socialismo enquanto doutrina político-económica relacionada com a distribuição equilibrada da riqueza e dos bens e da preocupação com o próximo.

nacionalismo vem combinar três aspetos fundamentais: o sociológico, o político e o psicológico. Daí ser uma força tão importante num momento em que as estruturas estatais convencionais lutam para reivindicar a soberania. Os movimentos nacionalistas criam uma fortaleza onde aglomeram a defesa cultural, os recursos políticos, a identidade nacional. É um movimento ‘apanha tudo’, que se presta a várias versões da política, à procura de novas formas de autodeterminação e autogestão. São planos conscientes das noções de soberania partilhada num mundo interdependente” (2001: 194-5).

A perspetiva ocidental neonacionalista vê o Reino Unido como um quadro para a gestão de problemas comuns numa união de nações autónomas. A Escócia é apresentada como uma nação histórica, com uma vontade de autodeterminação expressa recorrentemente desde o final do século XIX, uma realidade sociológica e uma comunidade política. A perspetiva neonacionalista apresenta a relação da Escócia e do Reino Unido como bilateral, baseada na troca de poderes e interesses mútuos. O Reino Unido poderia desenvolver-se em moldes semelhantes aos da União Europeia, como um objeto político em evolução contínua, embora, neste caso, a dinâmica seria centrífuga em vez de centrípeta. A independência na Escócia não pode, por isso, ser vista num sentido tradicional, onde ser independente e soberano é “ficar sozinho”, sem depender dos restantes contextos políticos envolventes.

Marshall (1956) reconheceu, na altura do nascimento de Estado-Providência, três conjuntos de direitos. Os direitos civis ligados à liberdade dos cidadãos perante o Estado; os direitos políticos, ou seja, a capacidade de participar na vida pública, incluindo a votação; e ainda os direitos sociais, ou seja, a conquista do direito à proteção social de base por parte do Estado enquanto organização política socialmente responsável. Esses direitos de cidadania ajudaram a sustentar a união britânica e a explicar a sua evolução ao longo do tempo, mesmo quando a identidade permaneceu diversificada. Ora, o neonacionalismo está pouco preocupado com a cidadania britânica nas suas três dimensões, desde que os direitos necessários sejam sustentados em outros lugares. Portanto, advoga-se que não há necessidade de uma Carta dos Direitos Britânicos desde que se aplique a Carta Europeia (Keating 2009: 131).

O nacionalismo passa

“por um processo de modulação e adaptação, de acordo com diferentes eras, regimes políticos, economias e estruturas sociais. A ‘comunidade imaginada’ tem, como resultado, de se espalhar para toda a sociedade contemporânea concebível” (Anderson 1991: 157).

A independência nacional vai-se pois modulando também, uma vez num mundo que experimenta a integração transnacional e interdependência, e dentro de uma União Europeia que exerce a autoridade supranacional, com aplicação direta das suas leis e votação por maioria numa ampla gama de questões. A soberania, na prática, foi fortemente circunscrita. Mais, em estados plurinacionais e na União Europeia, o princípio em si foi transformado (MacCormick 1999; Keating 2001a *in* Keating 2009: 126). Ao invés de ser um conceito unitário investido no Estado, é algo que pode ser partilhado e dividido. Introduce-se o conceito de "pós-soberania" que se refere não ao fim da soberania, mas a uma nova fase, na qual o significado foi transformado e onde podem ser consideradas novas formas de organização política.

Em Maio de 2007, a celebração dos trezentos anos da União Anglo-Escocesa decorreu com pouca alegria pública. As eleições para o parlamento estavam pendentes, e o Partido Nacionalista Escocês não viu razão para celebrar a União. Keating (2009) mostra uma sondagem de opinião (ICM, janeiro de 2007) segundo a qual apenas pouco mais de um terço dos eleitores esperavam que a União (da Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte) durasse mais do que 50 anos, enquanto a outra metade se declarava favorável à independência da Escócia. Agora, e passado o Referendo de 2014 e a consulta popular da independência escocesa, decretará o "Não" que o nacionalismo perdeu força no país?

Podemos prever um prazo para dizer que os Estados-Nação, identidade nacional e nacionalismo em geral terão sido substituídos por uma cultura cosmopolita de governança supranacional? Para Smith, esse período está já em marcha. "O último grande tema na literatura que tenta mover além do modernismo, prevê a superação inevitável dos Estados-Nação e nacionalismo pelo âmbito supranacional ou mundial com as organizações e identidades a entrarem numa era 'pós-moderna'" (Smith 1998: 213).

A globalização trouxe, como ilustra Anderson (1991: 36), a procura de "uma nova maneira de ligar fraternidade, poder e tempo, de forma significativamente junta", sendo que o maior incentivo nessa procura foi o capitalismo, mecanismo que tornou possível que os cidadãos pensassem sobre si próprios e se relacionassem de novas maneiras.

A forma de comunicar, a forma de fazer política, as relações interpessoais, a vida em sociedade passaram da dialética local para global, e transformaram a forma como o

nacionalismo é visto. Smith (2009) argumenta que nesta era pós-nacional apenas os grandes blocos de poder, como a UE e as federações, conseguem ser capazes de lidar com problemas como a poluição ambiental, o tráfico de drogas, as migrações, o terrorismo e epidemias globais. Neste cenário, os Estados nacionais têm pouco controlo, as fronteiras estão esbatidas, o mundo vive no famoso termo “aldeia global”, num contexto de crescente interdependência (Keohane & Nye 1989). E, mesmo dentro das fronteiras, a crescente mistura étnica e cultural das populações tornou as narrativas tradicionais da identidade nacional cada vez mais híbridas e fragmentadas. As considerações de Brubaker (1996) apontam para esse sentido:

“A integração financeira global, as redes globais densas de comércio e migração, as infraestruturas de comunicações globais, uma cultura de massa incipiente, o alcance global das corporações transnacionais, as jurisdições que atravessam a fronteiras e uma série de outras organizações transnacionais, bem como a natureza intrinsecamente transnacional do terrorismo, tráfico de drogas, armamento nuclear, e problemas ecológicos, todos eles reforçaram a convicção de que o mundo se movia para além do Estado-nação”.

A história da ascensão e queda de nações e os seus nacionalismos no mundo moderno é espelhado no recital da ascensão e declínio do paradigma dominante das nações e do nacionalismo, em conjunto com todas as suas teorias e modelos associados (Smith 2009: 2-3). Essas abordagens e teorias possuem uma série de características que nas últimas décadas foram tomadas como garantidas, como Smith (2009) sumariamente descreve: o sentimento de poder e a imprevisibilidade do nacionalismo, a ideia de que a ideologia e movimento do nacionalismo foi uma das forças dominantes no mundo moderno; o sentido de natureza problemática do conceito de nação, a dificuldade em fixá-lo; a crença na especificidade histórica das nações e nacionalismo, que eram fenómenos peculiares a um período particular da história; a crescente ênfase na qualidade socialmente criada de todas as identidades coletivas, incluindo as identidades culturais, e, portanto, uma compreensão da nação como uma construção cultural, forjada e construída por várias elites para atender determinadas necessidades ou atender a interesses específicos; o compromisso de explicações sociológicas de que derivam nações e nacionalismo e das condições sociais e processos políticos da modernidade.

Porém, a globalização que introduz a integração e interligação entre nações é a mesma que promove o interesse pelo individual, pela capacidade do ser humano se assumir como protagonista, como ser único. Esse individualismo veio também, como Smith (2009) bem

explica, alterar a solidariedade política do Estado nacional, trazendo à tona a arena do bem-estar, das preferências individuais. Como William McNeil tem demonstrado, estas tendências acabam por limitar-se a retomar processos de mudança que eram generalizados antes do Estado-Nação (Smith, 2009: 82).

Por isso, como conferem Horsman e Marshall (1994 *in* Smith 1998: 2), os nacionalismos têm vindo a tornar-se obsoletos num mundo de vastos mercados transnacionais, blocos de poder, consumismo e comunicações em massa. A ideia de que as nações são entidades reais, fundadas na história e na vida social, que são homogêneas e unidas, que representam os principais atores sociais e políticos no mundo moderno, já não parece tão verdadeiro como até à década de 70. No final dos anos 1980 e 1990, os sonhos democráticos iniciais de Estados africanos e asiáticos não se realizaram, e as nações não se fundaram nos ideais nacionalistas de unidade, participação, implementação de reformas para a educação, como também os países desenvolvidos do Ocidente experimentaram os rumores de descontentamento e fragmentação. Ainda que se refira ao período da Guerra dos Trinta Anos, ou seja, ao século XVII, as palavras de Brubaker (1996) não perderam atualidade:

“(...) a organização do espaço político em linhas nacionais parecia cada vez mais mal correspondida no que toca à realidade económica, social e cultural. O Estado-Nação era visto como simultaneamente demasiado pequeno e demasiado grande: pequeno demais para servir como uma unidade efetiva de coordenação num mundo cada vez mais internacionalizado, muito grande e remoto para ser uma unidade plausível e legítima de identificação.”

Voltando ao século XX, as grandes ondas de imigração e o aumento massivo da comunicação e das novas tecnologias da informação vieram pôr em causa as crenças anteriores numa única nação cívica com uma identidade nacional homogênea, que poderia ser usada como um modelo para o desenvolvimento nacional "saudável" (Smith, 1998; 2). Mas, como nos dá a conhecer Ribeiro (2004), pela obra de Smith, não será a própria “configuração política dos Estados em sistemas regionais mais alargados que ajuda a barricar o poder da nação e a aumentar a chama do nacionalismo por todo o lado?” Isto significaria, assim que “não é em quaisquer alinhamentos ou blocos supranacionais de Estados-Nação que devemos procurar a causa da anulação das nações ou do nacionalismo; esses agrupamentos interestaduais, quer sejam coligações, comunidades, ou organizações, só ajudam a perpetuar, se não mesmo a

inflamar, o poder das identidades nacionais e das aspirações nacionalistas" (1997: 206-207 *in* Ribeiro 2004:6). Na verdade, quanto mais interdependente e fragmentada é, mais existe a necessidade do cidadão se sentir "em casa", num ambiente onde haja uma identificação, um sentimento de pertença.

Podemos explorar esta questão precisamente ao nível da cidadania. Se por um lado, "a exigência de uma fidelidade nacional e cultural única e o incentivo à defesa de um sentimento nacional exclusivista servirão apenas para aumentar o número dos excluídos e deteriorar as relações intergrupais, em vez de se canalizar as energias para a criação de soluções de problemas comuns como o desemprego, a pobreza, a marginalidade e alienação social" (Carvalhais 2004: 107), por outro, a heterogeneidade cultural, étnica e social serve para abrir novos caminhos na compreensão da diversidade e da possibilidade de existência de vários nacionalismos nas várias nações. Talvez a globalização não seja o fenómeno que vá terminar o nacionalismo ou a importância das nações enquanto blocos soberanos. Talvez seja a janela que permite ver a melhor forma de lidar com as cada vez maiores especificidades no mundo.

Estudar os movimentos nacionalistas sub-estatais, ou mais precisamente o caso da Escócia, revela como a globalização coloca novos desafios às práticas existentes entre nacionalistas sub-nacionais e os governos centrais, que não só abrem a porta a novas práticas políticas, mas também nos ajuda a entender melhor uma componente importante da globalização (Paquin 2002: 58). Revela também a ambiguidade do nacionalismo, da identidade e, ao colocar-nos entre as dimensões ética e cívica, revela a força das perspetivas e a forma como influenciam a realidade de um país, como duas dimensões podem ser contrastantes mas complementares. Na Escócia, lidamos com cada um dos problemas colocados no presente capítulo. A sua história e especificidade viram os princípios do avesso e obrigam a criar novas interpretações e descobrir novos caminhos a trilhar.

CAPÍTULO IV

O PARTIDO NACIONALISTA ESCOCÊS

IV.1. Origens e a trajetória do SNP – breves considerações

A criação do *Scottish National Party* (Partido Nacionalista Escocês) data do ano de 1934. As origens do SNP podem ser rastreadas em diversas organizações que defendem a governação independente da Escócia nas décadas de 1920 e 1930. Em 1928, a *Scots National League* (Liga Nacional Escocesa, formada em 1921) e a Associação Nacionalista Escocesa da Universidade de Glasgow (criada em 1927) combinaram-se com o *Scottish National Movement* (Movimento Nacional Escocês) para formar o *National Party of Scotland*, NPS (Partido Nacional da Escócia)¹⁸. Em 1934, o Partido junta-se ao Partido Escocês para formar o *Scottish National Party* (SNP).

Paquin (2002), traça a história deste partido, que é importante replicar. O SNP começa por ter um impacto insignificante até à década de 1960. Ao mesmo tempo, o Estado-Providência, reforçado em todo o Reino Unido, a par de um sistema bipartidarista - que rivaliza dois partidos principais: os Trabalhistas e Conservadores que dominam a Escócia e a Inglaterra - conferia homogeneidade à União.

Na década de 1960, problemas económicos estruturais abalaram a Escócia. A credibilidade económica do Reino Unido diminuiu conseqüentemente. O período de expansão económica que tinha acontecido no pós II Guerra aproximava-se do fim. A ascensão do SNP, cuja base de ação está ligada a organizações regionais da Escócia levantou desafios para o Partido Trabalhista e Partido Conservador. Um partido diferente tentava afirmar-se numa realidade onde o bipartidarismo era regra, por isso, “as preferências das organizações regionais e dos partidos dominantes deixaram de estar tão bem alinhadas”. Greer (2007) considera que o SNP tinha como que uma presença ‘sombra’ na política escocesa desde 1930, na medida em que seria utilizada pelos secretários de Estado e pelo *lobby* territorial para adquirir novos recursos. Porém,

¹⁸ Inicialmente, o Partido Nacional da Escócia foi bastante vago sobre o tipo de postura que procurava para o parlamento da Escócia, ou seja, se queria um parlamento independente ou um subordinado a Westminster. Rapidamente optou pela independência da Escócia (Paquin 2002: 21).

o seu crescimento em 1960 fez com que esta “ameaça fantasmagórica” na expressão de Greer, para a Escócia numa fase inicial e posteriormente com o crescimento, para o próprio Reino Unido, se tornasse bastante evidente. Por isso, vários líderes dos partidos mais estabelecidos e poderosos na Escócia precisaram de delinear estratégias para travar esta situação, mesmo que isso significasse negociar fora das preferências dos seus eleitores e das organizações externas das quais dependiam.

Na Escócia, a economia tinha-se diversificado pouco desde a segunda metade do século XIX. O governo Trabalhista tentou, com pouco sucesso, mudar esta situação entre 1964 e 1970. Entre 1974 e 1979, o segundo governo Wilson estaria entretanto muito ocupado em gerir muitas outras crises para poder sequer tentar reverter a situação. Paquin (2002) defende que “a mudança estrutural causada pela Globalização é central para nosso argumento”. De facto, com a transformação do *Welfare State* britânico, os escoceses tinham cada vez menos interesse em pertencer à Grã-Bretanha. O fim da política social universal acaba assim por levar à atomização da sociedade civil e a um aumento no número de movimentos que advogavam a autonomia, a devolução ou consolidação dos poderes do gabinete da Escócia como uma solução para a crise da nação, argumentando que apenas os escoceses sabem o que é bom para a Escócia. Chega a aclamar-se mesmo a independência total. Na década de 1970, em resposta ao crescimento do nacionalismo escocês e do Partido Nacionalista, o governo Trabalhista opta por dar crescente responsabilidade ao secretário escocês para o desenvolvimento económico. Posteriormente, as únicas áreas da política interna em que o gabinete escocês não desempenhava um papel importante eram apenas matérias pouco relevantes no que concerne à questão da autonomia (Paquin 2002: 64-65).

Como defende Paquin (2002), “os nacionalistas jogaram a carta anti conservadorismo ao máximo”. Nas eleições de 1974, o SNP ganhou quase trinta por cento dos votos. Este aumento da popularidade do movimento pró-independência, chamemos-lhe assim, não pode ser explicado apenas pelo sentimento de dever de independência e de autonomia vivido na Escócia, já que nessas eleições o Partido Nacionalista Escocês também conquistou votos de protesto contra o parlamento britânico por parte de cidadãos escoceses que não seriam propriamente defensores da independência.

O interesse na possibilidade de criar um parlamento escocês aumentou. Em contrapartida, os conservadores propuseram um senado eleito que pudesse representar os interesses escoceses em *Westminster*, ao passo que o governo Trabalhista propôs a criação de uma comissão para estudar a questão.

A chegada do Partido Nacionalista Escocês ao palco político escocês foi memorável quando o partido conseguiu por eleição em 1967, um dos assentos que pertencia ao Partido Trabalhista. Este acontecimento parecia marcar uma mudança histórica na política escocesa. Forçou os partidos no Reino Unido a responder ao modo como o SNP conseguiu os seus votos e dominância sobre a agenda política. Ambos, Trabalhistas e Conservadores, responderam com a teoria da desconcentração (o estabelecimento de um parlamento escocês), a que se juntou a aprovação pelo governo Trabalhista, não sem muito esforço e debate no parlamento, de uma lei que estabelece um parlamento escocês, sujeito porém a uma votação em referendo de 40% do eleitorado escocês favorável à sua criação. Ora, ainda que opinião pública tenha sugerido fortemente que isso se iria concretizar, já que sempre fora fortemente favorável à descentralização, os escoceses não votaram a favor. O referendo falhou e a Lei Escocesa de 1978 foi, portanto, revogada. Esta época salda-se assim por um resultado negativo para os governos regionais que desejavam emergir¹⁹ (Greer 2007: 41).

A Lei Escocesa de 1978 é o documento que determina a devolução de poderes. Greer classifica-o como um documento “estranho”, na medida em que “possui as cicatrizes da experiência parlamentar escocesa, incluindo a regra de 40%, a cláusula que deixa as ilhas de Orkney e Shetland optar pela decisão de sair da Escócia e a supressão da cláusula que diz que a devolução deixaria o Reino Unido coeso” (Greer 2007: 144). O fracasso de 1979 poderá ser atribuído à interação dos partidos políticos escoceses com a teia de organizações regionais, das quais se contam os sindicatos, as empresas, a igreja. Porém, o protagonista desta senda foi o Partido Trabalhista.

¹⁹ Duas décadas de ganhos para o *Scottish National Party* e todos os argumentos sobre a devolução escocesa terminaram com o fracasso do referendo sobre a criação de um parlamento escocês. Houve separações dolorosas no Partido Trabalhista, e uma quase destruição do Partido Nacionalista Escocês.

O SNP ganhou 11 lugares no parlamento em Outubro de 1974, seguindo a descoberta de petróleo no mar do norte, sob a campanha “*It’s Scotland’s oil*”²⁰. No entanto, acabou por perder quase todos estes assentos, ficando apenas com dois, no ano de 1979, quando retirou o seu apoio ao Governo Trabalhista de *Westminster* e precipitou as eleições que trouxeram ao poder Margaret Thatcher (MacWhirter 2014: 18). Houve uma frustração enorme do partido na altura do Governo da Dama de Ferro.

Em 1988 o Partido Nacionalista sofreu uma perda nas eleições. Em 1992 apresentou um *slogan* denominado “Livre por ‘93”. Houve piadas por partes dos líderes do Partido Trabalhista neste seguimento. Donald Dewar disse que “o *slogan* é bom, porque o SNP poderá usá-lo a cada 10 anos” (Lynch 2002: 198).

Em 1990, com a queda do bloco soviético, houve uma “primavera de nações”, e o partido viu-se tentado a adotar uma estratégia semelhante aos países da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No entanto, Alex Salmond²¹ opôs-se a esta estratégia (P. Lynch 2002: 192-200 *in* Greer 2001: 87).

Em 2007, terminam cerca de 50 anos de domínio do Partido Trabalhista; o líder do SNP, Alex Salmond foi eleito primeiro-ministro da Escócia, o posto mais alto do governo. A noite da eleição parlamentar escocesa em 2007 foi a mais caótica na história eleitoral britânica. Houve confusão generalizada entre os eleitores no boletim de voto. O resultado foi incrivelmente renhido, e a contagem arrastou-se todo o dia de sexta-feira. Houve uma recontagem nas listas

²⁰ http://www.history.com/news/the-history-behind-the-scottish-independence-vote/?cmpid=Social_Facebook_HITH_09162014_2

²¹ Alexander Elliot Anderson Salmond, conhecido no mundo da política como Alex Salmond nasceu em Hogmanay, no ano de 1954. É licenciado em economia pela Universidade de St. Andrews tendo começado a sua carreira a trabalhar no Gabinete da Escócia e Royal Bank of Scotland.

Desempenhou um dos papéis mais ativos no Partido Nacional Escocês, sendo um dos principais impulsionadores do argumento a favor da independência.

As suas convicções passaram por tempos difíceis, desencadeadas pela vitória eleitoral do partido conservador de Margaret Thatcher em 1979. Nessa altura, o número de deputados nacionalistas passou de onze para dois.

Foi expulso do SNP em 1982 provisoriamente e regressou quando ganhou um assento parlamentar em 1987.

Salmond reposicionou o partido enquanto uma entidade socialmente mais democrática e pró-europeia. Tornou-se primeiro-ministro da Escócia em 2007 e em 2012 assinou, ao lado de David Cameron, o acordo de Edimburgo. Quando os eleitores rejeitaram a independência em 55% a 45% na votação 18 de Setembro de 2014, Alex Salmond demitiu-se do cargo de primeiro-ministro dando lugar a uma figura já conhecida do Partido Nacionalista, Nicola Sturgeon. (BBC, 13 de Novembro de 2014)

<http://www.bbc.com/news/uk-scotland-scotland-politics-28835771>

quando um candidato do SNP observou que ao Partido Trabalhista tinham sido atribuídos mais dois lugares do que os possibilitados pela sua real percentagem de votos. Quando o último resultado foi declarado, o locutor da BBC Radio sugeriu inicialmente que o Partido Trabalhista tinha ganhado a eleição. Mas foi rapidamente corrigido, e na Escócia percebeu-se que o *Scottish National Party* acabava de ganhar a sua primeira eleição por uma reduzida margem: 47 assentos para o SNP, 46 para o Partido Trabalhista. Mas, “foi um voto pela Independência? Não. (...) os eleitores escoceses ainda lutavam para encontrar alguma liderança política respeitável” (Macwhirter 2014: 279).

No Partido Nacionalista advoga-se, então, que os escoceses começavam agora a perceber a nova abordagem do partido:

“O SNP previu uma campanha positiva baseada no tema-chave de tornar a Escócia mais bem-sucedida, com serviços de saúde vitais mantidos localmente; mais apoio às pequenas empresas; comunidades mais seguras; imposto mais baixo e mais justo, deixando mais dinheiro no bolso das pessoas no final de cada mês. O partido também teve o benefício de uma nova ferramenta de eleição online que permitiu aos membros para direcionar os eleitores com mensagem positiva do SNP a partir do conforto das suas próprias casas”²².

O SNP ganhou um segundo mandato em 2011 e foi capaz de usar o mandato histórico do seu partido para garantir a aprovação de um referendo sobre a independência da Escócia. “*Together, we can make Scotland better*” [Juntos, podemos tornar a Escócia melhor] foi o mote da campanha. “O SNP ganhou uma maioria absoluta no parlamento escocês com 69 lugares - uma façanha mais significativa pelo facto de o sistema eleitoral ter sido especialmente concebido para evitar que qualquer partido ganhe o controlo total do parlamento²³”. O SNP contabilizou 69 assentos, o Partido Trabalhista assegurou 37, os Conservadores 15, os Liberais Democratas 5, e os outros ficaram com os 3 restantes²⁴. Em 2012, como prometido, Alex Salmond e primeiro-

²²Estas declarações são provenientes do *site* do Partido Nacionalista Escocês: <http://www.snp.org/about-us>

²³ Ibidem

²⁴ O Governo na Escócia funciona da seguinte forma: o governo devolvido para a Escócia tem uma série de responsabilidades que incluem: saúde, educação, justiça e meio ambiente. Alguns poderes estão reservados para o governo do Reino Unido e incluem: a imigração, a constituição, a política externa e de defesa.

Quem dirige o Governo escocês: depois de uma eleição parlamentar escocesa, um primeiro-ministro é formalmente nomeado pelo parlamento escocês e nomeado pela Rainha. O primeiro-ministro, em seguida, nomeia os ministros escoceses para completar o seu gabinete com o acordo do parlamento escocês e a aprovação da Rainha. O primeiro-ministro lidera o governo escocês, com o apoio do conselho de ministros e ministros escoceses.

ministro britânico David Cameron assinaram um acordo para realizar o referendo em 2014: o Acordo de Edimburgo.

O Partido Nacionalista Escocês adotou a política de um referendo como uma rota constitucional para a independência. Os manifestos do Partido Nacionalista para ambas as eleições do Parlamento escocês de 2007 e 2011 continham a promessa de colocar a questão da independência para o povo da Escócia, em referendo. O SNP formou um governo minoritário em 2007 e na campanha de 2011 anunciou a intenção, se eleito, de apresentar um projeto de lei de referendo no parlamento. Tendo, contra as expectativas, garantido a maioria absoluta, o Partido Nacionalista formou executivo e pôde, assim, garantir no parlamento escocês o apoio a um projeto de lei com vista ao referendo (McLean, Gallagher, Lodge, Gallagher 2014: 6).

IV.2. O SNP e o nacionalismo pós-moderno da Escócia

Feita a resenha histórica do partido, importa questionar ainda quais os seus objetivos. Nos seus documentos internos encontramos a resposta:

“(a) A independência da Escócia, que é a restauração da soberania nacional escocesa pela restauração de plenos poderes ao parlamento escocês, de modo a que a sua autoridade seja limitada apenas pelo poder soberano do povo escocês para vinculá-lo a uma constituição escrita e aos acordos nos quais possa entrar livremente com outras nações, estados ou organizações internacionais com o propósito de promover a cooperação internacional, a paz mundial e a proteção do ambiente;

(b) o adiamento de todos os interesses escoceses”²⁵.

Falar em partidos nacionalistas ou mesmo em nacionalismo não é, como explica Greer (2007), fornecer uma explicação para o fenómeno da regionalização²⁶. No entanto, a presença

O parlamento escocês compreende todos os membros eleitos do parlamento escocês e é a lei elaborar conteúdos para assuntos autónomos. Considera a legislação proposta e verifica as atividades e políticas do governo escocês, através de debates, perguntas parlamentares e trabalho das comissões.

²⁵Constituição do SNP:

<http://www.snp.org/sites/default/files/assets/documents/constitutionofthescottishnationalparty.pdf>

²⁶ “A regionalização ocorreu na sequência da expansão da esfera pública, mais precisamente na sequência do alargamento das funções sociais do Estado-providência, a partir da Segunda Guerra Mundial. Foi a crescente incapacidade das instituições e das estruturas tradicionais do Estado-nação — que era um Estado fortemente centralizado — de fazer face às exigências decorrentes da complexificação funcional do Estado social que levou à distribuição de funções entre governo central e governo local para garantir maior eficácia de resposta aos novos problemas das sociedades (...) A regionalização surge como uma imposição, tanto por motivos de eficácia como de legitimidade, como exigência estratégica de mobilização social e de participação política. Mais: o regionalismo surge

de um partido como o Partido Nacionalista Escocês veio trazer a identidade nacional e as políticas territoriais para primeiro plano. O surgimento e a afirmação de um partido como o SNP acaba por ser fundamental para chamar a atenção de outros partidos, nomeadamente o Partido Trabalhista, que esteve no governo durante vários anos, para os assuntos escoceses. Foi abrir os olhos para uma realidade aparentemente esquecida.

Prosseguimos com Greer, que sublinha:

“Há evidências de que a erupção e força dos partidos nacionalistas mudou a política regional. A presença dos partidos nacionalistas como concorrentes eleitorais obriga os partidos estaduais estabelecidos a criar governos regionais a fim de derrotar os nacionalistas” (2007: 27-28).

Veja-se o caso da Escócia e da Catalunha. Ambas ganharam autonomia jurídica quando o Partido Socialista detinha a maioria de assentos parlamentares, ao mesmo tempo que conseguiram nacionalistas na arena política. Ainda que o processo não seja fácil, movimentos nacionalistas são um ótimo pretexto para criar mudanças, e ainda que ao início o nacionalismo pareça silencioso, há um ponto em que os resultados se começam a fazer sentir e fazem tremer a tradição.

Greer (2007) lembra que existem duas formas de os partidos conseguirem recursos. Uma delas está relacionada com as parcerias estabelecidas com outras instituições, que habitualmente não têm de lidar com questões de auto preservação como é o caso dos bancos ou das universidades; outra verifica-se através de ativistas que dão o seu tempo e recursos na busca de recompensas por pertencer a um partido ou movimento com determinados princípios de indução e ação. De uma maneira geral, todos os partidos recorrem a este tipo de estratégias. O que varia é a forma e a importância da mobilização desses recursos para cada um. Há, assim, partidos onde a dependência da mobilização é substituída pelos membros que a constituem, o que leva a ser-lhes atribuído o nome de “movimento-partido”. São partidos que acabam por ser

como nova expressão do patriotismo, com a progressiva transferência do conceito de pátria da nação para a região. Neste sentido, o regionalismo, assim entendido como «patriotismo regional», surge como consequência lógica da cosmopolitização. Quanto mais aberto ao mundo se é, quanto mais cosmopolita, tanto maior é a necessidade de pertença regional. A consistência do grande espaço radica na intensidade da pertença ao pequeno espaço” (Cruz 1992: 838), disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223055071N2vGE0kx0Er83BB8.pdf>

constrangidos e impulsionados pelas metas dos seus membros, mais do que pelas instituições afetadas. Greer defende que o Partido Nacionalista Escocês é um desses casos²⁷.

São partidos com necessidade de manter uma ação coletiva, ou seja, encontrar uma forma de dar incentivos para vencer as dinâmicas culturais vigentes. São, portanto, partidos considerados de índole mais fraca, embora tenham um propósito positivo. Acabam por não ter também grandes recursos económicos de legitimação como dinheiro, imprensa, forte infraestrutura e, por isso, são apetecíveis aos eleitores de protesto e líderes carismáticos. Esta situação constitui um problema, como ilustra Greer (2007). Ainda que o SNP seja um partido de governo, os seus propósitos de independência fazem com que seja mais fácil ir contra a sua causa do que propriamente motivar cidadãos a votar em seu favor. É mais fácil trazer uma coesão social contra pois “excede a sua capacidade de reunir os seus próprios ativistas e apoio público a favor da independência” (Greer 2007: 13). Do mesmo modo, não é fácil intercetar também um voto de protesto, já que o eleitor poderá tanto optar pelo Partido Nacionalista, como pelos Verdes ou pelo Partido Socialista Escocês.

O Partido Nacionalista Escocês tem ainda mostrado que o nacionalismo multicultural tem mais do que um lado.

“Pode-se ser nacionalista sem ser desagradável, sem ser xenófobo, ou ter qualquer conceito de exclusividade étnica. Ele [o Partido Nacionalista Escocês] define uma pessoa escocesa como aquela que passa a viver na Escócia e celebra a imigração de uma forma positiva. (...) O nacionalismo escocês é um nacionalismo pós-moderno em que ser internacionalista e multicultural é uma celebração da identidade nacional escocesa. O SNP é o único partido nacionalista europeu que tem mais votos de não-nacionalistas do que nacionalistas” (Macwhirter 2014: 30).

Em paralelo, o mesmo autor entende que,

“os escoceses percebem que estão numa jornada onde o destino é opaco. Os escoceses não são claramente nacionalistas apaixonados que sentem que a sua identidade está a ser esmagada (...) os escoceses são conservadores constitucionais. Tiveram uma história muito longa e muito sangrenta para não enveredar por uma mudança radical quando se pode evitar” (Macwhirter 2014: 41).

²⁷ A Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) foi também, até 2003, um dos partidos com as mesmas características (Greer 2001).

IV.3. O Acordo de Edimburgo com vista ao referendo de 2014

“Foi quase como se a Escócia se tivesse tornado independente” (Torrance 2013).

Após mais de um ano em luta, o primeiro-ministro David Cameron acordou que os escoceses pudessem votar a independência num referendo. Seria executado em finais de 2014. O evento aconteceu a 15 de Outubro de 2012.

“Os dois governos estão comprometidos a continuar a trabalhar juntos para alcançar um objectivo, qualquer que ele seja, no melhor interesse para as pessoas da Escócia e para o resto do Reino Unido” (Torrance 2013).

Torrance (2013) faz destacar dois signatários do Acordo, como “jogadores notáveis na cena política” do referendo: o na altura secretário de estado para a Escócia, democrata liberal Michael Moore e Nicola Sturgeon - neste momento, primeira-ministra da Escócia, depois da demissão de Alex Salmond, no rescaldo da vitória dos unionistas - que concluíram as negociações sobre o referendo dias antes de Salmond e David Cameron assinarem o acordo. O Partido Nacionalista Escocês vence, na altura, as eleições com maioria absoluta e é ainda brindado com a possibilidade da realização de um referendo rumo à independência. Foi um período de grande prosperidade, uma injeção de confiança na causa nacionalista.

O Acordo de Edimburgo foi efetivamente um passo extraordinário na luta pela independência da Escócia. Tem uma única questão, simples, sem espaço para interpretações ambíguas. “*Should Scotland be an Independent Country?*” [Deve a Escócia ser um país independente?].

A cerimónia de formalização do acordo com vista ao referendo aconteceu na Casa de Santo André, no coração da Capital da Escócia.

Sobre o referendo, Alex Salmond dirá:

“Este será um referendo projetado e emitido pelo parlamento escocês. O acordo marca o entendimento sobre o processo e o respeito pelo resultado do referendo, por ambos os lados. Na minha opinião, abre o caminho para uma nova parceria nestas ilhas”²⁸.

²⁸Palavras de Alex Salmond sobre o Acordo de Edimburgo, disponíveis em: <http://wayback.archive-it.org/3011/20130201155011/http://www.scotland.gov.uk/News/Releases/2012/10/referendum15102012>

O que é que diz o Acordo de Edimburgo? (ver anexo I) Os governos concordaram em promover uma Ordem do Conselho nos termos do Artigo 30 da Lei da Escócia de 1998 (ver anexo II). É o Parlamento Escocês que vai legislar este referendo.

“A ordem permite que o parlamento escocês legisle um referendo que deverá ocorrer em qualquer ponto antes do final de 2014. A data da votação será o parlamento escocês a determinar e será estabelecido no referendo a ser introduzido pelo governo escocês. A Ordem exige a votação para este referendo a ser realizado num dia com nenhum outro evento previsto pela legislação do parlamento escocês.²⁹”

Os governos concordam que os princípios em que assenta o referendo são realizados de acordo com as leis do Parlamento do Reino Unido. O Ato de 2000 dos Partidos Políticos, Eleições e Referendos (PPERA) (ver anexo III) vai incluir as regras sobre o financiamento da campanha, a regulamentação do referendo, a supervisão e a conduta. Por outro lado, é esta também a base para a criação de um Conselho de Administração Eleitoral e Comissão Eleitoral, isto inserido nas circunstâncias particulares escocesas.

Sobre a pergunta a colocar, o acordo diz-nos que deverá ser justa, fácil de entender e capaz de produzir um resultado aceitável e de confiança. É revista pela Comissão Eleitoral, no sentido de apurar se respeita todos estes requisitos. É, assim, explicada a simplicidade da pergunta sobre a independência da Escócia³⁰.

O Acordo de Edimburgo explica que os governos interessados nesta questão concordam sobre a importância de assegurar que a campanha do referendo esteja sujeita a uma regulamentação que garanta que o referendo é justo e que, por outro lado, sirva o debate e os propósitos dos dois lados da questão. É um acordo que convida à diplomacia e à aceitação mútua das partes interessadas.

²⁹ O Acordo de Edimburgo: <http://www.gov.scot/Resource/0040/00404789.pdf>.

³⁰ “Em conformidade com o disposto no PPERA, o Governo escocês irá referir-se à questão do referendo proposto e qualquer declaração anterior à Comissão Eleitoral para a revisão de sua inteligibilidade. As partes interessadas poderão apresentar os seus pontos de vista sobre a redação proposta para a Comissão Eleitoral como parte do processo de revisão da Comissão de uma forma normal. A Comissão Eleitoral apresentará um relatório sobre a questão e este relatório será apresentado ao Parlamento escocês. Por sua vez, o Governo escocês irá responder ao relatório, indicando a sua resposta a quaisquer recomendações que a Comissão Eleitoral pode fazer.”

Uma questão primordial que se coloca em qualquer situação desta dimensão é o financiamento. Por isso, o Acordo salvaguarda que é importante que as regras sejam justas e proporcionem condições de concorrência equitativas, isto para impedir que o poder económico se sobreponha ao político. Afinal, o financiamento é o que vai permitir realizar a campanha e dar a conhecer aos eleitores as diferentes partes em confronto. O financiamento é legislado pelo mesmo documento que regula o referendo – o PPERA. O acordo salvaguarda ainda a possibilidade de doações para os participantes no referendo que não sejam geridos por partidos políticos, ainda que não possam existir doações anónimas ou de organizações que existam fora do Reino Unido.

Ainda antes de prosseguir com a análise do referendo sobre a independência da Escócia, ocorrido em 2014, iremos no próximo capítulo fazer uma breve análise e reflexão sobre a figura do referendo em democracia, e em particular no contexto político britânico.

CAPÍTULO V

OS REFERENDOS

V.1. O Referendo na Teoria Democrática

“Na maioria das democracias as elites políticas parecem ser capazes de resolver as suas diferenças sem incluir as massas no processo de tomada de decisão. No entanto, há casos em que os membros da elite exigem um referendo” (Rahat in Setälä and Schiller 2009: 98).

Quando um referendo é uma possibilidade, mas não uma necessidade, e quando a sugestão de o realizar é criada num contexto de tomada de decisão específica e não como uma questão constitucional, os referendos são percebidos como uma ferramenta que pode ajudar os lados interessados a atingir determinados objetivos. O referendo pode ter como objetivo a promoção ou o bloqueio de uma determinada política, mas pode também estar além do conteúdo da decisão. Um referendo pode ser usado, por exemplo, para evitar uma decisão que poderá ameaçar a unidade de um partido ou de um governo ou dissociar um assunto controverso da agenda eleitoral. Um referendo pode ainda ser utilizado para adicionar legitimidade a uma determinada decisão que teria sido adotada, em qualquer caso, ou para capacitar o seu promotor através de uma manifestação popular de amplo suporte (Rahat *in* Setälä & Schiller 2009: 98).

Um referendo é uma forma de “passar a bola” para o lado do eleitorado, e proporcionar-lhe a oportunidade de decidir sobre um assunto sobre o qual seria inoportuno decidir no cerne de um partido ou de um governo a dado momento da sua agenda de governação. Do mesmo modo, pode dar a força de que um governo necessita para legitimar uma proposta que suscita diversas reticências e resistências junto de outras fações - tal como aconteceu precisamente no referendo pela independência da Escócia em 2014, ou até funcionar como o inverso, isto é, como forma de declinar uma proposta apresentada por uma maioria.

Bjørklund (1982) na obra Setälä & Schiller (2009) sugere que um referendo pode ser iniciado para servir, efetivamente, três funções possíveis. Em primeiro lugar, pode ser utilizado como a arma da minoria, isto é, uma vez que os políticos percebem que estão prestes a perder uma determinada batalha, porque não podem recrutar o apoio da maioria, seja no seu partido,

no parlamento, no governo ou nos três, voltam-se para os cidadãos, na esperança de que a decisão faça a balança pender a seu favor. Em segundo lugar, um referendo pode ser usado como uma ferramenta para a mediação de conflitos. No caso de uma divisão dentro de um partido ou de uma divergência em torno de uma determinada questão, pode ser preferível deixar outra pessoa decidir, neste caso, o eleitorado. Assim, o referendo pode ser usado para neutralizar uma questão em particular, que, de contrário, poderia conduzir à cisão do partido ou à queda de uma coligação. Em terceiro lugar, um referendo pode ser usado para empurrar certas questões problemáticas para o lado, para dissociá-las da campanha eleitoral com a promessa de que serão tratados separadamente com recurso a um referendo.

Na mesma obra, Morel (2001) acrescenta algumas “motivações” à teoria de Björklund. Em primeiro lugar, o que ele chama de ‘referendos de legitimação obrigatórios’ são os referendos que não são realizadas por causa de uma escolha estratégica, mas porque não há escolha real, o que significa que um referendo é necessário para ganhar legitimidade para uma determinada decisão. A segunda motivação é chamada ‘motivação plebiscitária’, e abarca os referendos que se destinam a capacitar os seus promotores com outras forças políticas³¹ (Rabat *in* Setälä & Schiller 2009: 100).

Nos referendos, Tierney defende que “sempre que as pessoas estão diretamente envolvidas em qualquer processo legislativo, o seu exercício de vontade-formação e expressão coletiva age como um lembrete simbólico de que a autoridade constitucional encontra a sua legitimidade democrática no consentimento das pessoas” (2012: 12-3). Há aqui uma referência irrefutável ao conceito de soberania, que é visto como uma fonte de poder legal dentro de um determinado sistema, conferindo uma certa competência para deliberar sobre questões de grande importância.

Tierney (2012) continua a sua lógica explicitando que o efeito jurídico dos referendos é dependente da hierarquia da constituição existente, e que, por isso, devem ser retratados como parte do sistema representativo, uma vez que o efeito dado aos resultados que eles produzem

³¹ Qvortrup (2006) adota a classificação de Morel e sugere um motivo estratégico: o início de um referendo sobre uma questão como parte de uma tentativa de ganhar pontos numa luta interpartidária” (Rahat *in* Setälä & Schiller, 2009: 100).

está, em última análise, sujeito à competência representante das instituições constitucionais: na sua maioria legislaturas, mas abarcando também os tribunais.

“Os referendos constitucionais³² não surgem, portanto, de um vazio político, criando uma distinção dura e rápida entre o sistema direto e representativo. A democracia direta é quase sempre um dispositivo constitucional raramente ativado que é produzido dentro de um sistema representativo mais amplo” (Tierney 2014: 13).

Ainda que o referendo seja, em teoria, um instrumento da democracia direta, podemos ver como também opera no seio da democracia representativa. É uma questão de legitimação do poder, de confiar decisões a um eleitorado que tomou também a iniciativa de escolher os seus representantes. Aliás, este tipo de instrumentos da democracia direta pode inclusivamente ser visto como um procedimento complementar da democracia representativa, acabando por ter uma influência mais modesta no desenvolvimento do sistema político de um país. O importante é fazer os cidadãos pensarem que a última decisão, seja de forma direta ou representativa, será sempre deles. Ainda que a democracia direta seja muitas vezes apresentada como diferente e contrastante da democracia representativa, os dois sistemas operam em paralelo, pelo que uma distinção drástica entre estas duas formas políticas não se justifica.

Como defende Held (1995) “a legitimidade prometida pelos sistemas de democracia representativa baseava-se no reconhecimento de uma relação de reciprocidade entre governantes e governados, na qual, por um lado, os últimos tinham o dever de respeitar a lei e a autoridade do Estado e, por outro lado, os primeiros tinham o dever de agir com justiça de acordo com o amplo mandato de ‘o povo’” (Held 1995: 69 *in* Carvalhais 2004: 37). A mesma autora afirma por seu turno:

“A democracia representativa, enquanto expressão política do liberalismo, vem garantir às classes sociais e economicamente dominantes a conquista do espaço nobre das decisões na sociedade: o

³² Além dos referendos constitucionais, que pretendem ser uma voz que altera a constituição de um país, podemos também encontrar outro tipo de referendos - os referendos facultativos. São vistos como instrumentos anti hegemónicos, porque não são acionados pela maioria que governa, mas sim pelas minorias. “O uso do referendo facultativo pode atrasar ou mesmo bloquear o processo de tomada de decisão política. Mesmo a ameaça credível de um referendo pode levar a maioria que governa a encontrar a meio caminho adversários que são capazes de montar um referendo e, assim, evitar uma possível estagnação do processo de tomada de decisão. Por este motivo, as elites estabelecidas e representantes de grupos de interesses especiais vão tentar limitar o uso deste instrumento de oposição” (Marxer & Pällinger *in* Setälä & Schiller 2009: 38).

espaço político. Porém, a luta pelo direito a participar nesse espaço só adquiriu tamanha importância porque as classes proprietárias o recriaram como sendo o único espaço em que legitimamente o indivíduo pode participar na orientação de toda a sociedade. Deste modo, impediu-se a formação de outros espaços de decisão de impacto público, ao mesmo tempo que se reservou o único espaço acreditado para realizar tal função a quem pode a ele aceder mediante o cumprimento de certos requisitos de admissão” (Carvalhais, 2004: 37).

A questão que se poderá então colocar neste âmbito é: serão os referendos um forte símbolo da democracia? Tierney diz-nos que “para alguns, é uma suposição quase intuitiva que os referendos representam um modelo ideal de democracia; são uma voz determinante diretamente para as *demos* de uma forma que capta o coletivo, a soberania popular, e a igualdade política de todos os cidadãos” (2014: 100). No entanto, também se julgam os referendos como uma espécie de fachada que na realidade se transforma num modo de subverter os ideais democráticos. Tierney (2014) ao afirmar que esta realidade é tão antiga como o autogoverno republicano moderno, dá o exemplo da França enquanto primeiro Estado a realizar um referendo nacional “sobre o projeto de uma nova constituição em 1793, num processo que foi fortemente manipulado pelos revolucionários franceses para validar o seu endosso popular, e a sua insurreição em 1789”

Bogdanorm na obra de Tierney (2012) coloca a questão de uma forma que abarca a democracia representativa como fator problemático:

“Em última instância, os argumentos contra referendos também são argumentos contra a democracia, enquanto a aceitação do referendo é apenas uma consequência lógica de aceitar uma forma democrática de governo. Mas, na teoria democrática contemporânea, onde a democracia representativa se tornou um sinónimo comumente aceite para a democracia, o contra-argumento de que os referendos são democraticamente problemáticos, tendeu a beneficiar do apoio mais forte” (Tierney 2012: 19).

Esta acaba por ser uma crítica forte aos referendos. Quando o seu propósito deveria ser o de legitimar democraticamente uma decisão, surge-nos um cenário que deturpa essa realidade. Na verdade, estando nós num âmbito tão subjetivo, seria de esperar a existência de objeções. Quais são, então, as principais críticas associadas aos referendos? Tierney (2012: 22) coloca sumariamente dois tipo de críticas. A primeira está relacionada com uma conotação dos referendos vincadamente antidemocrática e contrária à democracia representativa, o que significa que o referendo seria, em primeira instância, um instrumento de tomada de decisão

democrática completamente desadequado. Por outro lado, existem as discrepâncias na forma como um referendo pode ser conduzido e coloca-se a questão de se o seu problema estrutural não estará precisamente na forma como todo o processo é coordenado, e se a causa do problema não poderá ser também a solução. O autor questiona ainda se a oposição aos referendos não será apenas um sintoma de uma abordagem elitista da política, ou seja, uma forma que as elites encontraram para protestar contra a democracia participativa popular e manter uma certa soberania nas decisões.

Estas considerações levam-nos a uma possível consequência desta forma de protesto por parte das elites. A manipulação das elites durante os referendos assume-se como um problema real, que poderá servir vários propósitos, nomeadamente, a tentativa de limitar a liberdade de decisão das massas. Como Lijphart defende "a maioria dos referendos são controlados e pró-hegemónicos" (cit. *in* Tierney 2012: 23). É, como Tierney chama, "o síndrome de controlo da elite"³³, um contraste com o desenho institucional para a democracia representativa. É, não obstante, apresentado o argumento de que a democracia representativa é menos propensa a este tipo de manipulação, na medida em que a estrutura democrática de escolha está associada às massas e, por outro lado, os representantes deverão agir em conformidade com as propostas apresentadas em período de campanha, na certeza que de que foi por esse motivo que os eleitores votaram. Os promotores do referendo devem honrar o superior interesse público, pelo que esta forma de controlo vai estando camuflada. Daí que também se possa referir que o controlo exercido no processo inicial do referendo não seja o mesmo do restante caminho de decisão.

"Há pelo menos cinco fatores políticos que cada um pode combinar com o contexto constitucional global em qualquer referendo para tornar o controlo de emissão durante todo o processo: separação/partilha de poderes; o papel da oposição; o sistema partidário; imprevisibilidade eleitoral; e a intervenção dos meios de comunicação. Esta não é, sem dúvida, uma lista exaustiva, mas vai, pelo menos, servir para oferecer um sentido de complexidade" (Tierney 2012: 117).

³³ "Existe uma tendência embutida de o processo de consulta servir meramente para agregar vontades pré formadas, em vez de promover deliberações significativas - o défice de ponderação; e que os referendos consolidam e até mesmo reificam uma simples minoria, pondo em perigo a tomada de decisão maioritária e o interesse individual - o perigo maioritário" (Tierney 2012: 23).

Todos estes fatores se assumem como relevantes no controlo do processo do referendo. Tudo depende do contexto e circunstâncias onde o referendo se insere. A decisão depende, a par dos fatores já apresentados, da popularidade de cada partido. Se o eleitorado está descontente com a forma como o governo em funções gere um país, e se assunto significar ir contra as opiniões desse governo, o eleitor pode utilizar um voto de protesto e manifestar-se contra as pretensões da máquina administrativa. Em paralelo, e seguindo o argumento da abordagem tomada pelos meios de comunicação social, a contratação de ‘líderes de opinião’ é também uma forma de direcionar uma opinião. No entanto, não podemos esquecer os estudos de Lazarsfeld que nos provaram através de um estudo da campanha eleitoral americana que a influência maior não é exercida por este tipo de meios, é uma influência direta, exercida pelos pares, que vai determinar a decisão dos eleitores.

Em todas estas questões, Tierney tenta tomar uma posição apaziguadora, onde devemos sempre esperar dúvidas e inquietações, mas devemos também saber abraçá-las. Mas, qual poderá ser a solução para este ‘exercício imperfeito’ que é a decisão política? Apesar de tudo, não será esta a melhor forma de ouvir os cidadãos?

A democracia deliberativa parece ter ideias para resolver as principais críticas associadas aos referendos. É tida como uma tentativa de legitimar os referendos. Habermas atribui o nome de “democracia discursiva” a par de democracia deliberativa. A teoria democrática baseia-se na utilização do voto. No entanto, Habermas considera que esse instrumento não é suficiente para legitimar a democracia, pelo que, “a teoria do discurso propõe um procedimento ideal para a deliberação e tomada de decisão” (Faria, 2000: 48). Nesta teoria apresentada por Habermas,

“a razão prática (base do procedimento democrático) passa dos direitos humanos universais ou da substância ética concreta de uma determinada comunidade para as regras do discurso e para a forma de argumentação. [Tais regras] extraem o seu conteúdo normativo das bases de validade de ação orientada pelo entendimento e, em última instância, da estrutura de comunicação linguística e da ordem insubstituível da socialização comunicativa” (Habermas 1997: 19 *in* Faria 2000: 49).

A ideia de Habermas acaba por tornar-se semelhante a um sistema político que funciona na base centro-periferia, onde o centro contém a administração, os meios judiciais, o parlamento, as eleições, os partidos políticos, e a periferia tem as associações que formam opinião e exercem uma determinada influência política, como é o caso dos sindicatos, associações

culturais, grupos de interesse, igrejas. Assim, a política deliberativa vai estar entre dois caminhos diferentes. Se por um lado existe uma opinião que é formada no cerne do espaço institucional, influenciada por todos os seus mecanismos, por outro é criada uma opinião informada no espaço extrainstitucional. É na junção destes dois espaços e no aproveitamento do melhor de cada um deles que se vai formar a possibilidade de criar governo legítimo, com capacidade de exercer as suas funções com isenção.

No entanto, J. Cohen (1989), que defende a democracia deliberativa como estando ligada “ao ideal intuitivo de uma instituição democrática, na qual a justificação dos termos e condições da associação procedem através dos argumentos públicos e do raciocínio entre cidadãos iguais que partilham um compromisso para a solução dos problemas da escolha coletiva através do raciocínio público e consideram as suas instituições fundamentais como legítimas, na medida em que estabelecem a moldura para a deliberação pública livre”, considera que “o argumento Habermasiano, baseado na capacidade dos movimentos sociais, como sensores dispersos na esfera pública, de detetar preocupações populares que estão fora da agenda pública, propor novas soluções e, com isso, influenciar o poder legislativo e a administração, sugere tão somente quebras ocasionais na rotina do «circuito oficial do poder»” (Cohen 1998 *in* Faria 2000 50-4).

Aqui, importa-nos reter a ideia de que a democracia deliberativa acaba por envolver um todo no fenómeno da comunicação e contribuir para uma participação alargada e complementar.

V.2. Os Referendos no Reino Unido: algumas questões

Como são os referendos no Reino Unido? Quais as suas especificidades?

Percebemos desde logo a predominância de um sistema representativo neste Estado e a existência de referendos que pretendem mudanças constitucionais. Em Estados multinacionais como o Reino Unido é necessário estabelecer uma série de modelos de alguma complexidade, no sentido de criar alguma autonomia nos sub-estados existentes.

A ideia de autonomia tem acompanhado o recurso a referendo na Escócia. A autonomia e em 2014, a independência são pois bandeiras de uma luta que inclui os cidadãos numa decisão futura. Há, no entanto, questões de foro mais técnico que importa ressaltar.

Em primeiro lugar, será que deve haver um limite nas despesas da campanha eleitoral para o referendo? Lembramos que a campanha é o pilar que permite ao eleitorado tomar conhecimento dos projetos propostos. Ora, eis uma questão que se revela controversa, como nota Qvortrup (2014).

“Alguns argumentam que limites máximos de despesas e manter os custos dentro de limites gerenciáveis, assegura que os referendos não possam ser ‘comprados’ pelo lado mais rico, e aumentam a confiança do público no resultado. Outros afirmam que os limites evitam uma campanha informativa verdadeiramente eficaz (...) o resultado do referendo vê-se impulsionado por outros fatores estruturais, tais como a economia, a duração do mandato dos respetivos governos, e outros fatores (Qvortrup 2001a). Alguns duvidam da importância do dinheiro em campanhas de voto (...)” (Qvortrup 2014: 134).

Pela altura de 1997, o governo Trabalhista do Reino Unido adotou uma legislação com base na Lei do Québec, introduzindo limites para gastos de campanha. De acordo com as secções 117-18, na obra de Qvortrup, nas restrições de gastos de campanha, conta-se por exemplo o facto de os partidos políticos poderem gastar dinheiro em proporção à sua percentagem de votos na última eleição geral. Por outro lado, todas as despesas devem ser reportadas à comissão. É necessário criar um relatório detalhado onde cada despesa individual é discriminada. Os relatórios devem ser apresentados no prazo de três ou seis meses, conforme a quantidade de gastos apresentados durante todo o processo. Os participantes têm ainda igualdade de direitos de radiodifusão. “Embora seja difícil garantir a paridade na qualidade das notícias, nas emissoras públicas espera-se encontrar um equilíbrio relativamente à quantidade de notícias (...) entre as partes em conflito para conteúdos relacionados com o referendo” (Qvortrup 2014: 135). Os meios de comunicação, não são apenas um meio de controlo de elites, como foi apresentado na secção anterior do presente capítulo. A cobertura mediática de um referendo ou de uma eleição geral é a forma mais fácil e rápida de chegar aos eleitores e é também um instrumento fundamental na interpretação de vários lados da mesma questão. A isenção e representatividade que devem estar no foco da cobertura jornalística justificam a confiança dos eleitores nas informações prestadas pelos meios de comunicação.

Esta igualdade de acesso por parte dos *media* foi pioneira no primeiro referendo à escala do Reino Unido em 1975, quando para cada lado foram destacados quatro *spots* de televisão de dez minutos. Em 1979, relativamente aos referendos sobre a devolução escocesa e galesa, a *Independent Broadcasting Authority* decidiu atribuir tempo de antena aos partidos políticos. Esta situação tornou-se polémica, uma vez que três dos quatro partidos favoreciam a desconcentração. Portanto, não foi adotada a melhor estratégia nestas circunstâncias. A cobertura mediática deve também depender do contexto. Se numa eleição geral é essencial a igualdade de tempo de antena ao nível dos partidos políticos, numa campanha de referendo, onde há dois lados opostos e onde os partidos se conseguem unir em torno de visões comuns sobre os interesses em debate, a estratégia a adotar terá de ser diferente, devendo cingir-se a explicar os argumentos que opõem as duas fações.

O que é então necessário para garantir um referendo livre e justo? De forma complementar Qvortrup (2014) apresenta, a par do nosso argumento sobre o tratamento mediático, algumas sugestões que podem garantir a paridade no processo dos referendos:

“1. Uma comissão eleitoral, permanente ou *ad hoc*, deve ser estabelecida. A comissão deve estar encarregada de supervisionar o esforço de informação (por exemplo, a produção e distribuição de um panfleto eleitoral - em consulta com os dois lados). Os membros da comissão devem ser representantes de organismos neutros, como o judiciário, ou figuras semelhantes onde neutralidade deve ser indiscutível; (...) 3. Nenhum fundo público (o dinheiro dos contribuintes) deve ser gasto para apoiar ou promover um lado ou outro; 4. As subvenções de igual tamanho devem ser fornecidas a ambas as partes no referendo; 5. Todas as despesas devem ser relatadas, aprovadas e publicadas pela comissão eleitoral; 6. Os eleitores na diáspora e eleitores deslocados devem ser autorizados a votar e registarem-se, mas ambos devem ser monitorizados por uma autoridade internacional cuja imparcialidade é indiscutível; 7. Não deve haver nenhuma exigência suplementar de maioria. Cinquenta por cento é uma exigência suficiente na maioria dos referendos” (Qvortrup 2014: 137-8).

Em espaços políticos como a Escócia, devem ser garantidos todos esses propósitos, acima de tudo porque não estamos a tratar de assuntos levianos, mas sim de pretensões de soberania territorial, com conseqüentes alterações constitucionais e afetação direta de terceiros. Vamos agora explorar na prática dois referendos que conseguiram, no seu decorrer, garantir a paridade e a igualdade: o referendo da devolução (1997) e o referendo da independência (2014).

V.3. 1997, e o referendo na Escócia

“Uma das lições que o partido trabalhista extraiu da experiência de 1979³⁴ foi que qualquer referendo sobre devolução deve ser rápido e focado no princípio da descentralização. A experiência do referendo foi curta, intensa e quase unilateral” (Greer 2007: 88).

O Partido Trabalhista entrou em funções a 2 de maio de 1997, um dia após as eleições legislativas. O referendo saiu em julho. Tinha duas questões: uma delas perguntava ao eleitor se apoiaria um parlamento escocês, como descrito no Livro Branco³⁵; a segunda questionava sobre se o parlamento deveria ter o poder de variar os impostos de renda até 3% do valor da libra. Trabalhistas, Liberais Democratas e o Partido Nacionalista Escocês concordaram, então, em fazer campanha juntos por um duplo “Sim”, na resposta ao referendo. Quando vários partidos se juntam em torno de uma mesma causa, as probabilidades de sucesso aumentam consideravelmente. “O mais impressionante sobre esta campanha é [precisamente] a fraqueza do ‘Não’ e a força do ‘Sim’. Isso reflete o impulso dado pelas organizações escocesas regionais, como a igreja, o governo local, sindicatos e sector público, pequenas empresas, organizações profissionais” (Greer 2007: 89).

Se em 1979 houve entidades como a Igreja e os partidos pró-descentralização que estavam relutantes em ‘jogar’ na senda do financiamento, em 1997, a igreja, os sindicatos, os governos locais, os principais partidos escoceses estavam por detrás da ideia da devolução. Mesmo organizações mais imparciais como a Associação de Vice-Reitores das Universidades tiveram participantes que emprestaram a sua legitimidade e selo de aprovação para à da devolução. Aos principais recursos institucionais para a devolução, somaram-se académicos, advogados, pequenas empresas e igrejas, que também entraram na luta³⁶.

Mas, também havia céticos relativamente a este referendo. O sector financeiro de Edimburgo estava preocupado com uma perspectiva de política económica irresponsável,

³⁴ “Nas eleições gerais de Maio de 1979, o Partido Nacionalista Escocês perdeu 9 dos seus 11 deputados. O SNP ficou confuso e em guerra consigo próprio. O Partido Trabalhista venceu nessas eleições 44 lugares escoceses” (MacWhirter 2014: 201-2).

³⁵ O Livro Branco ou “*white paper*” é um documento publicado pelo governo escocês (qualquer governo poderá publicar um *white paper* se assim o entender), que versa sobre determinado assunto governamental, apresentando uma proposta de ação na resolução de um assunto, neste caso, a criação de um Parlamento Escocês. Para mais informações consultar: <http://digital.nls.uk/scotlandspages/timeline/1997.html>.

³⁶ Ibidem

centrando a sua preocupação mais na segunda pergunta do referendo. “Estamos a tentar, mas é muito difícil explicar as propostas de devolução aos nossos membros, discutir os problemas e as vantagens. Eles estão naturalmente nervosos...os mercados não gostam de riscos”, foi a explicação atribuída por um funcionário do grupo de comércio de uma empresa de finanças na Escócia (Greer 2007: 89).

Neste referendo, foi levantado um problema: as pessoas nascidas na Escócia, mas que vivem em outras partes do Reino Unido devem ter o direito de participar no referendo? A lógica apresentada foi a de que um cidadão residente na Escócia, ao ser legislado pelas leis da administração desconcentrada e ao contribuir financeiramente para a base fiscal do país, deveria ter uma palavra a dizer quanto a saber se o governo deveria ser desconcentrado ou não. Mas só estes cidadãos o poderiam fazer, os cidadãos residentes no exterior ficavam de fora. Trata-se de um argumento em que os direitos eletivos são vistos como devendo estar ancorados ao conceito de residência (Tierney 2012: 77-8).

Uma maioria absoluta e um mandato eleitoral acabam por não dar o poder legal de realizar um referendo, já que qualquer referendo precisa de ser autorizado pela Lei do Parlamento, a principal fonte de direito do país. No entanto, quando a Lei da Escócia de 1998 (que fixa as competências legais do parlamento escocês) foi redigida a intenção era que o referendo da independência não devesse ser da competência legislativa do parlamento (McLean, Gallagher, Lodge, Gallagher 2013: 6). Até hoje, a lei permanece igual.

Apesar de tudo, “a devolução escocesa representou mais do que a ‘descentralização regional’ encontrada em Estados unitários como a França ou a Itália. (...) Este não é o Estado-Nação do passado, com os seus limites rígidos. A Escócia tem, ao invés, uma política aberta alinhada em sistemas sociais, económicos e políticos mais amplos” (Keating 2009: 143-4). É um país voltado para o futuro, que procura cada vez mais a autonomia, que tenta encontrar a estabilidade administrativa através das suas próprias decisões. Tenta, em certa medida, libertar-se das amarras da união e volta-se para si mesmo, na ânsia de viver tão livre como um Estado pós-soberano.

V.4. O Referendo de 2014

“A Escócia emergiu nas últimas décadas com uma nova política. (...) Tem a sua própria sociedade civil e está gradualmente a desenvolver as suas próprias comunidades políticas em torno das principais questões” (Keating, Cairney, e Hepburn 2008; Keating 2009d in Keating 2009).

Nessa nova política insere-se o referendo para a independência, o qual e representa o culminar de todo um caminho traçado pelo SNP. O referendo ocorreu no dia 18 de setembro de 2014. Venceu o “Não”, com 51% dos votos. Ainda que o “Sim” não tenha vencido, remetemos desde já a ideia de que a Lei de 1998 não deixa de ser inteligível, na medida em que ao apresentar um parlamento escocês menos restrito e mais poderoso em 1999, em 2014, a tendência é para que os poderes do parlamento escocês continuem a aumentar. É, inclusivamente, o prometido pelos unionistas na campanha eleitoral do referendo de 2014. Ou seja, mesmo que não se tenha alcançado a independência, a autonomia do país tem todas as perspectivas para crescer se forem concretizadas as promessas de novos poderes no parlamento.

Quais foram os antecedentes desta campanha? Em que contexto surge? Tentaremos responder a estas questões nesta secção.

Como já havíamos desvendado, o caminho rumo ao referendo da independência pode ser considerado uma consequência da conquista de uma maioria absoluta pelo Partido Nacionalista Escocês nas eleições do parlamento escocês em maio de 2011.

“O Reino Unido tem uma constituição não escrita integral e, portanto, não tem nenhuma disposição constitucional que permita ou prescreva o uso do referendo. Os referendos têm sido utilizados no Reino Unido, tanto a nível de estado e sub-estado”³⁷ (Tierney 2012: 145).

Com a experiência do referendo sobre a devolução veio a oportunidade para as administrações sub-estatais realizarem os seus próprios referendos. O compromisso do SNP com a independência do país foi reiniciado no seu manifesto para as eleições de 2007 para o parlamento escocês.

³⁷ Lembramos que “o primeiro referendo estadual foi realizado no dia de adesão à Comunidade Europeia em 1975 e o segundo em 5 de maio de 2011, que propôs a mudança do “*first-past-the-post*” para um modelo de “voto alternativo” do sistema eleitoral para as eleições à Câmara dos Comuns. Referendos Sub-estatais (Irlanda do Norte 1973; Escócia 1979; País de Gales 1979; 1998; Londres 1998; Nordeste de Inglaterra de 2004; País de Gales 2011) foram todos organizados pelo governo central com a habilitação de legislação aprovada pelo parlamento” (Tierney 2012: 145).

Nas suas propostas iniciais para um referendo sobre a independência, o governo escocês propôs que deveria haver uma comissão criada especialmente para o referendo escocês, reportando-se a comissão ao parlamento escocês, para regular um referendo sobre a independência. Essa visão entretanto mudou e o governo acabou por aceitar que a comissão eleitoral poderia ter esta responsabilidade. As mudanças legais necessárias estão incluídas na Ordem Secção 30³⁸, que serve de base à regulamentação do referendo. Como explicam McLean *et al* (2013), esta situação acontece depois de criado, na sequência do referendo europeu de 1975 e do referendo para a devolução em 1997, um quadro regulamentar padrão para os referendos realizados no Reino Unido. Nessa regulamentação está estipulado que a comissão eleitoral, responsável por regulamentar os partidos políticos e as eleições, fica também encarregada de coordenar os referendos, nomeadamente em relação à pergunta a ser feita, aos participantes na campanha eleitoral e aos limites de gastos da campanha.

A primeira tarefa enfrentada pela comissão eleitoral é, precisamente a de dar conselhos sobre a redação da pergunta a ser feita. A formulação da questão foi objeto de um aceso debate entre os partidos políticos. Afinal, o dever da comissão é decidir se a questão é 'inteligível', mas, na prática, a situação é interpretada no sentido de deliberar se a questão não é apenas clara mas também, se possível imparcial. As propostas do governo escocês em 2010 ficaram ligadas a uma questão longa e um tanto complicada: «Concorda que os poderes do Parlamento escocês devem ser prorrogado para permitir o alcance da Independência?». A questão acabou por ser redigida desta forma porque o parlamento escocês não teria competência legal para fazer uma pergunta mais direta. Em 2012, o governo do Reino Unido propôs uma pergunta mais simples «Concorda que a Escócia deve ser um país independente?». Mesmo esta questão foi alvo de críticas por parte do Comité dos Assuntos Escoceses. O argumento foi o de que qualquer questão começada por 'concorda' é uma questão direcionada, isto é, uma *leading question*, que acaba neste caso por direcionar a resposta para o "Sim". A sua neutralidade fica, portanto, comprometida. A comissão concluiu que as palavras relacionadas com 'ser um país independente' são suficientemente claras sobre o início, mas a questão iniciada com "concorda"

³⁸ O Ato da Escócia de 1998, um diploma aprovado para voltar a estabelecer o parlamento escocês está dividido por secções, das quais se conta a ordem secção 30. É nesta ordem que se estabelecem os trâmites do referendo de 2014.

estava a enviesar para um determinado ponto de vista, devendo ser descartada. O governo escocês aceitou este conselho, e a pergunta do referendo tornou-se "Deve a Escócia ser um país independente?".

Ainda antes dos problemas levantados com a clareza e simplicidade da questão a colocar, a proposta de referendo em 2010, depois de vencidas as primeiras eleições do Partido Nacionalista em 2007 continha duas questões distintas, como elucida Tierney (2012). A primeira questão seria sobre o reforço da autonomia, a segunda seria relativa à independência. Mas colocou-se a seguinte hipótese: se a maioria votasse "Sim" na segunda questão a primeira pergunta tornar-se-ia redundante. Por outro lado, este modelo permitiria votar "Sim" na autonomia e "Não" na independência e vice-versa. O governo escocês acabou por rever esta proposta de referendo multiopção e o próprio governo do Reino Unido foi inflexível, ao afirmar que o referendo deve ser realizado apenas sobre a questão da independência. A legislação prevista no Acto de Escócia de 1998, que confirma o poder do parlamento escocês de legislar sobre o referendo, prevê (...) "que só pode haver um boletim de voto no referendo, onde o eleitor escolha uma entre apenas duas respostas" (A Scotland Act 1998³⁹ *in* Tierney, 2012: 241).

Ao elaborar um referendo o SNP sabia que devia seguir a via constitucional. Como explica Qvortrup (2014), que se alicerça nos dizeres de Tierney (2012), o Partido Nacionalista estava "claramente consciente de que seria perverso democraticamente, bem como política e juridicamente impossível, tentar anular a legitimidade jurídica do Acto da Escócia [1998] por meio de um referendo extraconstitucional" (Tierney 2012: 147 *in* Qvortrup 2014: 71).

Poderá um referendo sobre a independência da Escócia ser ilegal?

"Politicamente falando, parece evidente que manifesto do Partido Nacionalista Escocês seria suficiente para realizar um referendo sobre a independência. Mas a partir de um ponto de vista "puramente" jurídico, o governo escocês tem esse direito? Tal como a Espanha, o Reino Unido é um Estado unitário" (Qvortrup 2014, 73).

Há, como em diversas questões abordadas ao longo da dissertação, dois lados em oposição, e Qvortrup (2014) apresenta esses argumentos. Aqueles que afirmam que um

³⁹Para mais informações sobre o Acto da Escócia de 1998, podemos consultar o seguinte site: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1998/46/contents>

referendo seria ilegal argumentam que o "propósito" de qualquer projeto de lei de referendo seria para promover o objetivo do governo escocês atual de alcançar a independência para a Escócia. De acordo com este ponto de vista, a consequência pretendida de um referendo é o de garantir um mandato para negociar a independência para a Escócia (Qvortrup 2014: 77).

O referendo, de acordo com o documento de consulta do Governo escocês "*Your Scotland, your Referendum*⁴⁰", determina se deve haver transferência adicional de poder para permitir à Escócia tornar-se um país independente. Este efeito refere-se a uma questão reservada nos termos do Anexo 5 do documento de consulta supracitado, ou seja, "da união dos reinos da Escócia e da Inglaterra" e, portanto, seria "ilegal" ou "inconstitucional" (Qvortrup 2014: 78). Assim, e simplificando, não é tanto o efeito do referendo que poderá ter consequências jurídicas, é mais o propósito do referendo, que diz respeito a questões reservadas e, portanto, "estaria fora dos limites da competência constitucional do parlamento escocês" (Qvortrup 2014: 78).

"O facto de a maioria dos membros no parlamento escocês ou mesmo a maioria do povo escocês apoiar um determinado ato é, legalmente falando, irrelevante. O importante é saber se a lei em questão tem qualquer efeito sobre as matérias reservadas ou se o objetivo da legislação é afetar as matérias reservadas listados no Anexo 5. Em caso afirmativo, a legislação, no entanto popular, é nula a partir de um ponto de vista jurídico" (Qvortrup 2014: 77-8).

O parlamento escocês pode realizar um referendo sobre qualquer assunto da sua competência. Contam-se como exemplos a política penal, a saúde ou a educação. No entanto, a questão aqui colocada não é o direito de apresentar questões aos eleitores sobre qualquer assunto. A questão é saber se o parlamento escocês tem permissão para realizar um referendo sobre uma questão que diz respeito a uma matéria reservada. (Qvortrup 2014: 79)

Na verdade, as palavras de Qvortrup revelam que toda esta teoria é meramente uma interpretação baseada na jurisprudência existente, daí que não se possa considerar como palavra final ou fim último para este tipo de questões⁴¹. Por outro lado, não importa somente se

⁴⁰ <http://scotgov.publishingthefuture.info/publication/your-scotland-your-referendum-consultation-document>

⁴¹ "... Não é de surpreender que os opositores da independência escocesa tenham argumentado que a votação sobre a independência em 2014 é ilegal, como a Câmara dos Lordes Comissão de Constituição fez em 2012. Escusado será dizer que a decisão não era tão inequívoca como alguns políticos gostariam de discutir. (...) A questão já foi politicamente ignorada pelo governo britânico. Mas de um ponto de vista teórico, a questão continua a

o referendo cumpre todas as regras estipuladas e se tem relevância constitucional, ainda que não estejamos a descartar a importância dessa realidade. É importante ter também consciência, em termos práticos, de que autonomia e independência são conceitos distintos, que exigem diferentes responsabilidades. É algo que os eleitores devem também ter em conta e que a campanha eleitoral do referendo deve explicitar. Num contexto de independência, por exemplo, é necessária uma grande capacidade para enfrentar problemas económicos e sociais. O facto de a Escócia ter poder para fazer todas as reformas não quer dizer, por seu turno, que se vá tornar numa potência mundial, ou afirmar-se à partida como um Estado estável. O importante logo, será construir os alicerces que permitam uma estabilidade económica, política e social, até porque o que os escoceses parecem querer é isso mesmo, e não que o seu país se assuma como superpotência e parta já para os domínios da defesa ou da política externa como grandes prioridades.

V.5. Contornos da Campanha do Referendo de 2014

Tendo tudo isto em mente, o referendo escocês de 2014 pôde contar com um total de 4.285.323 eleitores inscritos. “Na consulta têm direito a votar os residentes na Escócia maiores de 16 anos, incluindo cidadãos da UE, da Commonwealth (comunidade dos antigos territórios britânicos) e os membros expatriados das Forças Armadas⁴²” (Diário Digital, 2014). Em causa: a independência, e dois lados oponentes: *Yes Scotland* (Sim Escócia) e *Better Together* (Melhor Juntos).

A campanha *Yes Scotland* foi estabelecida em 2012 como a principal plataforma para a campanha a favor da independência. Ainda que seja encabeçada pelo Partido Nacionalista Escocês, inclui vários partidos políticos, como o caso dos *Scottish Greens* o *Scottish Socialist Party*, (equivalente em Portugal ao Partido dos Verdes e o Partido Socialista, respetivamente). O seu chefe executivo é o antigo Jornalista da BBC Blair Jenkins, que deixou uma mensagem no *site* após a derrota do “Sim”. (figura1)

ser importante e levanta várias questões de interesse para outros grupos que pretendem realizar referendos sobre a independência.” (Qvortrup 2014: 73)

⁴² http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=729063



On Monday, September 29th we held a very proud and positive meeting of the Yes Scotland advisory board. We looked back at the campaign and what was achieved, and looked forward to how the momentum of the Yes movement can be maintained and strengthened in the months and years ahead.

Everybody wanted to express our deep gratitude to all of those who worked so hard for a Yes vote. It was the very essence of Yes to be a grassroots and community-based campaign and the fact that success was so nearly achieved was a direct testament to the magnificent work done by Yes volunteers all over Scotland. Thank you all, for the great contribution you made to the independence cause.

In accepting the result of the independence referendum, there is a great desire to build on the many positives of the Yes campaign. We know that many local Yes groups are continuing to meet and that the political parties involved in the Yes movement are seeing huge increases in membership.

The first task is to ensure that the Westminster parties deliver on the explicit promises made to the people of Scotland about substantial additional powers for the Scottish parliament.

We thank you most sincerely for what you have done already for the Yes campaign, and for what you will do in the future.

Blair Jenkins

Figura 1 - Mensagem da Campanha Yes Scotland

Como demonstra Maxwell e Torrance (2014), a campanha do “Sim” não toma uma posição política formal, mas é construída em torno de alguns temas chave, mais concretamente relacionadas com a desigualdade social no Reino Unido e o potencial económico da Escócia. O movimento estabeleceu uma série de parceiros locais e grupos de interesse que operam na sociedade civil, onde se incluem movimentos como o *Yes LGBT*.

Tal como Torrance (2013) refere, a campanha pelo “Sim” procurará demonstrar que:

“Um voto ‘Sim’ é uma rejeição à política e poderes de Westminster e a preferência para o futuro da Escócia estar nas suas próprias mãos. A Escócia tem já a maior parte das estruturas para ser um Estado independente.” (Torrance 2013)

Por sua vez, o *Better Together* é o movimento oficial para manter a Escócia no Reino Unido e atingir o “Não” na votação de 18 de setembro. É gerido por várias entidades reconhecidas de partidos como o Trabalhista, os Liberais Democratas e os Conservadores, e é encabeçada pelo anterior Chanceler Alistair Darling, membro do parlamento do Reino Unido e homem de confiança de Gordon Brown, o primeiro-ministro anterior a David Cameron. O movimento foi criado a 25 de junho de 2012 em Edimburgo, pouco depois do nascimento do *Yes Scotland*. Também não toma posições políticas, sendo que os seus líderes sabem que apesar das suas visões, o mais importante é manter a Escócia como parte do Reino Unido.

As duas facções procuram explicar as ligações entre o Reino Unido e a Escócia, as mudanças que podem acontecer em caso de independências e as consequências que daí advêm. Tentam persuadir os eleitores demonstrando que contam com o apoio de partidos fortes, com representatividade, com vozes que podem chegar ao eleitorado.

A campanha foi a mais longa da história da Escócia, afinal, decisão tão importante não poderia ser tomada levemente. Foram por isso fornecidos aos cidadãos todos os recursos, todos os dados, todos os números que cada parte julgou indispensável.

A interpretação dos eleitores decretou a vitória do “Não”. Talvez isto signifique que os escoceses se contentam com a autonomia. Talvez tenham receio das drásticas mudanças a que a independência os sujeitaria. Talvez tenham medo de cair num precipício, sem retorno. Mas, com o seu “Não”, será que se pode pensar que estará aqui em causa a crença dos cidadãos escoceses na sua identidade nacional? Ou uma coisa não tem necessariamente de levar à outra?

Ainda que não saibamos a resposta a todas estas questões, vamos todavia tentar perceber de que forma os políticos e os dois lados da campanha se serviram do argumento da identidade nacional para levar os eleitores a uma decisão. Ao ver e ouvir a campanha, apenas contactamos com a ponta de um iceberg. Ora, o que a análise que de seguida apresentamos procura fazer é trazer à superfície o que é ‘dito’ sobre a identidade nacional e o que afinal se oculta nos argumentos e nas palavras-chave que mais insistentemente encontramos ao longo da campanha. Mergulhamos nos conceitos e nas relações que os principais atores desta campanha invocam, tentando assim desvendar a parte encoberta da realidade em análise.

CAPÍTULO VI

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

VI.1. A escolha metodológica – a análise do discurso

Em qualquer trabalho de carácter académico e científico torna-se primordial adotar uma metodologia de investigação. A seleção de uma estratégia de investigação não é obviamente indiferente ao tipo de questão de partida a que nos propomos responder, e tem por conseguinte repercussões imediatas na seleção da(s) técnica(s) de recolha e de tratamento de dados. No fundo, a seleção da estratégia de investigação é o momento que nos obriga a uma muito clara consciencialização do que pretendemos indagar, dos objetivos a que nos propomos e do modo como julgamos poder atingi-los melhor.

Nesta tese escolhemos o método interpretativo que, ao contrário do positivista, utiliza a abordagem qualitativa sobre a quantitativa. Mais do que definir, podemos ilustrar, desde já, algumas diferenças entre estas duas abordagens epistemológicas.

| | Positivist | Post-positivist | Interpretivist | Humanistic |
|---|---|--|---|------------------------------------|
| <i>Ontological issues</i> | | | | |
| Does social reality exist? | Objective; realism | Objective, critical realism | Objective and subjective as intrinsically linked | Subjective: science of the spirit |
| Is reality knowable? | Yes, and easy to capture | Yes, but not easy to capture | Somewhat, but not as separate from human subjectivity | No; focus on human subjectivity |
| <i>Epistemological issues</i> | | | | |
| Relationship between the scholar and his/her object | Dualism: scholar and object are two separate things; inductive procedures | Knowledge is influenced by the scholar; deductive procedures | Aims at understanding subjective knowledge | No objective knowledge is possible |
| Forms of knowledge | Natural laws (causal) | Probabilistic law | Contextual knowledge | Empathetic knowledge |

Figura II – “How many ontologies and epistemologies in the social sciences? How many approaches in the social sciences? An epistemological introduction”

Na tradição positivista os investigadores generalizam e exploram situações livres de contexto, pelas quais procuram descobrir uma espécie de “lei universal” do comportamento. Pelo contrário, uma investigação interpretativa determina o que está por detrás dos comportamentos do ser humano, não dando importância a ligações entre diferentes variáveis.

Assim, a nossa investigação enquadra-se no âmbito qualitativo, na medida em que a investigação quantitativa, enquanto integrada no paradigma positivista, apresenta a identificação de dados palpáveis, de indicadores que podem ser contabilizados, e que conseguem ser observados sem necessidade de um segundo olhar, mas que não nos expõem o porquê das coisas. No nosso caso pretendemos algo mais: queremos uma interpretação qualitativa da realidade trépida onde estamos inseridos, buscando compreender fenómenos comportamentais de pessoas e organizações, através da análise interpretativa de uma das componentes da sua práxis: o discurso.

“A investigação qualitativa centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores. Não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização dos resultados, e não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos, como acontece com a investigação quantitativa. Este tipo de investigação é indutivo e descritivo, na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, em vez de recolher dados para comprovar modelos, teorias, ou verificar hipóteses como nos métodos quantitativos (Sousa e Baptista 2011: 56).

Esta opção metodológica não está porém, isenta de desvantagens e de limitações. A tabela seguinte mostra as principais vantagens e desvantagens deste tipo de investigação.

Tabela I - Quadro 5-3 Vantagens e Desvantagens da Investigação qualitativa (adaptado)

Fonte: Sousa e Baptista (2011) Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha. Pactor.

| Vantagens | Desvantagens |
|--|---|
| Possibilidade de gerar boas hipóteses de investigação, devido ao facto de utilizarem técnicas como: entrevistas detalhadas, observações minuciosas e análise de produtos escritos (relatórios, testes, composições). | Objetividade. Existem problemas de objetividade que podem resultar da pouca experiência, da falta de conhecimentos e da falta de sensibilidade do investigador. |

Sobre a técnica de investigação a adotar, pareceu-nos que a utilização do estudo de caso seria o mais razoável, na medida em que pode ser definido como “a exploração de um único fenómeno, limitado no tempo e na atuação, onde o investigador recolhe informação detalhada. É um estudo intensivo e detalhado de uma entidade bem definida, um caso, que é único, específico, diferente e complexo” (Sousa e Baptista 2011: 64).

A nossa investigação obedece a todos esses requisitos. Estamos a explorar um fenómeno único, que aconteceu num determinado momento, em determinado lugar, neste caso a Escócia entre 2012 e 2014, o tempo da campanha eleitoral, e onde pretendemos estudar intensivamente a complexidade de um assunto que prima pela diferença.

Ainda que o estudo de caso seja considerado “o irmão mais fraco dos métodos das ciências sociais” (Yin 1989: 10 *in* Bressan 2000), na medida em que o seu rigor e objetividade podem ser facilmente colocados em causa, a verdade é que é um método bastante utilizado em todo o tipo de investigação. Para Goode e Hatt (1967 *in* Bressam 2000), os estudos de caso têm algumas limitações relacionadas com a interpretação dos resultados. Por um lado, o investigador, por conhecer tão bem os dados que está a analisar, pode criar um “sentimento de certeza” que “pode resultar no perigo de se negligenciar ou deixar de verificar a fidedignidade dos dados registados, da classificação usada ou da análise dos dados”. Em paralelo, existe a tendência de generalizar algumas conclusões com base numa pequena amostra que não garante representatividade suficiente para que o investigador assuma que essa posição é geral. No entanto, estas limitações podem ser controladas através do desenvolvimento de um plano de pesquisa que atente e tente contornar todas estas possibilidades de críticas. Ao fazer generalizações, por exemplo, “fazê-las em relação às proposições teóricas e não para populações ou universos” (Yin 1989 *in* Bressan 2000).

Uma vez selecionado o *case study*, houve ainda que determinar as técnicas de recolha de dados. Ora, tal como já anteriormente explicitado, e atendendo aos objetivos iniciais a que nos propusemos, a análise de discurso surgiu claramente como a melhor opção, quando comparada por exemplo com outras técnicas de análise como a análise temática ou a análise de conteúdo.

A análise de discurso é a nossa eleita na medida em que nos propomos a analisar discursos políticos e a forma como eles assumem e veiculam determinada interpretação prévia sobre a identidade nacional na Escócia. Sublinhamos no entanto que a análise de discurso está longe de ser uma técnica pacífica, sendo desde logo objeto de múltiplas definições. Carvalho (2000) define-a como “uma designação comum a múltiplas formas de analisar a relação entre o sentido e a linguagem, bem como as suas repercussões sociais e políticas” (2000: 143). Já Nogueira (2001) considera que,

“A análise do discurso é uma alternativa às perspetivas tradicionais da metodologia, mas também uma alternativa às conceções em que essas perspetivas metodológicas assentam (Wood & Kroeger, 2000). Segundo Wetherell, Taylor e Yates (2001), a análise do discurso pode descrever-se como o estudo da “fala” e de textos. Constitui um conjunto de métodos e de teorias que pretendem investigar quer o uso quotidiano da linguagem quer a linguagem nos contextos sociais” (Nogueira 2001: 22).

Na análise do discurso, o protagonista é precisamente o discurso. É nele que vamos descobrir o significado das palavras e também o significado da sua ausência. Podemos criar padrões de significação que ajudem também a generalizar gradualmente os assuntos. Utilizamos, por isso, um método hipotético-indutivo, que parte de uma análise particular de um caso em concreto para chegar a modelos gerais de compreensão dos fenómenos em estudo. São criadas, para o efeito, uma série de teorizações para os dados em análise.

Potter e Wetherell (1987 *in* Nogueira, 2001) esclarecem que, em relação à definição da análise de discurso encontra-se uma confusão de terminologia, na medida em que existe uma certa abundância de trabalhos em várias áreas científicas como a Psicologia, a Linguística, as Ciências da Comunicação, que acabam por espelhar perspetivas teóricas diversas. Daí que autores como Iñiguez e Antaki (1994) advoguem que não existe uma única definição de análise de discurso que consiga misturar dentro da mesma dependência toda a variedade de teorias que estão neste momento designadas como tal. Por isso, nenhuma definição é definitiva e mais certa do que as outras. No entanto, e no sentido de simplificar a nossa ideia, apresentamos a definição de Taylor,

“Pode ser, de forma simples, descrito como um conjunto de atividades de pesquisa, diferentes do tradicional, que trabalham com material também ele diferente, havendo também muita diversidade quer teórica quer metodológica. Simplificando, a análise do discurso é o estudo aprofundado da

linguagem que se utiliza, procurando a identificação de padrões. É melhor compreendida como um campo de pesquisa do que como uma simples prática sendo possível identificar diferentes abordagens/concepções” (Taylor 2001 *in* Nogueira 2001: 23).

A Análise de Discurso tem sofrido enormes desenvolvimentos e tem sido, como já demos a entender, cada vez mais usada em diferentes âmbitos. É precisamente por isso, como defende Taylor (2001), que a sua definição se apresenta, atualmente, como particularmente difícil de determinar.

Por sua vez, o método qualitativo tem-se expandido, dando lugar a pesquisas de foro mais interpretativo, onde o analista tem um papel fundamental. Quais as razões para este desenvolvimento? Existe, em primeiro lugar, alguma insatisfação com as abordagens quantitativas e positivistas na medida em que a sua objetividade excessiva começa a ser insuficiente e ineficaz na resposta à complexidade dos fenómenos sociais que são desde logo perturbadoramente multicausais. Por outro lado “é também um produto da ‘viragem linguística’ nas ciências sociais, e ainda consequência do crescente interesse por perspetivas teóricas críticas tais como a teoria crítica, o pós-estruturalismo, a crítica social e o pós-modernismo” (Nogueira, 2001: 3) a que acrescentamos o construtivismo social.

Que teorias são estas? E qual a sua importância no contexto do presente trabalho? Começamos por afirmar que estas teorias são-nos todas particularmente úteis, pois é da compreensão das especificidades de cada uma que podemos eleger aquela em cujo esteio melhor acomodamos as bases da nossa investigação.

Começemos então pelo pós-modernismo. Não é, à partida a abordagem teórica mais ajustada à nossa investigação, na medida em que é mais utilizada nas artes, na arquitetura, na literatura, do que propriamente nas ciências sociais.

Esta teoria está “sob a alçada da concepção moderna da razão transcendental, uma razão capaz de separar-se do corpo, do tempo histórico e do espaço (Nicholson 1990). Embora esta norma possa variar no interior da academia, uma interpretação popular é a de que a pesquisa é imune às influências não académicas, à política e aos valores” (Gergen 1985; Nicholson 1990 *in* Nogueira 2001: 6-7). Este último argumento sustenta a nossa afirmação inicial de que este não será o movimento indicado a seguir no nosso contexto, já que o cerne da nossa pesquisa é

precisamente as influências decorrentes do fenómeno político. Por outro lado, o nosso enfoque é também o papel da modernidade que, ainda que esteja numa fase pós, continua a ser importante enquanto inspiração. Esta teoria declina que a mesma seja uma força de libertação, considerando-a uma fonte de subjugação.

O pós-modernismo

“Rejeita [ainda] as ideias de verdade última, de estruturalismo (a ideia de que o mundo como o vemos é o resultado de estruturas escondidas), de que o mundo possa ser compreendido em termos de grandes teorias ou metanarrativas (Lyotard, 1989) e ao mesmo tempo enfatiza a coexistência de uma multiplicidade e variedade de formas de vida dependentes das situações (muitas vezes referindo-se a pluralismo)” (Smart 1993, *in* Nogueira 2001: 8).

E, de que estamos a falar, quando invocamos o estruturalismo?

“Através da insistência na linguagem como fonte para o significado da experiência, estruturalistas e pós-estruturalistas deslocaram o centro de atenção, da pessoa individual para a esfera social. Isto quer dizer que se se procuram explicações para o mundo social (seja em termos do que o indivíduo pensa ou sente ou em termos de grupos, classes ou sociedades) deve-se olhar, não para “dentro” dos indivíduos, mas para o espaço linguístico que eles partilham com as outras pessoas (Nogueira 2001: 14)

Aqui, estruturalismo e pós-estruturalismo colocam-se pois na mesma senda. Parte-se da ideia de que o significado tem sempre a possibilidade de mudança. Esta realidade acaba por ter implicações na interpretação e nos “julgamentos” feitos em relação a pessoas e aos fenómenos aceitando como normal que ocorram as mudanças sociais e emerjam atores e evoluam interações no fluir tempo e do espaço. Uma experiência é vivida diferentemente de sujeito para sujeito, e a mesma pessoa pode experienciar de forma diferente o mesmo acontecimento em tempos diferentes. Depende precisamente de variáveis como o espaço, o tempo, a própria pessoa (e tudo o que ela engloba: memória, idade, personalidade...). Tudo isto vai ao encontro da ideia gassetiana de que somos as nossas circunstâncias e os nossos contextos. Estas características não significam pacificidade. Na verdade, não sendo algo fixo e imutável, os significados (de acontecimentos, por exemplo) são muitas vezes objeto de desacordo e conflito. Espelham relações de poder. "Assim, na visão pós-estruturalista da linguagem, o falar, escrever

e os encontros sociais são locais de lutas e conflitos, onde as relações de poder se manifestam e se contestam (Burr 1995 *in* Nogueira, 2001: 15).

Esta parece-nos ser uma teoria mais compatível com os interesses da nossa investigação, na medida em que tem em linha de conta a crucial importância da linguagem na construção de significados, de relações de poder, de mudanças de identidade, mostrando simultaneamente maior consciência das potenciais limitações de atender a um mundo tão forte quanto volátil, como é o da construção de sentidos. Acreditamos pois que esta teoria se adapta melhor aos nossos propósitos e a própria escolha da análise de discurso. Afinal, como sublinha Taylor:

“Enquanto para alguns a análise do discurso diz respeito a uma forma relativamente restrita e “estreita” que se concentra na análise de frases ou conversas entre duas pessoas (análise conversacional) outros veem o discurso como sinónimo de todo o sistema social, no qual os discursos constituem literalmente o mundo social e político” (Taylor, 2001 *in* Nogueira, 2001: 3).

A teoria crítica surge como uma proposta teórica de complexidade ainda maior, isto porque se em boa verdade que não existe uma teoria crítica única. Azevedo (1995 cit. *in* Nogueira 2001) faz uma compilação das características comuns que poderão unir as diferentes perspetivas deste modelo:

“(I) a crítica radical às noções tradicionais de ciência e prática científica, essencialmente ao positivismo e às suas aplicações nas ciências sociais, nomeadamente a ideia de objetividade científica e de neutralidade. Do mesmo modo, a ideia de medida e de variáveis pressupõe que a sociedade humana pode ser analisada em termos de factos objetivos e leis, ignorando que muitas vezes o que é tomado como sendo um facto empírico, pode não ser mais que “uma construção social baseada em influências históricas, culturais e políticas” (Azevedo, 1995, p.30). Um dos objetivos das teorias críticas é tentar demonstrar que aquilo que surge como “natural e “eterno” são apenas meras produções sociais. Criticam também a não reflexividade característica da ciência tradicional. Estas perspetivas focalizam a sua atenção não só no modo como as pessoas constroem as suas realidades mas também como os cientistas provocam ou fazem “nascer” as suas “realidades” científicas (não se pode por isso separar observador de observado); (II) a crítica às instituições sociais existentes; (III) a proposta de algumas linhas de ação para a libertação social e individual. Os teóricos Críticos usam a teoria para desmistificar o mundo social, para explicar as fontes de constrangimentos humanos e apontam possibilidades de libertação” (Azevedo, 1995; Osmond, 1987 *in* Nogueira, 2001: 10).

Nestas perspetivas, são os interesses dominantes, seja no domínio social ou político, que vão determinar e modelar o desenvolvimento de campos como a ciência por exemplo, pelo que pode ser colocada em causa a autonomia e neutralidade deste modelo.

Existe ainda a crítica social, centrada nas ideias de Foucault e no papel que na sua obra assume o poder. Para Foucault (1972), “o saber (a visão particular do senso comum acerca do mundo, prevalecente numa cultura, num dado momento) está intimamente associado com poder” (Nogueira 2001). Foucault, numa obra de 1979, “vê o poder não como uma posse de alguns, mas sim como um efeito do discurso. Definir o mundo ou uma pessoa de determinada maneira, poder-se comportar face a ela de determinada forma, é exercer poder. Porque se define ou representa algo de uma maneira particular produz-se um ‘saber’ particular que traz consigo poder” (Nogueira 2001).

O discurso, enquanto ambivalente e mutável, acaba por não se subjugar a um paradigma dominante. Por isso, está sempre sujeito a alguma contestação e resistência, afinal, consegue ser responsável por decifrar diferentes comportamentos e ações. Esta resistência é útil para Foucault que a coloca no mesmo patamar do poder. Isto porque o poder que está colocado num discurso só é verdadeiramente alcançado se existir resistência em relação a ele. É a resistência que o torna interessante, que o torna contestável e poderoso, já que leva a questionamentos que, no final, acabam por produzir o saber. Vão ser esses os saberes que vão controlar os membros da sociedade. O “poder disciplinar” de Foucault (1979) que dita a regra, mostra-nos assim a possibilidade de mudança através da resistência.

Percebemos pois a importância do conceito de poder disciplinar, segundo o qual o exercício do poder é um meio imperativo e eficaz, porque acompanhado de recursos que permitem através da persuasão, a instituição das relações de subordinação

São pois, em traços amplos, estas as escoras do nosso edifício teórico, sendo certo que de todas, é todavia no pós-estruturalismo que encontramos maior afinidade.

Voltamos agora à técnica e análise de discurso. No estudo do discurso, Carvalho (2000) defende a importância de uma análise através do “*Frame*”, usada por diversos autores⁴³. Há duas formas de pensar o “*frame*”. A primeira põe o enfoque na percepção e na forma como os indivíduos utilizam o seu conhecimento para perceber a realidade⁴⁴. “Um «*frame*» é visto como uma ideia central que subjaz e orienta a construção de textos”. Gamson e Modigliani, por exemplo, referem-se a um «*frame*» como uma ideia organizadora para atribuir sentido a eventos, indicando o que está em causa (1989: 3 *in* Carvalho 2000: 144-5). Surge a ideia de que é sempre necessário escolher um ponto de vista, vários elementos compilam-se para atingir um determinado sentido, incluem-se factos, constroem-se valores, fazem-se juízos. Escolhe-se um ângulo de análise e envereda-se por aí, podendo isso implicar que certos aspetos da realidade sejam deixados de fora.

Mais longa e complexa é a análise narrativa. Existem aqui, dois elementos fundamentais: a história e o discurso. “Uma narrativa seria uma história contada através de um discurso. Em geral, considera-se que uma história tem uma série de características que a definem como tal” (Carvalho 2000: 145).

Neste tipo de análise conta-se a sequência cronológica a que a história deve obedecer, o facto de os acontecimentos deverem estar ligados a uma coerência lógica, uma ideia e princípio, e também o saber aceitar que existe sempre o reverso da medalha e as situações podem mudar repentinamente. Nem todos os textos podem ser considerados narrativas. Daí que Carvalho proponha “que se pense aqui em narrativa como envolvendo uma ação, uma conclusão ou resultado, personagens, e um palco ou quadro de ação. Um dos traços próprios da análise de narrativas é a atenção dedicada ao texto, como um todo, e ao significado, como resultado de uma estrutura específica” (2000: 145-146).

⁴³ Goffman (1974) a Gamson (1989,1995) ou Snow e Benford (1988,1992).

⁴⁴ “Nas décadas de 70 e 80, vários estudos de psicologia cognitiva e de inteligência artificial demonstraram que os objetos ou acontecimentos não são percebidos pelos sujeitos a partir dos seus componentes individuais até ao todo, mas sim pela atribuição de uma estrutura geral e conhecida a tais objetos ou acontecimentos. Por exemplo, se vemos uma pessoa a correr e depois uma pessoa estendida no chão com uma faca ao lado, imediatamente «ativamos» um «guião» de homicídio, em que a primeira pessoa é o assassino. As pessoas recorrem a «*frames*» ou «*schemas*» que fornecem um significado reconhecível para as ajudar a compreender uma realidade complexa” (Carvalho 2000; 144).

A análise de discurso assenta em diversas modalidades que servem para complementar e dar consistência à análise. Nestas modalidades insere-se a análise narrativa e a análise ao nível das macroestruturas. As duas apresentam-se como muito diferentes. As primeiras recusam-se a dividir um texto em partes menores, a fraturá-lo, termo utilizado por Carvalho (2000), ao passo que as segundas, predominantemente estudadas por Van Dijk, são organizadas em categorias, como poderão ser as causas de determinado acontecimento. É uma forma de colocar as ideias em ordem e separar os diferentes temas em análise.

No seu todo, a análise de discurso acaba, como defende Carvalho (2000: 155) por oferecer “um manancial importante de instrumentos para compreender a construção do sentido ou significado. Cada instrumento dá a ver aspetos diferentes do texto e faz uma contribuição distinta para o estudo da relação entre o texto e as realidades sociopolíticas em que ele se enquadra”.

Segundo Caregnato e Mutti “pode afirmar-se que o corpus da análise de discurso é constituído pela seguinte formulação: ideologia⁴⁵ + história + linguagem⁴⁶” (2006: 680). Por outras palavras, a análise de discurso vai preocupar-se com a forma como a linguagem cria e constrói uma realidade, como ela revela convicções e trilhos ideológicos, como incorpora e molda objetos e contextos.

Um discurso é sempre um produto do tipo de condições e circunstâncias existentes. Caregnato e Mutti explicam esta afirmação através de um exemplo concreto. “O deputado pertence a um partido político que participa no governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse [...]. Isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma” (2006: 681). Por isso, “todo o dizer é ideologicamente marcado” (2006: 681).

⁴⁵ “A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando ‘pistas’ do sentido que o sujeito pretende dar” (Caregnato e Mutti, 2006: 680).

⁴⁶ “Autores como Derrida, Foucault (1972; 1979) e Lyotard (1989) contribuíram com as suas análises para o movimento pós-estruturalista e pós-modernista que tem influenciado a ciência e nomeadamente a psicologia social (Parker, 1989). Todos estes autores chamavam a atenção para a importância que a linguagem desempenha na construção da realidade social” (Nogueira 2001: 19-20).

No entanto, e tomando em consideração que estamos a falar de interpretações relacionadas com o sentido, voltadas para discursos heterogêneos facilmente mutáveis, podemos dizer que não é com a análise de discurso que vamos descobrir algo significativamente novo. O que vamos fazer é interpretar o que já existe e tentar dar-lhe uma explicação, um significado. Por isso, a probabilidade de errar é também maior. Afinal, não estamos a lidar com contas matemáticas, que conseguimos resolver por tentativa e erro. O sentido não é evidente, o significado não está expresso. É preciso investigar, pensar a realidade, logo, interpretá-la. Na análise de discurso há tudo, menos respostas comprovadamente certas.

VI.2. Principais diferenças entre Análise de Discurso e Análise de Conteúdo

Porque colocaríamos aqui uma distinção entre estes dois tipos de análise? Para evitar equívocos. A análise de conteúdo consegue facilmente confundir-se com a análise de discurso. Começamos já por explicitar que enquanto a interpretação da análise de conteúdo pode ser quantitativa ou qualitativa, tendo capacidade para abarcar os dois tipos de análise, na análise de discurso a interpretação é pura e simplesmente qualitativa. Porém, pode gerar-se alguma confusão, pelo facto de tal como a análise de discurso, a análise de conteúdo trabalhar tradicionalmente com materiais textuais escritos⁴⁷, ainda que o discurso surja com algumas especificidades.

A maior diferença está na busca pelo sentido. A análise do discurso não está propriamente preocupada com o conteúdo, sendo este simplesmente um meio para chegar ao sentido. A análise de conteúdo limita-se, como o próprio nome indica, criando apenas categorias que consigam desconstruir e reagrupar o discurso. Na análise do discurso a linguagem não surge como transparente, procurando-se antes encontrar o que está por detrás das palavras, o sentido que o sujeito atribui ao que é dito. Pelo contrário, a análise de conteúdo tenta encontrar no próprio discurso o pensamento do sujeito.

⁴⁷ “Existem dois tipos de textos que podem ser trabalhados pela análise de conteúdo: os textos produzidos em pesquisa, através das transcrições de entrevista e dos protocolos de observação, e os textos já existentes, produzidos para outros fins, como textos de jornais. Na análise de discurso existe o corpus de arquivo e empírico. Quando se analisa análise de discurso em material já existente como documentos, legislação, pronunciamentos em jornal, livros e outros, refere-se ao corpus de arquivo; se o material é construído especialmente para a pesquisa, como por exemplo, através de entrevista, refere-se ao corpus empírico, experimental” (Caregnato e Mutti 2006).

VI.3. Como se traduz na prática a análise do discurso?

Nogueira (2001) dá alguns “conselhos” que nos parecem pertinentes. Na análise do discurso, nunca se dá nada como exatamente certo. Apesar de os pesquisadores poderem formular questões de pesquisa como sendo hipóteses, as proclamações finais relativas a essas mesmas hipóteses são ainda mais provisórias e confinadas a contextos limitados e específicos. Por outro lado, não é importante um elevado número quando se fala da amostra, para que os resultados sejam representativos. Tudo isto acaba por fugir à tradição convencional da ciência que determina que, quanto mais, melhor. Aliás, uma amostra muito extensa poderá constituir um problema, já que não permite uma análise tão detalhada do fenómeno em estudo. O trabalho é mais intenso, mais difícil de sintetizar.

A análise de discurso não vai seguir grelhas estruturadas, não tem critérios e passos que ajudem concretamente a estabelecer uma forma de trabalhar os diversos assuntos. No entanto, Parker (1992 *in* Nogueira 2001: 34) apresenta alguns critérios que ajudam a iniciar a análise do discurso. É necessário criar um fio condutor para que não nos percamos em pormenores insignificantes. Por isso, apresentamos estes critérios que, mesmo não sendo rígidos, são indicadores importantes:

Tabela II – Critérios de Orientação na Análise do Discurso

| Indicadores |
|--|
| Tratar objetos de estudo como sendo textos (colocados em palavras); |
| Explorar conotações, associação livre; |
| Procurar objetos nos textos; |
| Tratar a fala acerca desses objetos como objeto de estudo; |
| Especificar sujeitos (pessoas, assuntos, temas, etc.), como tipos de objetos no texto; |
| Especular acerca de como eles podem “falar”; |
| Traçar uma imagem do mundo, redes de relações; |
| Indicar as estratégias defensivas desses sistemas contra possíveis ataques; |
| Identificar contrastes entre formas de “falar”; |

Identificar pontos de sobreposição, fala dos mesmos objetos;

Relacionar maneiras de falar para audiências diferentes;

Escolher rótulos ou designações das formas de falar, os discursos;

Analisar com atenção como esses discursos emergem;

Questionar como os discursos contam a sua história acerca da sua origem;

Identificar instituições reforçadas pelos discursos;

Identificar instituições que são atacadas pelos discursos;

Analisar que categorias de pessoas ganham e perdem;

Questionar quem os promoverá e quem se lhes oporá;

Analisar como eles se ligam com outros discursos opressivos;

Descrever como eles justificam o presente.

Fonte: Nogueira (2001: 34-5)

Quando há a possibilidade de criar um padrão durante a pesquisa, é importante continuar em busca dessa pista e explorar alguns aspetos em detrimento de outros. É, em paralelo, necessário procurar as ausências no texto. As ausências podem ser de grande importância, podem oferecer a resposta ao sentido que procuramos estabelecer. Às vezes, a resposta não depende do que está expresso, por isso é necessário abrir a mente e analisar os textos com total atenção ao que lhe falta, explorando as diferentes facetas do discurso.

Concluindo,

“a análise do discurso hoje é multi e interdisciplinar. Esta situação pode muitas vezes induzir em confusão, principalmente para quem começa a dar os primeiros passos nestas abordagens, já que estas diferentes abordagens diferem em muitas dimensões, dimensões essas que são fundacionais logo fundamentais, e também metodológicas” (Wood & Kroeger 2000 *in* Nogueira 2001: 31).

A compreensão prévia da análise de discurso enquanto técnica de investigação e o conhecimento das recomendações metodológicas sobre a sua aplicação são pois fundamentais para passar a uma análise prática da melhor forma possível. Como vimos, o caminho não é fácil, mas estamos dispostos a tentar.

CAPÍTULO VII

ANÁLISE - A IDENTIDADE NACIONAL NA CAMPANHA PARA O REFERENDO DA ESCÓCIA

A campanha escocesa para o referendo sobre a independência é em si reveladora do resultado daquele? Ou seja, uma análise atenta aos discursos que a acompanharam poderia dar-nos pistas sobre o desfecho deste processo?

Sem dúvida que estas são perguntas que nos interessa mas, mais importante, interessa-nos saber se a identidade nacional escocesa fica espelhada nos discursos proferidos durante a campanha para o referendo.

A análise do discurso assume-se aqui como a nossa ferramenta fundamental, por meio da qual procuramos obter respostas a estas questões. Para tanto, tomamos como matéria-prima, os discursos proferidos pelos principais atores envolvidos nesta campanha. Perguntamo-nos sobre quais são as palavras-chave utilizadas, que mensagem forte está subjacente a cada discurso, quais são as expressões mais utilizadas no veicular dessa mensagem, e, acima de tudo, como é que tudo isto se relaciona com a identidade nacional escocesa.

Mais exatamente, selecionamos um discurso de cada um dos principais atores, por forma a garantir algum equilíbrio na sua representatividade e maior riqueza de informação. No entanto, e dado que o *site* dos dois lados da campanha deixou de estar disponível ao tempo do início deste projeto de dissertação, e como a Europa tem um sistema de proteção de dados, tivemos de recorrer a outros meios (lícitos, bem entendido) para poder aceder a discursos suficientemente ilustrativos dos campos em confronto. Além de *sites* institucionais, como é o caso do *site* do governo do Reino Unido, optamos também por procurar a informação em órgãos de comunicação social. Escolhemos discursos proferidos em diferentes momentos da campanha, pois consideramos ser importante perceber a relação dos argumentos apresentados pelos diferentes atores envolvidos, com os momentos cruciais vividos até ao dia do referendo.

Nesta linha, e no que reporta aos atores mais relevantes no processo selecionamos: a Rainha Isabel II; David Cameron, primeiro-ministro do Reino Unido; Alistair Carmichael,

secretário do governo do Reino Unido; o movimento *Yes Scotland*, representado por Blair Jenkins, chefe executivo da campanha; Alex Salmond, primeiro-ministro da Escócia; Blair McDougall, diretor executivo da campanha *Better Together* e ainda, pela sua particularidade, uma mensagem coligada de David Cameron, Ed Miliband e Nick Clegg.

A relevância assumida na campanha do referendo escocês foi fator-chave decisivo na nossa seleção dos discursos dos diferentes atores. A análise aos discursos considerou-os na íntegra, não sendo importante se alguns discursos são mais extensos do que outros, mas sim o sentido da mensagem que transmitem, bem como as diferenças e semelhanças que os afastam e aproximam. Para clarificar do que estamos a falar, optamos, em primeira instância, por analisar discurso a discurso, fazendo uma análise narrativa. Nesses discursos, decidimos destacar alguns trechos que nos servirão de ponte para determinadas conclusões. São expressões, não muito extensas, que espelham os argumentos mais fortes de cada discurso político. Ainda que não estejamos perante uma análise de conteúdo, criamos também uma tabela onde colocamos as palavras-chave de todos os discursos, palavras que, na nossa leitura, acabam por transportar-nos para os caminhos da identidade nacional, tal como cada um dos lados em oposição no referendo a concebem e transmitem. Posteriormente vamos relacionar alguns dos aspetos presentes em vários discursos, o que nos permitirá chegar às nossas conclusões.

VII.1. Discurso a discurso

VII.1.1. O reservado comentário da Rainha

Houve muita especulação em torno de um possível discurso da Rainha Isabel II, que se manteve reservada durante toda a campanha. A monarca decidiu emitir umas breves palavras, dias antes de acontecer o referendo da independência, ainda que se tenha recusado a comentar publicamente questões relacionadas com aquele. Na verdade, tal como o jornal britânico Daily Mail afirma “O Palácio de Buckingham insiste que a Monarquia está acima da política em todas as circunstâncias” (Chapman 2014).

'People should think very carefully about the future'

“As pessoas devem pensar muito cuidadosamente sobre o futuro” limitou-se a dizer a rainha. Que ilações podemos retirar desta parca frase? Atentemos no substantivo colocado, pensar com muito *cuidado*. A rainha pede ponderação. Pede que os eleitores pesem os prós e os contras da sua decisão, pede que os eleitores verifiquem quais as implicações que poderá ter uma separação. É uma frase simples, criada criteriosamente para não pender para nenhum dos lados em confronto, nem dar azo a quaisquer interpretações ou duplos-sentidos. No entanto, deve ser tomada como um claro aviso e como uma mensagem de que a Monarquia está atenta àquilo que são os acontecimentos que estão sob a sua alçada. Por outro lado, atrevemo-nos a considerar que a mensagem da Rainha, sendo lacónica, serve melhor os interesses da campanha pelo “Não” do que os da campanha pelo “Sim” à independência. De facto, o apelo à ponderação cuidada instiga subliminarmente ao receio, à adoção de uma atitude conservadora e não ao abraçar de um futuro desconhecido.

VII.1.2. David Cameron e a importância da Escócia como parte do Reino Unido

O primeiro-ministro do Reino Unido defende assumidamente a continuidade do Reino Unido tal como está. Começou o seu discurso, proferido a 7 de fevereiro de 2014, de uma forma bastante inteligente dizendo, e passamos a transcrever:

“The best thing about the Olympics wasn’t the winning; it was the red, the white, the blue. It was the summer that patriotism came out of the shadows and came into the sun. Everyone cheering as one for Team GB. And it’s Team GB I want to talk about today. Our United Kingdom”⁴⁸.

Este fragmento é revelador de um claro apelo ao sentimento nacional, ao amor pela bandeira, pela pátria, pela língua e pelo simbolismo que todas estas características trazem consigo. Há aqui uma clara invocação de um sentimento de pertença a uma realidade que só consegue ser percebida por quem vive o seu espírito e se sente como parte de um todo. Cameron começou assim com chave de ouro, elegendo uma imagem simples mas poderosa,

⁴⁸ “A melhor coisa sobre os Jogos Olímpicos não foi ganhar. Foi o vermelho, o branco, o azul. Foi o verão em que o patriotismo se libertou das sombras e seguiu em direção ao sol. Todos a vibrar como um pela Equipa Grã-Bretanha. E é dessa equipa que eu quero falar hoje. O Nosso Reino Unido.”

acessível a todos independentemente da sua escolaridade: a imagem da união no desporto. E prossegue. Diz aos eleitores que o que está em jogo são séculos de história. O seu argumento é o de que, apesar de só quatro milhões de pessoas poderem votar no referendo, todos os sessenta e três milhões serão profundamente afetados com a decisão tomada, “há sessenta e três milhões que podem acordar no dia 19 de setembro num país diferente, com um futuro diferente à sua frente” – logo, há claramente um tom de dramatismo conseguido pela evocação da incerteza como fonte de medo e de ansiedade, Cameron está a falar não só para a população escocesa, mas também para a Inglaterra, para a Irlanda do Norte e para o País de Gales. Esta frase é sem dúvida poderosa. Mas, que pretende Cameron dizer com a expressão ‘país diferente’? Tratar-se-á de um país diferente porque perdeu um pedaço da sua identidade? A ser este o raciocínio, como nos parece que é, significa então que Cameron parte da premissa de que a ideia de identidade nacional escocesa se afirma afinal não pela negação da identidade britânica, mas pela aceitação desta como o todo no qual aquela faz sentido, o que vai certamente ao encontro da condição *sui generis* como a Escócia parece pensar a sua identidade nacional, a qual não tem necessariamente de ser incompatível com a ausência de independência político-administrativa.

Cameron, se por um lado amedronta com a ansiedade do desconhecido, por outro, de forma mais indireta, apela aos benefícios e ao conforto de manter tudo na mesma. Afinal, porquê mudar quando a partir de *Holyrood* pode decidir-se uma série de questões importantes como o que acontece em cada hospital, em cada escola e em cada estação de polícia na Escócia? Mais, porquê mudar quando, juntamente com o restante Reino Unido, a Escócia tem um poder internacional muito maior? Aqui, jogamos com argumentos práticos, capazes de alertar os cidadãos para a realidade que o seu país vive. Ainda que a União Europeia tente manter os Estados-Membros em pé de igualdade, a verdade é que o Reino Unido tem força económica suficiente para subsistir com uma moeda própria, que está, em muitas circunstâncias, mais bem cotada que o euro. Não se trata pois de apelar apenas ao sentimento, mas também ao pragmatismo presente em argumentos como os da força económica e da autonomia em setores fundamentais que, apesar de tudo, já é dada à Escócia.

No mesmo discurso, Cameron usa uma outra expressão de impacto: “este casamento de nações perdeu o seu curso e precisa de um divórcio”. Ao usar esta expressão, David Cameron está a dar um forte simbolismo à união. É como se fosse um compromisso, que se previa para a vida toda, que está prestes a ser quebrado, e que, tal como em qualquer divórcio afetará o balanço de todas as circunstâncias de uma vivência comum. Há pois um claro recurso a imagens emocionalmente fortes, que falam ao coração das pessoas.

*Over 3 centuries we have lived together, worked together and frankly we've got together: getting married, having children, moving back and forward across our borders. Such is the fusion of our bloodlines (...)*⁴⁹

*“The United Kingdom is an intricate tapestry; millions of relationships woven tight over more than 3 centuries. That's why for millions of people there is no contradiction in being proud of your Scottishness, your Englishness, your Britishness – sometimes all at once. Now some say that none of this would change with independence, that these connections would stay as strong as ever. But the fact is all these connections, whether it's business or personal, they are eased and strengthened by the institutional framework of the United Kingdom.”*⁵⁰

Segundo Cameron, não se conseguem apagar facilmente três séculos de profunda partilha identitária, as instituições “criaram raízes”, cresceram juntas tal como as pessoas, as famílias e isso acaba por ser uma herança que não se esquece. Para além do medo do desconhecido, do apelo ao conforto do que se conhece, Cameron invoca assim uma terceira imagem de enorme poder: a imagem de família.

Com inteligência emocional mas também com muito pragmatismo, David Cameron dá ao seu discurso uma tónica positiva. Por exemplo, ao usar a frase “a parte central do meu

⁴⁹ “Durante três séculos, nós vivemos juntos, trabalhamos juntos e temos estado francamente juntos: temos estado casados, tendo filhos, recuando e avançando sobre as nossas fronteiras. É uma fusão de linhas de sangue”

⁵⁰ “O Reino Unido é uma tapeçaria intrincada; milhões de relacionamentos tecidos e apertado por mais de três séculos. É por isso que para milhões de pessoas, não há contradição em ser orgulhoso de sua nacionalidade escocesa, sua identidade inglesa, o seu britânico- às vezes tudo ao mesmo tempo. Agora alguns dizem que nada disso iria mudar com a independência, que essas conexões ficariam tão forte como até então. Mas o fato é todas essas conexões, quer se trate de negócios ou pessoais, são atenuadas e reforçadas pelo quadro institucional do Reino Unido”.

argumento sobre a economia britânica não é sobre o que vamos perder se nos separarmos, mas sim o que podemos ganhar neste mundo se ficarmos juntos”, acaba, por um lado, por omitir que talvez as perdas de uma separação não sejam assim tantas e enfatiza, por outro lado, o que o Reino Unido pode ganhar tal como está.

No discurso de Cameron sobressai ainda a ideia de que o Reino Unido é um caso europeu de sucesso e que a Escócia está “no coração dessa visão”. Mais uma vez, não são as características da Escócia que importam aqui, mas sim o que juntas, as partes constituintes podem construir.

O que falta? Números. No entanto, este discurso não se centra nesse tipo de enunciação. Apela ao sentimento positivo, ao orgulho nacional, à construção de uma visão sincronizada de união, mas evita o compromisso com dados que possam ser rebatidos por discursos mais tecnicistas. Cameron fala na União forte para lidar com as indústrias do futuro, nomeadamente as energias renováveis, fala do lugar que o Reino Unido tem no Conselho de Segurança das Nações Unidas, do facto de pertencer à NATO, de poder hospedar eventos como a Cimeira dos G8 e de ter as melhores forças armadas do planeta. O seu enfoque é o contexto internacional e os ganhos de manter a união num mundo altamente globalizado. O que importa pois é seduzir os eleitores, usando para tal a imagem que o Reino Unido no seu conjunto goza na cena internacional. No mundo global não é possível pensar fora de um quadro de interdependência complexa. Este trecho de Cameron espelha bem a compreensão que ele demonstra disso mesmo.

“And make no mistake: we matter more as a United Kingdom – politically, militarily, diplomatically and culturally too. And our reach – our reach is about so much more than military might; it’s about our music, our film, our TV, our fashion. The UK is the soft power superpower”⁵¹

O Reino Unido é uma superpotência de «*soft power*», uma síntese de vários aspetos culturais que caracterizam a identidade nacional, porque não só de política se faz uma nação, é

⁵¹ “E, não adianta negar, nós somos mais importantes como Reino Unido – politicamente, militarmente, diplomaticamente e culturalmente. E o nosso alcance é muito mais do que o militar. É sobre a nossa música, os nossos filmes, a nossa televisão, a nossa moda. O Reino Unido é uma superpotência de «soft power»”,

preciso atentar a pormenores, a imagens que se vão construindo, e que acabam por tornar-se numa marca. Ora, o Reino Unido tem construído essa marca e tem-na desenvolvido como motivo de orgulho coletivo e de receita económica.

A música, a televisão, os filmes a que Cameron alude projetam um dado estereótipo cultural que o Reino Unido consegue exportar para o mundo com grande sucesso. No entanto, a Escócia tem, a título de exemplo, uma música e trajes muito característicos reconhecidos em qualquer parte do mundo. Ou seja, o discurso de Cameron recorre deliberadamente, parece-nos, a uma falácia: a de que a Escócia precisa dos modelos culturais britânicos para se alicerçar e auto-reconhecer. No entanto, a Escócia não precisa de tais modelos culturais mais ou menos estereotipados, pois conseguiu construir a sua própria identidade cultural, a sua própria linguagem de ícones e de mitos. Aliás, o próprio Reino Unido beneficia da errada incorporação dos elementos da identidade escocesa na sua imagem cultural mais comercial. Ou seja, comumente um olhar estrangeiro menos atento e menos instruído sobre as especificidades locais das Ilhas Britânicas, transfere elementos da identidade cultural escocesa para a identidade cultural britânica, acabando esta indiretamente por beneficiar da riqueza da outra, desde logo no que toca à indústria cultural. No entanto, não negamos que o Reino Unido atua como uma marca poderosa, e, na aceção de Cameron, muitas vezes as pessoas esquecem-se do quão grande é a reputação do Reino Unido no mundo. Segundo Cameron, as letras UK (United Kingdom = Reino Unido) representam e transportam consigo o peso de ser-se “único, brilhante, criativo, excêntrico”.

*“Because this is a country that has never been cowed by bullies and dictators. This is a country that stands for something. And this, really, is why I’m standing here today: our shared values. Freedom. Solidarity. Compassion. Not just overseas, but at home”.*⁵²

Cameron fala de valores. Coordenadas de orientação ética da ação individual e coletiva, tecidas no passado, legadas de geração em geração por uma comunidade até ao presente, e sobretudo que espelham uma dada leitura coletiva sobre o Bem, sobre o que é correto, justo, e

⁵² “Porque este é o país que nunca foi coordenado por ditadores, este é o país que se afirma por algo. E, é precisamente por isso que estou aqui hoje, pelos nossos valores partilhados, a nossa liberdade, solidariedade, compaixão. Não só fora, mas também em casa”.

defensável. Cameron põe à cabeça três valores poderosos: liberdade, solidariedade e compaixão, que poderíamos amplamente traduzir por Humanismo. Cameron não se limita a identificar estes valores como parte da identidade da União, elevando-os também à categoria de inspiração para o resto do mundo, o que indiretamente coloca o Reino Unido na condição de arauto cultural. Mais uma vez, ante esta linguagem poderosa que invoca a importância dos axiomas que se constroem em sociedade, volta a colocar-se a questão sobre a real utilidade de sair de uma união que é saudável, e que é fruto de um entendimento comum, antigo, quanto à construção de uma dada ideia de Bem. Uma ideia de Bem, que serve na verdade de inspiração para outros povos do mundo que buscam igualmente a construção da sua Democracia, da sua Liberdade. A mensagem central deste discurso é pois condensável na seguinte frase: “Se esta família de nações se desentender, algo muito poderoso e precioso no mundo vai perder-se para sempre”.

“I have an old copy of Our Island Story, my favourite book as a child, and I want to give it to my 3 children, and I want to be able to teach my youngest, when she’s old enough to understand, that she is part of this great, world-beating story. And I passionately hope that my children will be able to teach their children the same; that the stamp on their passport is a mark of pride; that together these islands really do stand for something more than the sum of our parts; they stand for bigger ideals, nobler causes, greater values. Our brilliant United Kingdom: brave, brilliant, buccaneering, generous, tolerant, proud – this is our country. And we built it together, brick by brick: Scotland, England, Wales, Northern Ireland. Brick by brick. This is our home, and I could not bear to see it torn apart.”⁵³

A linguagem é simples, pessoal e próxima do eleitor, desviando-se deste modo do cariz técnico e institucional tão característico neste tipo de circunstâncias. David Cameron personaliza o discurso, falando de si enquanto criança, procurando assim uma aproximação emocional com o cidadão. Fala também dos seus filhos e das suas descendências, reforçando a ideia de família

⁵³ “Eu tenho uma cópia antiga de “A História da nossa Ilha”, o meu livro favorito quando era criança. Quero dá-lo aos meus 3 filhos, quero ser capaz de ensinar ao meu filho mais novo, quando tiver idade suficiente para entender, que é parte desta grande história. Apaixonadamente, espero que os meus filhos sejam capazes de ensinar aos seus filhos a mesma lição: que o carimbo do seu passaporte é uma marca de orgulho; que juntas, estas ilhas representam realmente algo mais do que a soma das nossas partes; representam ideais maiores, causas nobres, valores maiores. O nosso brilhante Reino Unido: corajoso, brilhante, generoso, tolerante, orgulhoso - este é o nosso país. E nós construímo-lo juntos, tijolo por tijolo: Escócia, Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte. Tijolo por tijolo. Esta é a nossa casa, e eu não posso suportar vê-la destruída. ”

e com ela a ideia de continuidade, de linha que se fez e se faz no tempo, e que cumpre cuidar. A adjetivação usada não deixa de ser curiosa. As palavras espelham a ideia dos britânicos como sendo ‘os melhores’, como se a separação acabasse por abalar essa perfeição que existe neste momento no Reino Unido. “Brilhante, bravo, generoso, tolerante, motivo de orgulho”, é assim que o governante descreve o Reino Unido, enfatizando que foi algo construído em conjunto, fruto desta união. Existe uma enorme riqueza na forma como David Cameron materializa o seu discurso, considerando a união muito mais do que “a soma das partes”. É um ‘espaço’ onde se luta por “grandes ideais, causas nobres e grandes valores”.

A referência às gerações futuras pretende invocar a presença de uma clara preocupação paternal. “Isto é uma questão pessoal” salienta o primeiro-ministro. “Eu espero que os meus filhos sejam capazes de ensinar aos seus filhos o mesmo: que o símbolo do seu passaporte é uma marca de orgulho”. As gerações futuras perceberiam realmente o que tudo isto implica? Mudanças estão sempre a acontecer, a adaptação faz parte da aprendizagem. Mas, David Cameron acredita na Equipa GB (Great Britain) “a equipa vencedora na história do mundo.”

VII.1.3. Impulsionar a independência – *Yes Scotland*

Este discurso é publicado no site do SNP dois dias antes de acontecer o referendo. Decorrida toda a campanha eleitoral, o que é que o movimento *Yes Scotland* tem para dizer?

“Scotland has the wealth, the confidence and the abilities to be a successful independent nation. With a yes vote on Thursday we can secure the job creating powers that will enable us to make the most of all our opportunities. (...)”⁵⁴

A necessidade de investir no futuro é a mensagem fundamental que o Partido Nacionalista Escocês tenta deixar quando pede o voto no ‘Sim’. Oferece um governo personalizado, um governo que se vai focar apenas nas preocupações escocesas. O ‘Sim’ determinaria o fim da hegemonia do governo do Reino Unido, na medida em que as decisões não precisariam mais do

⁵⁴ “A Escócia tem os bens, a confiança e as habilidades para ser uma nação independente de sucesso. Com um voto no sim podemos assegurar a criação de empregos que permitem as melhores oportunidades”

aval da união. Do mesmo modo, terminaria a preocupação sobre a forma como as decisões tomadas podem afetar a Escócia. Aqui, o argumento é o de que estando sozinhos, o crescimento será maior. É precisamente o oposto do que diz David Cameron.

O movimento *Yes Scotland* opta por um registo mais tecnicista e recorre a números, talvez consciente de que só com dados mais palpáveis poderá convencer um eleitorado que esteve exposto à força altamente emotiva da campanha do “Não”, respaldada em séculos de história comum. O discurso joga com vários argumentos, destacando o papel da emigração jovem enquanto problema social que cada vez mais preocupa a sociedade escocesa. “Em vez de termos 40 000 jovens a deixar a Escócia todos os anos, como é presentemente o caso, haverá mais oportunidades para os nossos jovens estarem em casa”, defende o *Yes Scotland*, que opta por esta forma diferente de passar uma mensagem para as gerações futuras. Serve-se, portanto, de um exemplo prático para, por um lado demonstrar, ainda que não de forma explícita, que há aspetos negativos que têm sido potenciados pela ausência de independência soberana, e, por outro lado, para dar tranquilidade aos eleitores, para dizer-lhes que o cenário de independência possibilita estabilidade suficiente para que os jovens não tenham de tentar a sua sorte num país longínquo, separados das suas famílias e amigos.

“Nas ciências da vida, no turismo, comida, bebida e no fabrico nós temos a capacidade, o talento, os recursos e a população”, ou seja, não importa se a união é ampla e tem sido um sucesso, importa sim que, nas várias valências da Escócia, haja capacidade suficiente para criar uma nação independente.

“A Yes vote is a chance to elect a government that will be focussed on a job creation policy solely for Scotland and a government that will use the wealth of our economy to support public services like the NHS and to invest in our future”⁵⁵.

Além de prometer dar enfoque às políticas de criação de emprego, o *Yes Scotland* promete usar os recursos e a riqueza da economia para suportar serviços públicos como o *National*

⁵⁵ “Um voto no sim é uma oportunidade para eleger um governo que vai estar focado na criação de uma política sólida para a Escócia e um governo que vai usar os recursos da sua economia para suportar os serviços públicos como o Sistema Nacional de Saúde e para investir no nosso futuro.”

Health System. Trata-se de investir no futuro, é essa a mensagem que o movimento tenta passar. Não há tanto o apelo ao lado emocional, nem às referências típicas de orgulho na bandeira, na língua e no significado que a história transporta. O *Yes Scotland* parece querer cortar as amarras do passado e usar os recursos que tem para construir um futuro mais promissor para a população. O enfoque da sua política são precisamente as questões sociais, de que é exemplo a educação, dado apresentado no discurso. Um governo autónomo e independente é também a chave para investir e assegurar uma educação plena.

“Scotland has immense natural resources with 10% of Europe’s wave energy and 25% of Europe’s wind and tidal potential – energy resources that can help to reindustrialise our economy.”⁵⁶

Os recursos naturais que a Escócia tem e as percentagens apresentadas são uma forma de mostrar como a Escócia, sozinha, consegue ter um potencial de recursos grande e significativo, mesmo no âmbito da União Europeia. A ideia de identidade nacional acaba por ser entorpecida por este tipo de argumentos que demonstram, em números e exemplos práticos, o potencial de uma Escócia independente. O discurso acaba por não acautelar o lado sentimental.

Em paralelo, o *Yes Scotland* aproveita para dizer que o governo central, ao ter poder para fazer os cortes que entender, sem ter de consultar a Escócia, nomeadamente no que toca à indústria, acaba por fazer com que esse setor defina sem que o eleitor escocês ou mesmo os governantes possam fazer algo para mudar isso. É também pela crítica que o *Yes Scotland* tenta fazer valer o seu argumento e os números são bons para provar como os seus comentários são legítimos e passíveis de verificação.

VII.1.4. Um mês para o referendo – a perspetiva de Alistair Carmichael

*“We can’t go back into the polling booth in five years’ time and vote to return to the United Kingdom. If Scotland votes yes, the rest of the United Kingdom will continue without Scotland and the union which has served us so well for 300 years will be no more.”*⁵⁷

⁵⁶ A Escócia tem imensos recursos naturais, com 10% da energia proveniente das ondas ao nível da União Europeia e 25% da energia do vento e potencial das marés - recursos de energia que podem ajudar a re-industrializar a nossa economia.

A independência é uma viagem sem retorno, começa por explicar Carmichael. “É uma decisão irreversível, que não deve ser tomada de ânimo leve (...) nem deve ser feita sem pensar nas consequências”. É importante lembrar que não estamos perante “uma eleição normal”. É preciso pôr o eleitor a pensar, a ponderar sobre o que implica a independência. É preciso frisar que, se a resposta for ‘Sim’, tudo vai ser diferente daqui para a frente e que “as gerações futuras não nos vão agradecer se tomarmos a decisão errada”, decretando o governante que votar “Sim” no referendo da independência é uma decisão errada. Mas, quem é que decreta efetivamente qual é a decisão errada? Em assuntos deste âmbito poder-se-á dizer efetivamente que há uma perspetiva certa e uma errada, ou haverá simplesmente pontos de vista diferentes? Carmichael quer transmitir a ideia de que caso os eleitores votem ‘Sim’, e se tal se revelar uma decisão errada, estes serão responsáveis pela insatisfação das gerações futuras, que terão de viver então com os erros dos predecessores. Mas podemos perguntar, ainda que retoricamente, se não será sempre assim? Não somos sempre afinal o fruto das decisões dos nossos antepassados? E assim sendo, a ideia de que um caminho não deve ser tomado porque dele pode resultar um erro que todavia não é certo que se produza, é na verdade uma ideia contrária à própria missão da política, porque simplesmente inviabiliza aquilo que em última instância se espera de qualquer ação governativa: a capacidade de decidir. O medo do erro impossibilitaria toda e qualquer ação. A exploração do medo é todavia a estratégia discursiva do Secretário da Escócia, Carmichael, e que aqui temos em análise.

Carmichael prossegue levantando algumas questões, numa estratégia que permite ao eleitor pensar nas suas palavras, colocando-o num processo de reflexão e de introspeção. Mas mais do que levantar questões, Carmichael tenta responder-lhes de forma persuasiva, proporcionando, simultaneamente, os argumentos que na sua ótica devem ser interiorizados pelo cidadão na sua reflexão. Dá ainda, em jeito de explicação, exemplos práticos do que significaria a independência, de modo a que o seu discurso possa ser inteligido por diversos grupos sociais, com diversos graus de escolaridade, consciente portanto da força das imagens simples mas contundentes.

⁵⁷ “Daqui a cinco anos não podemos voltar atrás e votar novamente um retorno ao Reino Unido. Se a Escócia votar sim, os restantes países do Reino Unido vão continuar a existir sem a Escócia e a união que nos serviu tão bem ao longo de trezentos anos não vai existir mais.”

“Do you know what currency you would have in your pocket in the event of an independent Scotland? All three main UK parties have already ruled out the possibility of a currency union. What would this mean for you? The currency is not like a CD collection to be divided up at the point of divorce.”⁵⁸

A moeda é explorada neste discurso como um potencial fator de preocupação para os eleitores, na medida em que o Reino Unido não partilha a moeda com a União Europeia. Como ficaria a moeda em caso de independência? Criaria a Escócia uma moeda própria, de início mais fraca, com possibilidade de crescimento posterior? “A moeda não é como uma coleção de CDs que se pode dividir após o divórcio”. A frase transporta de novo o eleitor para o desconforto e o receio suscitados pela antevisão de um futuro incerto. E ao fornecer a analogia do divórcio, com a moeda equiparada a um bem que pode ser dividido, o discurso de Carmichael invoca também a ideia de família que se desfaz, de compromisso que se interrompe. Simultaneamente, Carmichael afirma, convicto, que se a Escócia decidir ser independente, não se pode apropriar da moeda do Reino Unido. Ainda que não seja uma ameaça, torna-se um aviso, uma demonstração de poder que obriga assim a uma resposta rápida por parte da facção oposta, ao mesmo tempo que coloca o eleitor numa posição em que sente ser urgente pensar como ficará o seu futuro. Como expressou Carmichael, “o relógio está a contar”. Repare-se a propósito desta expressão, no fino jogo psicológico que é feito com o eleitor: se por um lado o “Não” apela à prudência, à ponderação, à cautela na tomada de uma decisão tão importante para o futuro e que se for a decisão errada pode originar tantas perdas; por outro, o eleitor é instado a ser rápido na sua decisão, a não vacilar no momento de decidir pela opção que irá garantir maiores benefícios para si, para os seus e para a sociedade. É um peso tremendo aquele que se coloca sobre ombros do cidadão, chamado a ser responsável pelo futuro de milhões de concidadãos da união.

⁵⁸ “Sabia qual a moeda que vai ter no seu bolso em caso de independência? Os três maiores partidos do Reino Unido já fizeram saber que não há possibilidade de uma união monetária. O que é que isso significa para si?”

VII.1.5. O primeiro-ministro Escocês na demanda pela independência

Alex Salmond, ao tempo primeiro-ministro escocês, fala após a assinatura do Acordo de Edimburgo, no *site* do Partido Nacionalista Escocês. O seu discurso marca o início da campanha, com Salmond a assumir um papel fundamental, tanto na condução do referendo, como nas tentativas de persuasão dos eleitores pelo “Sim”. Se associássemos nomes às campanhas rumo ao referendo por parte do *Yes Scotland* e do *Better Together*, certamente que oporíamos Alex Salmond a David Cameron.

“We should not underestimate the importance to the wider world of a nation deciding its future by debate and democracy. It’s something we should all take pride in – whether Yes or No – that our ancient nation of Scotland is making its way in the 21st century according to the highest possible standard of popular consent”⁵⁹.

Existe, em primeiro lugar o enfoque no papel da democracia. São os eleitores, a população escocesa que vai poder decidir se fica ou não no Reino Unido. Depois do Acordo de Edimburgo é o primeiro ponto que Alex Salmond destaca. Independentemente da resposta do referendo considera-se que o caminho a percorrer é uma vitória da democracia.

Estando inserido numa fase tão preliminar da campanha, este discurso não se concentra naquilo que a Escócia vai ganhar se vier a tornar-se independente. Pretende antes dar pistas sobre o percurso da campanha, e alertar para a existência de uma comissão eleitoral.

“Não há dúvida que nos meses que se seguem, vamos assistir a vigorosos discursos e discussões dos dois lados do debate sobre a independência”, alerta Alex Salmond, tudo isto no seguimento da ideia de democracia, que precisa de ser regulamentada para que tudo decorra com normalidade, mas que tem igualmente nos seus interstícios o exercício do debate, do confronto de ideias, que devem ser aceites não só como normais mas sobretudo como salutares e expressões escorreitas do próprio espírito democrático. Fazemos notar que sendo um discurso de preparação do eleitorado, visto à distância talvez Salmond o pudesse ter pensado de forma

⁵⁹ “Não devemos subestimar a importância de uma nação decidir o seu futuro através do debate e da democracia. É algo que todos nós nos devemos orgulhar – seja a resposta sim ou não – que a nossa nação Escócia vai traçar o seu caminho no século XXI de acordo com o consentimento popular”.

diferente, pois a verdade é que subconscientemente, não deixa de ser uma mensagem que prepara o eleitor para a vitória como para a derrota. A mensagem de que tudo é democracia, e de que por conseguinte seja qual for o resultado efetivo, a democracia sairá sempre vitoriosa é, por assim dizer, o discurso da pré-derrota e que deve ser sempre evitado por quem deseja ser de facto vencedor de um qualquer processo eleitoral.

Ainda assim, o discurso de Salmond não deixa de ter a sua faceta propagandística. Nestas circunstâncias, a inexistência de argumentos a favor da independência tornaria o discurso demasiado neutro, por isso Alex Salmond começa por dizer que a Escócia é mais próspera que o restante Reino Unido a nível monetário. “O ano passado [2011] a Escócia arrecadou £4.4 Milhões mais do que o resto do Reino Unido – isso representa £824 para todo o homem, mulher e criança o país. Mas nós não temos a habilidade para investir ou guardar esse dinheiro em benefício das nossas futuras gerações”. Salmond tenta dar relevo à ideia de que a Escócia, ao estar “presa” ao Reino Unido está a atrasar o seu desenvolvimento⁶⁰. Por outro lado, os números assumem aqui um papel fundamental, os números normalmente não mentem e acabam por ser os melhores argumentos para legitimar as palavras.

Alex Salmond levanta ainda algumas questões:

“On international representation, why would we wish to be represented by sceptics of Europe when we could be influential and respected?”⁶¹

“On defense why would this nation of 5 million people elect to waste billions on weapons of mass destruction, when we have still have thousands waiting for a decent home and a life chance?”⁶²

Como vemos no primeiro excerto, Alex Salmond joga a carta das reticências do Reino Unido quanto à permanência na União Europeia (recordemos que David Cameron assumiu que se

⁶⁰ Este é aliás um argumento que nos faz recordar outros semelhantes a propósito de outras causas independentistas como a da Catalunha. Também aí os apoiantes da independência invocam a miúde a pujança económica e financeira da Catalunha e o facto de esta ser inclusivamente prejudicada por ter de ‘financiar’ um estado central despesista e financeiramente dependente da riqueza produzida na região autónoma.

⁶¹ “Na representação internacional, porque é que haveríamos de desejar ser representados por cétricos europeus, quando poderíamos ter uma posição respeitável e de influência.”

⁶² “Em nossa defesa, porque haverá esta nação de 5 milhões de pessoas de eleger deputados que gastam biliões em armas de destruição massiva, quando temos ainda milhares à espera de uma casa decente e de uma oportunidade para viver?”

vencesse as eleições legislativas em 2015, faria um referendo em 2017 a questionar a continuidade do Reino Unido na União Europeia) procurando assim aproximar-se de todos os eleitores que partilham a sua vontade de ingressar na UE em caso de independência. Este argumento segue uma linha de persuasão muito perspicaz, pois o eleitor que se identifica com o projeto europeu será em princípio mais sensível ao apelo independentista uma vez que a Escócia do “Sim” é claramente pró-europeia, ao contrário das eternas resistências do Reino Unido. Simultaneamente, o cidadão pode até não ter uma posição definida sobre os benefícios e consequências da independência, mas se for seu desígnio continuar na União Europeia, então votar ‘Sim’ vai aparecer-lhe como uma forma mais sensata e inteligente de garantir o apoio ao projeto europeu através do pedido de entrada da Escócia como estado-membro.

No segundo excerto, vemos que o primeiro-ministro escocês manifesta a sua preocupação em relação à grande quantidade de armamento existente no Reino Unido para efeitos de segurança externa. Salmond, experiente estadista, não é certamente ingénuo e sabe que viver num mundo globalizado, é conviver simultaneamente com ameaças transnacionais de diversa natureza, que incluem o terrorismo, o crime organizado, o tráfico de seres humanos, a possibilidade de guerras biológicas e nucleares, a pirataria, o crime ambiental, entre tantos outros. Sabe também que num mundo de interdependência complexa, possuir meios de manifestação não apenas de *soft power*, mas também de *hard power*, faz a diferença na credibilidade e prestígio da imagem que o Estado projeta sobre os demais. No entanto, Salmond também é um político experiente e nestas declarações é esse o lado que emerge. Salmond sabe que o eleitor estará menos interessado na *raison d'état* que obriga à alocação de parte do PIB à sustentação das forças armadas, e estará, pelo contrário, mais preocupado com a qualidade do ensino, a sustentabilidade do sistema de proteção social, ou com a continuidade de bons serviços públicos de saúde. E por isso, numa jogada inteligente, Salmond aposta na exploração da vertente social, projetando na mensagem pelo “Sim” a ideia de uma Escócia próspera que, ao contrário do Reino Unido, está mais empenhada na qualidade de vida dos seus cidadãos do que na exibição de capacidades bélicas

Salmond assume dois cenários possíveis como se no boletim de voto o ‘Não’ significasse “um futuro com governos em que não votamos para impor cortes e políticas que não apoiamos”

e o ‘Sim’ oferecesse “um futuro onde podemos estar absolutamente certos de que a Escócia vai ter um governo pelo qual votou”.

O enfoque do seu discurso sugere o significado democrático do voto, a influência que a massa de cidadãos tem sobre a organização do governo e no facto de o “sistema de Westminster não resultar num país como a Escócia”, ainda que não explique concretamente o porquê de esse modelo não resultar.

O discurso termina com expressões motivacionais, capazes de dar esperança aos eleitores com mais dúvidas:

“Faltam apenas 547 dias e acredito que vamos tomar a responsabilidade pelo nosso país. Onde vamos ser capazes de falar pela nossa própria voz, escolher a nossa direção”.

Presume-se portanto que a Escócia passará do estatuto de inferioridade a que tem estado relegado até ao presente, para um estatuto de maioria soberana uma vez abraçada a plena independência.

VII.1.6. Blair McDougall, o responsável pela campanha *Better Together*

Blair McDougall, num texto publicado no site do governo do Reino Unido, um dia antes do referendo acontecer, impõe um dos discursos mais pessoais. Começar o discurso pelo facto de ser pai e de querer naturalmente o melhor para os seus filhos.

“When I started this campaign two years ago I had no children. At the end of the longest campaign in Scottish history I now have two. I am voting No because it means a better future for my kids. They will have more job opportunities, more secure funding for the schools and hospitals they will rely on”⁶³.

O argumento sentimental das gerações futuras surge neste discurso novamente reinventado, retomando a ideia de que não podemos ser egoístas e pensar só em nós, mas

⁶³ “Quando comecei esta campanha há dois anos, não tinha filhos. No fim da campanha mais longa da história Escocesa, tenho dois. Vou votar não porque isso significa um futuro melhor para os meus filhos. Eles vão ter melhores oportunidades de emprego, um fundo mais seguro para os hospitais e escolas onde pertencemos”.

também na nossa família. Ela, como nós, vai ser afetada com as mudanças que podem ser operadas. Repare-se na sutileza do argumento: quando começou a campanha não tinha filhos. Ora, sendo certo que já começara a campanha pelo “Não”, a referência ao facto de nessa altura ainda não ter filhos, remete para a ideia de alguém ainda inconsciente, livre de grandes compromissos, com a liberdade e ainda a imaturidade de quem vive para si mesmo, sem outros que dependam da sensatez das suas decisões. Nesse contexto, seria até admissível uma mudança de posicionamento face à causa da união. Mas uma vez conhecidas as responsabilidades da paternidade, é como se todas as dúvidas, se alguma houvesse, se tivessem dissipado pela força colossal do seu novo papel, inquestionavelmente um dos maiores que um ser humano pode assumir na sua existência.

Os políticos não têm pois problemas em mostrar a sua parcialidade em relação aos assuntos, é parte daquilo que os torna líderes de opinião e é quando conseguem persuadir com mais eficácia.

McDougall levanta no seu discurso a questão da devolução. E para os que consideram que esta não é suficiente, responde que não só é suficiente como com a maior parte das pessoas com quem falou também acha que “a devolução tem sido um sucesso”. Para quê a independência quando *Hollyrood* já tem grande parte dos poderes concedidos pelo Reino Unido? A Escócia, na opinião deste dirigente, pode crescer e sem ter para tal de enfrentar “os riscos da separação”.

Neste discurso notamos algo peculiar. McDougall admite que a separação é um risco não só para a Escócia, mas também para o Reino Unido. O dinheiro retirado da Escócia pode fazer com que exista uma rutura económica do Reino Unido.

Há, também, um ataque claro à outra facção. Enquanto nos restantes discursos podemos ouvir alguns argumentos que colocam em causa algumas decisões do Reino Unido, como o ceticismo em relação à União Europeia, até aqui nenhum dos atores ousou falar em nomes e associá-los a uma conotação negativa. McDougall expressa porém que “após dois anos e meio existe o sentimento de que Alex Salmond deixou-nos com mais questões do que respostas. Se o eleitor ainda não ouviu uma resposta convincente sobre o que vai acontecer com as pensões e o que foi pago até agora é porque não tem uma resposta para dar”.

Serve-se, inclusivamente, desses argumentos para fazer o mote do seu apelo:

“The vote you cast will be the most important decision you are asked to make. If you have unanswered questions, if you simply don’t know, then you have to vote no”⁶⁴.

É claramente uma estratégia que visa chegar aos eleitores indecisos que, no caso de não saberem como vai ser o seu futuro, devem optar pela opção mais confortável e deixar tudo como está. Mais recentemente, nas eleições legislativas ocorridas na Inglaterra em Maio de 2015, que reconduziram Cameron a *Downing Street*, verificou-se a importância de atender ao eleitorado indeciso, que, no momento de decidir, optou por uma posição conservadora, contra todas as sondagens e expectativas geradas em torno dos resultados eleitorais. No entanto, este poderá não ter sido o caso do referendo escocês. Segundo um artigo do The Guardian, a maioria dos adeptos do “Não”, já teria a sua decisão tomada muito antes da reta final da campanha, ao passo que os indecisos que decidiram nos últimos dias, tenderam a ser mais impulsivos e a votar pelo “Sim”:

“The closest we have to this is a poll carried out by Lord Ashcroft on the day of the vote. There are three interesting trends within this poll. First, 81% of the no vote had made up its mind well before the final month of the campaign (compared with 61% of the yes support), the majority of which (72%) a year (or longer) ago. Polls two months ago were closer to the final result. Two-thirds among those who decided in the final days opted for independence. Some may have dithered – we will never know – but if they did, in the end they went back to their original decision. Second, nearly one in two no supporters voted against independence because they felt the risks on currency, EU membership and jobs were too great. The rest of the no vote was evenly split between attachment to the UK and the belief that a no vote would still mean additional powers to the Scottish parliament.” (The Guardian, 2014)

Podemos aferir que o número de indecisos na reta final da campanha é o suficiente para determinar a vitória de uma das fações, já que durante as sondagens, o “Sim” e o “Não” oscilavam por percentagens mínimas. Como podemos constatar num artigo publicado pelo Jornal Público no dia 12 de setembro: “no estudo YouGov para os jornais *The Times* e *Sun* a

⁶⁴ “O seu voto vai ser a decisão mais importante que foi chamado a tomar. Se tem perguntas por responder, se simplesmente não sabe, então tem de votar não”.

diferença entre os dois campos é de quatro pontos. No outro, da ICM para o *Guardian*, é de apenas dois. O desfecho do referendo continua em aberto numa altura em que, segundo esta última sondagem, 17% dos eleitores ainda não decidiram o sentido de voto” (Público, 2014)

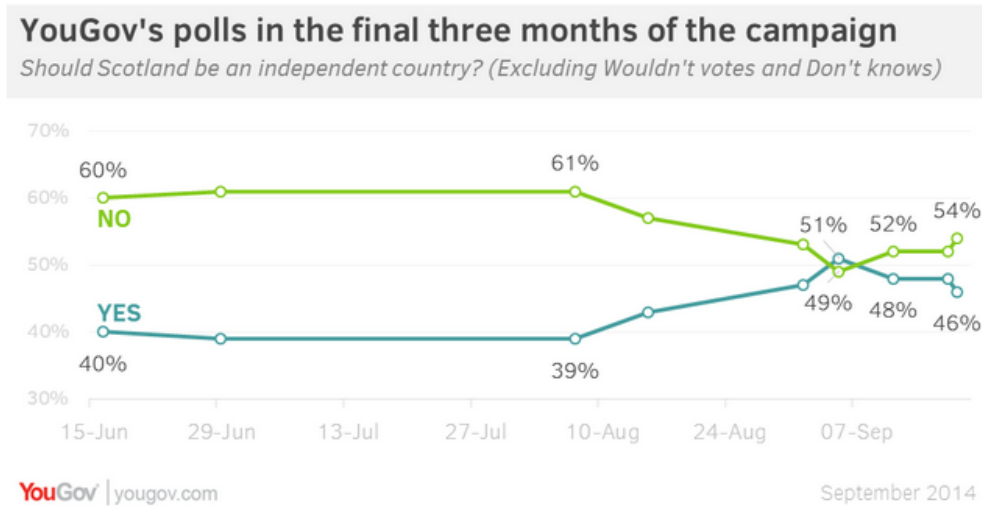


Figura III - Sondagem das intenções de voto nos últimos três meses da campanha (não foram contabilizados os indecisos)

VII.1.7. A promessa – uma coligação em função de uma causa



Figura IV - Capa do Jornal Daily Record a dar conta "da promessa"

A estratégia assume-se como inteligente, mas também denota um ‘tudo-por-tudo’, o que também poderia ter sido interpretado como sinal de desespero da parte do “Não”. Mas, que saibamos, essa leitura não foi feita nem explorada e assim sendo, o que sobressaiu foi a união de três homens de peso, líderes de partidos políticos rivais para em uníssono reivindicar a união. A mensagem forte transmitida por esta inesperada coligação é a de que o parlamento escocês vai ter poderes mais extensos e permanentes. Eis a promessa, o compromisso que os três líderes assumem, esperando que o povo da Escócia se comprometa também ele com a causa da união, e que confiem no trabalho que estes partidos, em conjunto, vão preparar para o futuro escocês.

Revela-se pois importante transmitir a mensagem de que políticos de diferentes quadrantes ideológicos estão todavia unidos, em torno de “um bem maior”, a unidade do Reino Unido. A autonomia é apresentada como sendo um cenário muito mais sensato do que o da independência, com esta coligação a assumir que o “o Reino Unido existe para assegurar oportunidades e segurança para todos, para partilhar os nossos recursos em igualdade pelas quatro nações, para assegurar a defesa, a prosperidade e o bem de todos os cidadãos.”

Neste “*vow*” é também feita uma proposta concreta: o *National Health System*, (Sistema Nacional de Saúde) será tido em consideração no parlamento escocês. “Nós vamos honrar esses princípios e valores não só antes do referendo mas também depois”, dizem os líderes, conscientes de que o NSH é um dos temas mais sensíveis para qualquer cidadão do Reino Unido, ou não fosse o sistema universal de saúde uma das obras mais bem conseguidas do Estado Social do pós II Guerra Mundial em todo o mundo ocidental, referência máxima para dezenas de outros Estados e, naturalmente, sujeito a contínuas ameaças em função das conjunturas políticas e económicas pelas quais o RU vai atravessando⁶⁵.

⁶⁵ De precisar que no Reino Unido, existem na verdade quatro sistemas nacionais: o SNS da Inglaterra, o SNS Escócia, o SNS País de Gales e a Assistência Social da Saúde da Irlanda do Norte. De acordo com um Guia Prático do Serviço Nacional de Saúde no Reino Unido (Davies 2007), verificamos que cada um destes sistemas funciona de forma autónoma e independente, sendo gerido pelos governos de cada uma destas nações.

VII.2. “*Framing*” – o ângulo da Identidade nacional e as discrepâncias dos movimentos em oposição

Tabela III - Palavras-chave retiradas dos discursos políticos da campanha eleitoral do referendo de 2014.

| Key Words | Palavras-chave |
|--------------------|------------------|
| Voice | Voz |
| Patriotism | Patriotismo |
| Pride | Orgulho |
| Brand | Marca |
| Nation | Nação |
| Global Player | Jogador Global |
| History | História |
| Future | Futuro |
| Our | Nosso |
| Home | Casa |
| Marriage | Casamento |
| Divorce | Divórcio |
| Bloodlines | Laços de Sangue |
| Future Generations | Gerações Futuras |
| Independence | Independência |
| European Union | União Europeia |

Da análise aos discursos associados a cada um dos lados do referendo, o *Yes Scotland* e o *Better Together*, pode ser elaborado um “*frame*” simples como o aqui apresentado, que ajuda a condensar nas palavras-chave as principais ideias que emanam de cada facção.

O que é dito? Sobre o quê? Por quem? São questões que nos propusemos analisar e que estamos agora em condições de responder. Estamos a falar sobre enfrentar um cenário de independência na Escócia e, se por um lado temos um movimento a favor de uma Escócia de plenos poderes, o *Yes Scotland*, por outro lado, temos o *Better Together* que considera que a

Escócia está bem assim, ligada politicamente ao Reino Unido. Ao movimento *Yes Scotland* podemos associar essencialmente três discursos: o discurso de Alex Salmond, o discurso do movimento *Yes Scotland* e o discurso do Partido Nacionalista Escocês, grande impulsionador do referendo para a independência. Do outro lado temos o discurso de David Cameron, o discurso de Alistair Carmichael e o discurso do líder da campanha *Better Together*, Blair McDougall. A Rainha não vai ser aqui considerada pois, para todos os efeitos, será considerada como detendo um discurso neutro.

Como é que estes discursos são proferidos? Por que meios? Qual será a forma mais eficaz de comunicar com o eleitorado? Cada vez mais a internet, a par dos meios de comunicação é o meio predileto para os políticos transmitirem uma mensagem. Trata-se de personalizar, de chegar às populações instruídas, curiosas, trata-se de criar uma relação próxima com o eleitorado. O referendo de 2014 na Escócia esteve em peso em redes sociais como o *facebook*. O *hashtag #indiref* proliferou e nos motores de busca a informação é fácil e cada vez mais completa. É frequente dizer-se que se um acontecimento não está registado não aconteceu. É nessa lógica que os *media* proliferam a mensagem política e é também por isso que os atores e os movimentos políticos têm necessidade de colocar nas suas páginas e nos seus *sites* a informação até porque, assim, se diminui o risco de deturpação da mensagem. Na política a mensagem tem de chegar ao máximo de pessoas possível. Uma palestra em determinado local só tem verdadeiramente impacto se chegar a todo o lado. Mais do que ser o eleitorado a passar a palavra, é importante a empatia governante/ governado. Por isso, os discursos escolhidos para análise são essencialmente retirados de *sites* institucionais – *UK Government, Yes Scotland, Scottish National Party*, ainda que também usemos informação dos meios de comunicação. Muita da informação retirada foi dita em determinados momentos de campanha, de palestra, que certamente ao vivo têm um impacto poderoso. Note-se o discurso de David Cameron e a carga emotiva que o governante deposita nas suas palavras. Percebemos que, visualmente, a linguagem corporal que acompanha as palavras teria um impacto muito poderoso. Não havendo registos em vídeo e áudio, acabamos por comportar apenas o peso das palavras, até porque o que queremos decifrar são, de facto, as estratégias que por via das palavras escritas nos levam à questão da a identidade nacional.

Tal como nos propusemos explorar no ponto h) das nossas notas introdutórias, olhemos agora para as palavras-chave, que acabam também por espelhar aquilo que é dito na campanha. Na realidade, não temos como fragmentá-las e associá-las às diferentes fações, isto porque elas são praticamente a mesmas, ainda que a frequência do seu uso seja diferente - o movimento *Better Together*, por exemplo, recorre aos conceitos de laços de sangue, casamento, divórcio e vida em comum substancialmente mais vezes. Mas, ainda que o léxico seja essencialmente o mesmo, as mensagens que pretendem transmitir assumem-se como diametralmente opostas. Atentemos a título ilustrativo na palavra 'casa'. Para os unionistas, esta casa é ampla, contempla toda a união, é uma casa sinónima de conforto, de estabilidade, de certeza, de partilha histórica. Leva-nos a questionar: porquê perder esta casa tão próspera, tão rica em histórias de sucesso e de conquistas comuns?

Os independentistas, por sua vez, consideram que esta casa deve ser reduzida, até porque nunca sentiram o Reino Unido como a sua verdadeira casa. 'Casa' é um espaço acolhedor, por vezes mais pequeno, mas sem os barulhos e as inquietações que uma casa maior transporta.

O uso de experiências pessoais e expressões mais 'familiares', digamos assim, pertence ao movimento *Better Together*. Trata-se de uma estratégia persuasiva e é uma forma de reinventar o argumento das gerações futuras. Quando Cameron e McDougall dizem que vão votar 'Não' a pensar nos seus filhos, estão a tentar demonstrar que um pai faz sempre o melhor pelos seus descendentes e que o melhor desfecho é uma vitória do 'Não'. No entanto, também não podemos esquecer que, ao passo que os discursos do 'Não' são proferidos a título pessoal, os discursos do *Yes Scotland* estão muitas vezes inseridos em situações institucionais que não dão azo a esse tipo de argumentação. Ainda assim, Alex Salmond não recorreu a esse tipo de abordagem, quando poderia, legitimamente, tê-lo feito.

A estabilidade económica é também uma preocupação mais bem expressa pelo *Better Together*. Os unionistas advogam que, se houver separação, a Escócia não poderá ficar com a moeda do Reino Unido. Ora, ainda que não esteja espelhado nos discursos analisados, sabemos de antemão que a Escócia quereria, se fosse independente, juntar-se à União Europeia, ainda que tal implicasse o início de um processo complicado. Por seu turno, a economia do Reino Unido também sofreria alterações e isso acaba por ser admitido pelos próprios unionistas, que

se servem dessa possibilidade para acicatar no eleitorado receios sobre um futuro económico incerto que afetaria não apenas escoceses, mas também concidadãos da união, prejudicados pela má decisão de alguns milhões.

Já o movimento *Yes Scotland* opta por não se centrar nestas dificuldades. Afinal, em caso de independência, o futuro será sempre uma incógnita a que todavia se poderá responder com sucesso, fazendo convergir a força de todos os escoceses para um projeto comum.

Há, ainda, uma vincada importância na “voz” dos cidadãos, seja na capacidade do eleitor decidir sobre o destino do país, como está escrito no discurso de Alex Salmond, seja porque os cidadãos devem fazer-se ouvir, votar e convencer os restantes cidadãos a votar também, como nota o discurso de David Cameron. Em ambos os casos, prevalece a ideia da democracia, do exercício deliberativo, da expressão de cidadania por meio do voto.

O movimento *Yes Scotland* opta pelo argumento da mudança inerente a um caminho de independência, sublinhando como tal mudança pode ser positiva e trazer à Escócia prosperidade, crescimento e confiança. Mais do que dizer concretamente o que pretende fazer se a resposta for ‘Sim’ – não cremos que existam condições de antever explicitamente o futuro numa situação como esta, ainda que a literatura o tente fazer – tenta dizer que esta é a oportunidade de ouro para os escoceses se manifestarem e mudarem o rumo da História. No discurso do movimento *Yes Scotland*, não importa se a independência é uma viagem sem retorno, como fazem questão de enfatizar os unionistas. Acredita-se que a experiência da devolução deu as características necessárias para sobreviver na independência.

Ainda que não consigamos determinar factualmente qual a intensidade das reações e dos debates que cada um dos discursos gerou, podemos interpretar o que terá funcionado melhor. Por isso, responder à questão ‘Que reações suscita?’ é falar da força dos argumentos emocionalmente mais impactantes. Será que foi o uso de uma linguagem mais técnica e menos apelativa ao lado sentimental que deu força à vitória do ‘Não’? Talvez o facto de os discursos serem emocionalmente menos envolventes, tenha feito com que fossem também menos mobilizadores. Seria difícil combater o poder emocional dos discursos do ‘Não’. Na verdade, é decretado o poder pelas emoções, pela invocação do orgulho, dos nobres valores que se prolongam no tempo e pelo inculcar do medo da mudança. Foi esta a estratégia mais premente na campanha eleitoral, facto que os meios de comunicação não deixam de notar:

“Com a meta à vista e a distância entre os corredores mais curta do que nunca, o debate sobre o futuro da Escócia – e, por consequência, do Reino Unido – faz-se cada vez mais no domínio da emoção, com cada um dos lados a tentar encontrar as palavras mais diretas ao coração dos eleitores” (Público, 2014)

Que imagens políticas, culturais e económicas pretende cada facção criar junto do eleitorado como resultado das estratégias discursivas que cada uma segue?

Tabela IV - Imagens suscitadas pelas mensagens políticas para construção de posições sobre o referendo

| Estratégias | <i>Yes Scotland</i> | <i>Better Together</i> |
|-------------------|---|---|
| Políticas | Um governo central não é capaz de satisfazer completamente os interesses de um país como a Escócia. Investir na independência implica plenos poderes, para que não haja a influência de terceiros sem o consentimento da população do país. | A Escócia, mesmo não sendo independente, tem poderes amplos que lhe permitem governar-se de forma plena. Há inclusivamente a promessa de dar ao país ainda mais responsabilidades caso o ‘Não’ vença. |
| Culturais | A Escócia é um país com imensa riqueza cultural, mas as características estão camufladas pela união que partilha. Tudo passa por dar valor ao país enquanto individual e não enquanto identidade cultural coletiva com o Reino Unido. | A bandeira, o hino, os anos de história que o Reino Unido partilha em união. O sentimento de pertença, a cultura, a música, as artes, a arquitetura. |
| Económicas | Os recursos naturais da Escócia, significativos até no âmbito da União Europeia; a indústria forte que precisa de ser revitalizada; a educação, a saúde a criação de emprego enquanto prioridades. | A continuidade é sinal de perpetuação da prosperidade económica. O movimento pelo ‘Não’ recusa-se a dividir a mesma moeda com uma Escócia independente. |

Da análise das imagens que os discursos suscitam, que entendimentos de identidade coletiva (nacional e cultural) vão sendo então transmitidos ao eleitor? Aqui, torna-se importante identificar o que no conteúdo das mensagens de cada facção, se pode considerar como invocador mais ou menos direto de determinada concepção de identidade coletiva.

Tabela V - O que em cada facção se associa à sua identidade coletiva

| <i>Yes Scotland</i> | <i>Better Together</i> |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Apelo tecnicista; - O coletivo são os membros da comunidade escocesa; - Defesa da rutura com a história e a criação de uma nova etapa; - Criação de um pensamento próprio, diferente das ideologias do Reino Unido; - Vontade de afirmar uma cultura singular; - Aspirações de integração em comunidades internacionais; - O importante é atentar nos elementos diferenciadores da nação e não no que é partilhado com o Reino Unido; - Desenvolvimento aprofundado dos setores sociais que estão estagnados pela união, sinais de prosperidade. | <ul style="list-style-type: none"> - Apelo emocional; - O coletivo são os países que constituem o Reino Unido; - Defesa do legado e da continuidade histórica; - Se toda a União pensar da mesma forma, a sua influência é maior; - Partilha de símbolos e de cultura; - Colocação em causa da continuidade do Reino Unido, enquanto todo, na União Europeia; - Partilha da mesma língua e dos mesmos costumes; - A Escócia enquanto elemento economicamente fundamental para a União. - Enfatizar a importância das gerações futuras que terão de viver com a decisão tomada. |

A verdade é que o movimento *Yes Scotland* acaba por não mostrar em que se irá traduzir a mudança que propõe, talvez porque nem o Partido Nacionalista Escocês sabe o que esperar em tal cenário. Por isso, o *Better Together* vence pelo apelo ao coração, pela posição confortável que oferece e pela estabilidade dos seus princípios em contraponto ao incerto.

Simultaneamente, pode dizer-se que vence uma dada leitura de identidade nacional escocesa, uma leitura que não renega a sua existência nem a sua especificidade, mas antes a concebe como resultando de uma relação com outra entidade, a União, que a não supera, mas complementa no seu sentido mais pleno.

CAPÍTULO VIII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita a análise narrativa de cada um dos discursos, é importante incorporar a análise crítica, apresentando algumas considerações que julgamos pertinentes para o caso em estudo. De facto, como nota Llombart (1995), “ênfatar as discussões e argumentações meramente metodológicas sem um mínimo de crítica social, como sendo prioritárias face a determinado estudo, ou análise, resulta na diminuição da possível repercussão pragmática dessa análise”.

Terminamos o capítulo anterior enfatizando a seleção de algumas palavras que, no nosso entender, são simultaneamente estruturantes das mensagens de ambas as facções, e veiculadoras de imagens opostas quanto ao futuro da sociedade escocesa em função da resposta ao referendo sobre a independência. Mas há uma outra leitura sobre estas palavras que falta fazer e que nos leva diretamente ao cerne do nosso trabalho. De facto, temos ainda por responder nossa questão central: de que modo a campanha eleitoral escocesa espelha os desígnios da identidade nacional escocesa?

Não podemos esquecer que a definição da identidade nacional na Escócia não foi fácil de traçar. Por outras palavras, não é fácil determinar concretamente quais as características da identidade nacional escocesa, e, conseqüentemente, não é fácil determinar os propósitos do nacionalismo escocês, o sentido último que o move na promoção de uma dada imagem do ‘Nós’ escocês. Tentamos no entanto encontrar nos discursos políticos analisados, referências a elementos que apelam ao sentido de nacionalidade e a uma ideia de identidade coletiva. Não selecionamos nenhum modelo dos que apresentamos em capítulos anteriores, pois acreditamos que os discursos analisados contêm um pouco do neonacionalismo, da identidade étnica e do nacionalismo enquanto “comunidade imaginada”. No entanto, podemos tentar perspetivar onde é que os discursos políticos para o referendo de 2014 se posicionam. A teoria étnica de Smith sobre o nacionalismo determina que este não pode ser definido como um movimento ideológico para manter a autonomia, na medida em que o nacionalismo não é simplesmente uma consciência comum, mas sim um movimento de simbolismo sobre a nação. Smith (1998) refere-se ao nacionalismo como uma questão de simbologia, de cultura, da partilha da língua e

de costumes, movimentos cívicos que ligam sociedades, características estas que parecem aproximar-se dos discursos do movimento *Better Together*. Todavia, o nacionalismo escocês parece mais cívico do que étnico, e nesse sentido o que está por detrás de todos estes argumentos parece ser amplamente explicado pelo neonacionalismo – a relação da Escócia com o Reino Unido é bilateral e baseada na troca de poderes e de interesses mútuos, sendo que a envolvimento de diferentes contextos políticos impede a criação de uma ideia de uma independência de forma plena. A política aparece, por isso, camuflada nas expressões identitárias e culturais dos discursos. É talvez por isso que o movimento *Yes Scotland* se diferencia e usa uma linguagem mais técnica onde a política é sempre colocada em primeiro plano. A matéria cívica tende por isso a sobrepor-se à dimensão psicológica das emoções.

É nos discursos do movimento *Yes Scotland* que encontramos todas as características do nacionalismo: a ideia de autonomia, a unificação de uma sociedade que teve de partilhar politico-administrativamente a sua nação, a identidade, a autenticidade, o sentimento de pertença a uma pátria e a convicção de que o futuro é promissor numa sociedade independente. A identidade parte do sentimento de pertença, dos símbolos partilhados por uma sociedade, da história da nação, da cultura e do seu território. Discursivamente, a identidade do movimento *Yes Scotland* foca o território e o sentimento de pertença, ao passo que o movimento *Better Together* foca a história das nações, a partilha de culturas. Para os unionistas, a identidade é acreditada no conceito de “família extensa”, conceito utilizado por Sobral (2007).

Não podíamos estar mais perto da “comunidade imaginada” de Benedict Anderson. Dos dois lados da campanha vemos uma ideia de “união profunda e horizontal” (1991: 17). Tudo passa pela forma como as duas fações opostas e os seus apoiantes imaginam a identidade escocesa. Tudo passa também pelas duas formas de identidade que Balakrishnan (1996) nos descreveu – a perceção do indivíduo como ser individual e a identidade focada no todo, num coletivo. Torna-se difícil escolher quando é possível que o mesmo indivíduo se identifique com mais do que uma identidade.

Por outro lado, o nacionalismo inscreve-se normalmente numa única nação. Porém, na luta pela independência da Escócia, a fação que mais advoga os meandros da identidade – *Better*

Together - é aquela que vive num sistema partilhado, que não clama as especificidades de uma cultura concreta. O Reino Unido visto como um todo é cultural e politicamente uma utopia.

De facto, os discursos analisados dizem-nos que a identidade nacional escocesa está mais alicerçada num sentido de lugar, do que propriamente num sentido de comunidade, como defende Smout (cit in McCrone 2001). O movimento *Better Together* quer uma identidade estadual, o *Yes Scotland* quer uma identidade nacional.

Importa, por esta razão analisar o espaço linguístico, a mensagem desconstruída de cada discurso.

A análise de discurso procura demonstrar que os atributos da linguagem são usados nas relações de poder. A palavra é poder e quem tiver o dom maior, tem mais probabilidade de vencer. Usando a palavra como sinónimo de sabedoria, os políticos criavam antes uma ideia de “votem em nós”. Hoje, com o advento das tecnologias, da sociedade de informação e do próprio individualismo trazido pelo capitalismo, é muito mais persuasivo tentar passar uma mensagem de “votem em vocês”.

A palavra “Nosso” foi utilizada várias vezes em todos os discursos analisados. É “o nosso Reino Unido”, a nossa sociedade, as nossas marcas identitárias, o nosso futuro. O discurso é vincadamente ancorado na ideia de comunidade e os políticos sabem que esta imagem não é gratuita. Não importa exatamente a que conteúdos esta corresponde, qual a sua matéria, qual mesmo a sua autenticidade, mas sim a força da sua intencionalidade discursiva, a força das emoções que pode despertar. Pretende passar-se a mensagem de que todos estão irmanados no mesmo futuro seja qual for a decisão, isto é, que a decisão não afeta apenas o cidadão comum mas também o político, os partidos, as máquinas administrativas. São os políticos pois a apresentarem-se não só enquanto profissionais mas também como cidadãos comuns que sentem, que são sensíveis a causas, que batalham pelo seu próprio futuro. A menção às experiências pessoais espelha isso mesmo. Apresenta uma excelente estratégia de sensibilização dos eleitores.

Qual a evolução do discurso ao longo da campanha eleitoral? Ainda que os discursos sejam sempre proferidos por atores distintos, podemos encontrar um padrão. Os primeiros discursos “apalpa terreno”, digamos assim, começam por expressar a ideia de que esta oportunidade de

referendo é uma chave de ouro no panorama democrático e dá a oportunidade aos eleitores para expressarem a sua opinião de acordo com as suas expectativas. Conforme vamos avançando, os argumentos tornam-se mais técnicos e mais dramáticos. Começa a delinear uma agenda concreta que chama a si assuntos delicados e cruciais como a pertença à União Europeia, a projeção num mundo altamente globalizado e competitivo, a moeda adotada pelo Reino Unido, o desenvolvimento económico e social na união britânica e o serviço nacional de saúde escocês. Não encontramos, todavia, discursos direcionados para um único assunto ou tema-chave.

Em paralelo, e a corroborar o crescente dramatismo discursivo, emergem as referências aos elementos da identidade nacional, a cultura, a história, a marca que é em si mesmo o Reino Unido no Mundo. Os assuntos que marcam a agenda da campanha fazem assim parte do esforço de sensibilização do eleitor para a importância que este assume na tomada de uma decisão que responderá não apenas à questão da independência, mas a todas as outras questões que aquela pressupõe, seja a questão da moeda, seja a da relação com a União Europeia, seja a das estratégias que possam garantir a continuidade ou o aumento do desenvolvimento económico.

O padrão dos discursos não revela a predominância de enfoques técnicos, pese embora algumas variações como já aqui referimos com o lado do “Sim” a apostar um pouco mais na linguagem técnica, nos números, nas estatísticas. Mas, em todo o caso, o padrão não revela que estejamos perante discursos explicativos. Tome-se o exemplo do “*the Vow*” entre três figuras relevantes no Reino Unido que se unem em defesa da união e prometem que o NHS escocês será um tema de destaque caso a união se mantenha. O certo é que nos discursos por nós escolhidos, não existe qualquer tipo de explicação sobre o que aconteceu com o Sistema Nacional de Saúde da Escócia que explique a necessidade de este ser uma prioridade política. No entanto, a polémica instalou-se e os meios de comunicação mencionaram, várias vezes, o assunto. Ainda assim, não é do interesse das diferentes facções alimentar uma discussão muito técnica sobre este tema. O importante é incentivar uma vida plena e estável em sociedade, no fundo, estabilidade. O ‘Não’ apresenta-se como a solução imediata desta estabilidade e o ‘Sim’

apresenta-se como a opção que atingirá estabilidade depois de um período de mudanças e requalificações profundas.

Não obstante as suas diferenças, os discursos das fações em causa revelam também diversas semelhanças. Se os defensores do ‘Sim’ tentam que as gerações futuras tenham um país soberano e próspero, os unionistas querem que a decisão tomada em relação à união esteja de acordo com o que queriam as gerações futuras. É, de forma inequívoca, explorada ao máximo a dimensão emocional da relação do sujeito com a sua família, extrapolada para a identidade nacional.

A palavra ‘Soberania’ deixou de fazer parte da equação. Ainda que a importância da autonomia e do nacionalismo resida num cenário marcado pela Globalização e pelas interdependências que, hoje, são mais do que económicas - não é por acaso que a União Europeia segue em busca de uma união política plena – a ideia de pós-soberania que vem integrando nas comunidades internacionais faz com que esse conceito se torne obsoleto. A governação é multinível, e por isso a soberania não pode ser senão partilhada.

O que dizer sobre a forma como discurso político interno é ajustado ao panorama internacional? Será que absorve os discursos políticos na esfera internacional, ajustando-o à sua agenda, como determinamos numa das nossas hipóteses de trabalho no início desta investigação? O panorama internacional não parece influenciar a agenda política escocesa. Não há menções a casos como o da Escócia, como se ela se bastasse a si mesma assumindo-se como um caso único. Parece consensual a ideia de não ser precisa a comparação com casos como a Catalunha ou a Flandres, o que revela que nenhuma das partes sente necessidade de buscar fora da Escócia fontes externas para reforço da legitimidade da sua posição a favor ou contra a independência. Por outro lado, talvez a opção pela não referência seja apenas a expressão de um compreensível pragmatismo que aconselha à não associação do caso escocês a nenhuma dessas regiões, pelos melindres diplomáticos desnecessários que poderiam suscitar na cena internacional, a par de múltiplas interpretações erradas em prejuízo quer do “Sim” quer do “Não”. As palavras dos discursos foram escolhidas criteriosamente para apelar à dimensão ideológica e sentimental de uma identidade nacional específica. Ainda assim, este episódio marcante na busca pela independência poderá servir de inspiração às regiões políticas que

procuram a sua independência, desde logo porque o caso escocês decorreu sob enorme respeito mútuo e num ambiente de luta política justa, pelo que será certamente tido como um bom exemplo.

A dinâmica do referendo na Escócia acaba, por isso, por integrar-se certamente noutros discursos políticos. A agenda política é, neste sentido, uma ferramenta fundamental que, aliada à consciencialização da identidade torna o referendo escocês uma referência no panorama internacional, um exemplo a enquadrar nos discursos externos sobre questões de independência.

A política da identidade no mundo moderno presta-se a vários tipos de ideologia. Esta política proporciona - ou tenta pelo menos - uma sensação de comunidade histórica e tenta trazer ao mesmo tempo estratégias para lidar com o futuro e moldá-lo. Tenta também agradar a vários tipos de governo, seja centrais, seja os regionais que procuram adquirir alguma autonomia política. É esta a mensagem fundamental do aglomerado de discursos analisados. Os atores aqui em análise procuraram as palavras e os métodos para conseguirem fazer valer a sua ideia de comunidade, a de que importa defender os cidadãos e criar recursos políticos e sociais para provar que a autogestão é possível, seja parcial ou totalmente. Os políticos escoceses têm consciência de que, mesmo que os escoceses não estejam convictos de que a independência seja o melhor caminho, vão advogar sempre maior autonomia para a sua nação. Por isso, nunca dizem que a união significa ficar amarrado. Tratam o assunto como fenómeno de prosperidade, relacionando-o com o argumento de segurança, de que não há mudanças trágicas no funcionamento político, económico e social da Escócia.

A Escócia não tem indicadores culturais evidentes e diferenciadores como a língua ou a religião e como pudemos ver pela homogeneidade nos argumentos esgrimidos pelas duas fações, também não se distingue pelos valores sociais e políticos. No entanto, e ainda que a diferença não se faça sentir, uma nação como a Escócia não está preocupada se outros países partilham os seus valores. Tomam-nos como seus, como específicos, numa ideia de que são esses valores que tornam a sociedade unida, coesa e coerente, como pede o neonacionalismo. Tem um quadro institucional denso, daí que seja necessário enveredar pela via emocional para tentar chegar ao pensamento dos escoceses, sejam contra ou a favor da independência.

Em que pensamento político se alicerça esta campanha? Os escoceses têm de jogar em duas frentes. Se por um lado têm a sua identidade nacional assente no sentido de lugar e de comunidade, por outro lado têm os laços com o Reino Unido com quem, de certa forma, acabaram por construir uma identidade coletiva. Se o Reino Unido é uma marca forte, como alega Cameron, é porque os quatro países que fazem parte da união cooperam e permitem que assim seja. A identidade vai-se construindo com base nas relações criadas entre os indivíduos mas, mais do que isso, vai partir primeiro da consciência individual do cidadão e da condição social, económica e cultural que ele experiencia. Pode dizer-se que a identidade é simbólica, por isso, são explicitados na campanha os símbolos da identidade nacional aos eleitores e a sua relação com o futuro e com o que os rodeiam. Que forma mais pessoal de fazer chegar estes valores do que falar na descendência? Os discursos criam uma consciência comum de patriotismo, o que nos leva à definição de Smith (1991), que advoga um enfoque no conceito de pertença e no de descendência. A ideia de identidade nacional vem exatamente associada ao papel de família, que não precisa de ser de sangue, mas onde os laços são fortes pela partilha das mesmas convicções. O pensamento político do movimento *Better Together* tem precisamente esta ideia de identidade, e de legado em mente, já o *Yes Scotland* opta por recusar o medo (tática nata no movimento da oposição) e por concentrar as energias numa agenda onde se pensa no futuro, que vê a separação como a melhor oportunidade de mudança. O eleitor não se deve inquietar pois em ter mais do que simples autonomia, já que a rutura com a união proporciona uma independência que permitirá à Escócia ser, em linguagem coloquial, “dona do seu próprio nariz”.

É preciso ainda perceber que a ideia de identidade nacional é também muito fantasiada, imaginada e recriada muito para além da sua presença oficial no discurso político, ou nos programas escolares. Está também associada ao teatro, a festas, a moda, à arquitetura, ao desporto, a múltiplas manifestações da cultura popular. São fenómenos de orgulho no coletivo, forças unificadoras que criam um sentimento de partilha, de ligação para com estes elementos simbólicos e para com quem os partilha. Acabam por ser formas não absolutamente conscientes ou consciencializadas de nacionalismo.

Na nossa análise, notamos que Cameron consegue ter o discurso mais completo a todos os níveis que determinam a identidade nacional. Além de ser o mais extenso, está carregado de

símbolos, de ideias que remetem para a identidade, desde que inicia o discurso, onde explica o orgulho em ver as cores da bandeira da união representada na competição desportiva, até ao “fim”, onde pede aos eleitores que tentem persuadir os restantes a votar na união. É um discurso criteriosamente trabalhado para apelar ao sentido identitário, uma identidade coletiva na união, porque estar unido pode também ser motivo de orgulho. Acresce o facto de não pedir que o eleitor abdique das suas convicções enquanto escocês, nem que rejeite o nacionalismo que vai sendo construído. Pelo contrário, vai pedir um nacionalismo alicerçado num sistema politico-administrativo partilhado e tenta transformar a dimensão política, movendo-a para abarcar as convicções culturais e sociais do seu público-alvo. É de tradições e hábitos que estamos também a falar e como sabemos, é extremamente difícil alterar tradições com tantos séculos de história.

Podemos dizer que respondemos à nossa pergunta de partida? A campanha eleitoral espelha a identidade nacional escocesa? Tudo indica que sim, que espelha se não duas identidades, pelo menos duas visões sobre a mesma identidade escocesa. As forças políticas sabem o que move os cidadãos e jogam o que a cada uma parecem ser as cartas mais fortes neste processo de persuasão.

Mas, podemos dizer que a campanha eleitoral, nomeadamente os discursos, pela sua força e argumentação, ditam o resultado final do referendo da independência? Não estamos assim tão certos. A campanha é extremamente equilibrada nos argumentos e os métodos usados são essencialmente os mesmos: o apelo à identidade. Talvez o que tenha pesado na decisão seja o medo da mudança. Segundo o artigo do Jornal *The Guardian* (2014), já citado anteriormente, “um em cada dois apoiantes no ‘Não’ votaram contra a independência porque sentiram os riscos da moeda corrente e de uma potencial adesão à União Europeia. Os restantes votantes ficaram divididos entre o apego ao Reino Unido e a crença de que a votação não significaria poderes adicionais para o parlamento escocês”. Por outro lado, segundo uma análise feita pelo Professor associado de sociologia política da Universidade de Oxford, Steve Fisher, no mesmo artigo, os fatores socio-económicos foram um fator importante para o *Yes Scotland*, na medida em que nos locais onde este movimento venceu, as taxas de desemprego são mais elevadas do que a média escocesa. Denota-se uma tendência para a insatisfação com o governo de

Westminster. Em paralelo, o facto de a maior parte dos votos estar já decidida numa fase preliminar da campanha faz com que se deva considerar um apego à identidade britânica sem que tal se mostre conflituante com a identidade escocesa. O eleitorado escocês que votou não é em boa verdade a maior prova da dimensão pós-moderna da identidade nacional escocesa. Comprovamos assim que o discurso político espelha orientações ideológicas sobre a identidade nacional e explora a dimensão emocional da relação do sujeito com a sua identidade coletiva.

Os apelos do *Yes Scotland* e *Better Together* fornecem os assuntos sobre os quais devemos pensar, e ainda como pensar esta realidade escocesa. E o resultado não significa que as pretensões nacionalistas se percam, muito pelo contrário. A autonomia conquistada é sempre um pequeno passo de uma ambição maior. A Escócia pode ainda não estar política e economicamente preparada para abraçar a independência, mas não restam dúvidas sobre o vínculo à identidade e ao sentimento nacional.

Ficam ainda questões por responder, discursos por analisar e temas por explicitar. A investigação é isso mesmo, é deixar alguns temas para trás para focar outros, é fazer escolhas. Acima de tudo, o importante é não deixar de questionar. A independência da Escócia abalou o mundo, provou que o que no início pode parecer “uma presença sombra”, pode tornar-se o protagonista de grandes mudanças e emergir como fonte inspiradora de outros lugares, de outras comunidades, de outras lutas políticas e identitárias semelhantes. Aqui, a nação prevalece, a comunidade não a deixa desvanecer, mesmo se muito diferente do conceito de nação a que o paradigma moderno nos habituou. Entretanto, ficamos à espera de novos desenvolvimentos, sempre com um olhar atento, ávido por novos desafios de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A. J. (2001). Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade* 22, 15-32.
- Anderson, B. (1991). *Imagined Communities* (1st revised ed.). UK: Verso.
- Balakrishnan, G. (1996). *Mapping the Nation* (1st ed.). UK: Verso.
- Black, A. (2014-11-13). A brief history of Alex Salmond. *BBC News*. Retrieved from <http://www.bbc.com/news/uk-scotland-scotland-politics-28835771>
- Bressan, F. (2000). O Método do Estudo de Caso. *Administração On Line*, 1(1). http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm
- Bresser-Pereira, L. C. (2008). Nacionalismo no centro e na periferia do Capitalismo. *Estudos Avançados*, 22, 171-193.
- Brubaker, R. (1996). *Nationalism Reframed* (1st ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Cameron, D. (2014). The importance of Scotland to the UK: David Cameron's speech. *United Kingdom Government*. Retrieved 2015-07-21, from <https://www.gov.uk/government/speeches/the-importance-of-scotland-to-the-uk-david-camerons-speech>
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15, 679-684.
- Carmichael, A. (2014). Scottish independence referendum: Decision day approaches. *United Kingdom Government*. Retrieved 2015-07-21, from <https://www.gov.uk/government/speeches/scottish-independence-referendum-decision-day-approaches>
- Carvalhais, I. E. (2004). *Os Desafios da Cidadania Pós-Nacional* (1st ed.). Portugal: Edições Afrontamento.
- Carvalhais, I. E. (2007). *Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo* (1st ed.). Portugal: Principia.
- Carvalho, A. (2000). Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. *Cadernos do Noroeste: Série Comunicação: Comunicação e Sociedade* 2, 14, 143-156.

Referências Bibliográficas

- Chapman, J., & English, R. (2014-09-19). Queen's stark warning over Scottish independence vote: Monarch finally speaks out as she tells voter to 'think very carefully about the future'. *Daily Mail*. Retrieved from <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2755184/Prince-Harry-signals-backing-Union-hope-Glasgow-UK-host-Invictus-Games-year.html#ixzz3gMGHMVFI>
- Clegg, D. (2014-09-15). David Cameron, Ed Miliband and Nick Clegg sign joint historic promise which guarantees more devolved powers for Scotland and protection of NHS if we vote No. *Daily Record*. Retrieved from <http://www.dailyrecord.co.uk/news/politics/david-cameron-ed-miliband-nick-4265992>
- Costa, F. N. d. (2012). Jus Soli e Direito Humano. *Cidadania & Cultura*. Retrieved 2015-07-22, from <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/01/14/jus-soli-e-direito-humano/>
- Cruz, M. B. d. (1992). Europeísmo, nacionalismo, regionalismo. *Análise Social*, xxvii, 827-853.
- Davies, P. (2007). *The NHS in the UK: a pocket guide 2007/08* (9th ed.). London: NHS Confederation.
- Diário Digital/Lusa. (2014-09-11). Escócia/Referendo: 4,3 milhões de eleitores recenseados para votar sobre independência. *Diário Digital*. Retrieved from http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=729063
- Faria, C. F. (2000). Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 50, 47-68.
- Gellner, E. (1983). *Nations and Nationalism* (1st ed.). Oxford: Basil Blackwell.
- Greer, S. L. (2007). *Nationalism and Self-Government: The Politics of Autonomy in Scotland and Catalonia* (1st ed.). USA: State University of New York Press.
- Hobsbawm, E. J. (1992). *Nations and Nationalism since 1780* (2nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Keating, M. (2009). *The independence of Scotland* (1st ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Kedourie's M. (1966). *Nationalism* (3rd ed.). University of California: Santa Cruz.
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1989). *Power and Interdependence: World Politics in Transition* (3rd ed.). Boston: Little-Brown.
- Macwhirter, I. (2014). *Road to Referendum* (2nd ed.). UK: Cargo Publishing.

- Maxwell, J., & Torrance, D. (2014). *Scotland's Referendum: A Guide for Voters*. Luath Press.
- McCrone, D. (2001). *Understanding Scotland: The Sociology of a Nation* (2nd ed.). London: Routledge.
- McLean, I., & Gallagher, J. (2014). *Guy Lodge Scotland's Choices: The Referendum and What Happens Afterwards* (2nd ed.). UK: Edinburgh University Press.
- Nardelli, A. (2014-09-19). Were Scottish independence opinion polls misleading? *The Guardian*. Retrieved from <http://www.theguardian.com/politics/2014/sep/19/scottish-independence-opinion-polls-referendum-vote>
- Nogueira, C. (2001). Análise do Discurso. In E. M. Fernandes & L. S. Almeida (Eds.), *Métodos e Técnicas de Avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Retrieved from https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4355/1/Capitulo_analise%20do%20discurso_final1.pdf.
- Paquin, S. (2002). Globalization, European integration and the rise of neo-nationalism in Scotland. *Nationalism and Ethnic Politics*, 8, 55-80.
- Pereira, A. F. (2014-09-10). Quase em lágrimas, Cameron pediu à Escócia para não partir. *Público*. Retrieved from <http://www.publico.pt/mundo/noticia/politicos-britanicos-invadiram-a-escocia-numa-embacada-emotiva-1669258>
- Pruitt, S. (2014-09-16). The History Behind the Scottish Independence Vote. *History in The Headlines*. Retrieved from http://www.history.com/news/the-history-behind-the-scottish-independence-vote/?cmpid=Social_Facebook_HITH_09162014_2
- Qvortrup, M. (2014). *Referendums and Ethnic Conflict (National and Ethnic Conflict in the 21st Century)* (1st ed.). USA: University of Pennsylvania Press.
- Ribeiro, R. (2004). A nação na Europa: breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo. *Cadernos do Noroeste: Série Sociologia*, 22, 85-96.
- Rocha, J. M. (2014-09-12). Novas sondagens dão vantagem mínima ao "não" à independência da Escócia. *Público*. Retrieved from <http://www.publico.pt/mundo/noticia/nova-sondagem-da-vantagem-ao-nao-a-independencia-da-escocia-1669419>

Referências Bibliográficas

- Salmond, A. (2013). Vote YES on Thursday 18th September 2014. *Scottish National Party*. Retrieved 2015-07-21, from <http://www.snp.org/blog/post/2013/mar/vote-yes-thursday-18th-september-2014>
- Scottish Government. (2012a). Historic Edinburgh Agreement on referendum signed. *Scottish Government*. Retrieved 2015-07-22, from <http://wayback.archive-it.org/3011/20130201155011/http://www.scotland.gov.uk/News/Releases/2012/10/referendum15102012>
- Scottish Government. (2012b). *Your Scotland, Your Referendum*. Edinburgh: Retrieved from <http://www.gov.scot/Resource/0038/00386122.pdf>.
- Scottish Government, & United Kingdom Government. (2012). *Agreement between the United Kingdom Government and the Scottish Government on a referendum on independence for Scotland*. Edinburgh: Retrieved from <http://www.gov.scot/Resource/0040/00404789.pdf>.
- Scottish National Party. About Us. *Scottish National Party*. Retrieved 2015-07-22, from <http://www.snp.org/about-us>
- Scottish National Party. Constitution Of The Scottish National Party. <http://www.snp.org/sites/default/files/assets/documents/constitutionofthescottishnationalparty.pdf>
- Scottish National Party. (2007). SNP Manifesto Programme 2007. <http://image.guardian.co.uk/sys-files/Politics/documents/2007/04/12/SNPManifestoprogramme.pdf>
- Scottish National Party. (2014). Yes vote is a unique opportunity for jobs boost. *Scottish National Party*. Retrieved 2015-07-21, from <http://www.snp.org/media-centre/news/2014/sep/yes-vote-unique-opportunity-jobs-boost>
- Setälä, M., & Schiller, T. (2009). *Referendums and Representative Democracy* (1st ed.). USA: European Consortium for Political Research, Routledge.
- Silva, M. C. (2006). *Nação e Estado Entre o Global e o Local* (1st ed.). Portugal: Edições Afrontamento.
- Smith, A. D. (1998). *Nationalism and Modernism* (1st ed.). London: Routledge.

- Smith, A. D. (2009). *Ethno-Symbolism and Nationalism, a Cultural Approach* (1st ed.). Canada: Routledge.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo bolonha* (1st ed.). Portugal: Lidel.
- Tierney, S. (2014). *Constitutional Referendums: The Theory and Practice of Republican Deliberation (Oxford Constitutional Theory)* (1st ed.). Oxford Oxford University Press.
- Torrance, D. (2013). *The Battle for Britain: Scotland and the Independence Referendum* (1st ed.). UK: Biteback Publishing.
- United Kingdom Government. (2000). *Political Parties, Elections and Referendums Act*. UK: Retrieved from http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2000/41/pdfs/ukpga_20000041_en.pdf.
- Wells, A. (2014). How YouGov told the story of the Scottish referendum campaign. Retrieved 2015-09-16, from <https://today.yougov.com/news/2014/09/19/how-yougov-told-story-scottish-referendum-campaign/>

Referências Bibliográficas

ANEXO I – O ACORDO DE EDIMBURGO

AGREEMENT between the United Kingdom Government and the Scottish Government on a referendum on independence for Scotland

The United Kingdom Government and the Scottish Government have agreed to work together to ensure that a referendum on Scottish independence can take place.

The governments are agreed that the referendum should:

- have a clear legal base;
- be legislated for by the Scottish Parliament;
- be conducted so as to command the confidence of parliaments, governments and people; and
- deliver a fair test and a decisive expression of the views of people in Scotland and a result that everyone will respect. The governments have agreed to promote an Order in Council under Section 30 of the Scotland Act 1998 in the United Kingdom and Scottish Parliaments to allow a single-question referendum on Scottish independence to be held before the end of 2014. The Order will put it beyond doubt that the Scottish Parliament can legislate for that referendum.

It will then be for the Scottish Government to promote legislation in the Scottish Parliament for a referendum on independence. The governments are agreed that the referendum should meet the highest standards of fairness, transparency and propriety, informed by consultation and independent expert advice. The referendum legislation will set out:

- the date of the referendum;
- the franchise;
- the wording of the question;
- rules on campaign financing; and
- other rules for the conduct of the referendum.

The details of the agreement between the governments are set out in the following memorandum and draft Order, which form part of this agreement.

MEMORANDUM OF AGREEMENT

Purpose of the memorandum

1. This memorandum sets out the elements of the agreement that require legislative provision in the section 30⁶⁶ Order (“the Order”), the draft text of which is annexed to this memorandum, and the elements that have been agreed between the governments on a non-statutory basis.

Principles

2. Both governments agree that the principles underpinning the existing framework for referendums held under Acts of the UK Parliament – which aim to guarantee fairness – should apply to the Scottish Independence referendum. Part 7 of the Political Parties, Elections and Referendums Act 2000 (PPERA), provides a framework for referendums delivered through Acts of Parliament, including rules about campaign finance, referendum regulation, oversight and conduct.⁶⁷

3. Both governments agree that the referendum rules should be based on PPERA, with particular Scottish circumstances, such as the establishment of the Electoral Management Board and subsequent role of the Electoral Commission, reflected in the Referendum Bill.

Timing

4. The Order enables the Scottish Parliament to legislate for a referendum that takes place at any point before the end of 2014. The date of the poll will be for the Scottish Parliament to determine and will be set out in the Referendum Bill to be introduced by the Scottish Government. The Order requires the poll for this referendum to be held on a day with no other poll provided for by legislation of the Scottish Parliament.

⁶⁶ An Order made under section 30(2) of the Scotland Act 1998 allows modifications to be made to Schedule 5 to the Scotland Act 1998, which lists those matters that are reserved to the UK Parliament, by either adding or removing reservations.

⁶⁷ Part 7 of PPERA consists of four chapters setting out the framework for referendums held under an Act of the UK Parliament: I – Preliminary; II – Financial Controls; III – Controls on publications; and IV – Conduct of referendums.

Question

5. Both governments agree that the referendum question must be fair, easy to understand and capable of producing a result that is accepted and commands confidence.

6. The Order enables the Scottish Parliament to legislate for a referendum with one question on independence. The wording of the question will be for the Scottish Parliament to determine and will be set out in the Referendum Bill to be introduced by the Scottish Government, subject to the Electoral Commission's review process, as set out in the paragraphs which follow.

7. For referendums delivered by an Act of the UK Parliament, section 104 of PPERA requires the Electoral Commission to review the proposed question and any statement that precedes the question and to report to the UK Parliament on the intelligibility of that question. Section 10 of PPERA also provides that the Electoral Commission can provide advice and assistance to the Scottish Parliament and Scottish Government.

8. Consistent with the provisions in PPERA, the Scottish Government will refer the proposed referendum question and any preceding statement to the Electoral Commission for review of its intelligibility. Interested parties will be able to submit their views on the proposed wording to the Electoral Commission as part of the Commission's review process, in the normal way. The Electoral Commission will report on the question and this report will be laid before the Scottish Parliament. In turn the Scottish Government will respond to the report, indicating its response to any recommendations that the Electoral Commission may make.

Franchise

9. The Referendum Bill introduced by the Scottish Government will create a franchise for the referendum. Both governments agree that all those entitled to vote in Scottish Parliamentary and local government elections should be able to vote in the referendum.⁶⁸

10. The Scottish Government's consultation on the referendum also set out a proposal for extending the franchise to allow 16 and 17 year-olds to vote in the referendum. It will be for the

⁶⁸ The Scottish Parliamentary franchise enables British, Irish, qualifying Commonwealth citizens and European Union citizens resident in Scotland to vote.

Scottish Government to decide whether to propose extending the franchise for this referendum and how that should be done. It will be for the Scottish Parliament to approve the referendum franchise, as it would be for any referendum on devolved matters.

11. The Scottish Government's decision on what to propose to the Scottish Parliament will be informed by the analysis of responses to its consultation exercise and by practical considerations. The Order does not restrict the extension of the franchise in the case of this referendum.

Functions of the Electoral Commission and the Electoral Management

Board

12. Both governments agree on the importance of the referendum being overseen in an impartial way by bodies that can command the confidence of both sides of the campaign. The Electoral Commission is responsible for overseeing referendums held under PPERA. PPERA gives the Electoral Commission responsibility for:

- commenting on the wording of the referendum question;
- registration of campaigners;
- designating lead campaign organisations;
- regulating campaign spending and donations;
- giving grants to lead campaign organisations;
- publishing guidance for permitted participants;
- reporting on the referendum process;
- the conduct of the poll; and
- the announcement of the result.

13. The Electoral Commission was also given responsibility for promoting public awareness for voters in the 2011 Welsh and UK referendums.

14. Both governments agree that the Electoral Commission should fulfil all these functions in respect of the independence referendum, with the exception of the conduct of the poll and announcement of the result, and the giving of grants (the Scottish Government proposes that

there will be no grants of public money to lead campaign organisations). In its role of regulating the campaign and campaign spending, the Electoral Commission will report to the Scottish Parliament.

15. The Scottish Government proposes that the conduct of the poll and the announcement of the result should reflect the arrangements for local and parliamentary elections in Scotland and will be consistent with Scotland's electoral management structure, co-ordinated by the Electoral Management Board. The poll and count will be managed in the same way as those elections, by local returning officers (designated for the referendum as "counting officers") and directed by a Chief Counting Officer (CCO). The Scottish Government proposes that the CCO should be the Convener of the Electoral Management Board.

Referendum campaign regulation

16. Both governments agree on the importance of ensuring that the referendum campaign is subject to regulation that ensures that the referendum is fair and commands the confidence of both sides of the debate. The Referendum Bill introduced into the Scottish Parliament by the Scottish Government will include provision for the referendum rules. The governments agree the regulations for the independence referendum campaign should be based on those set out in Part 7 of PPERA.

17. The Order contains specific provision applying some of the PPERA rules to an independence referendum where it would be outside the Scottish Parliament's legislative competence to make such provision. These provisions relate to referendum campaign broadcasts and the sending of mailshots free of charge.

Referendum campaign broadcasts

18. PPERA provides that only referendum campaign broadcasts made by or on behalf of designated campaign organisations can be broadcast. The Communications Act 2003 requires Ofcom to impose licence conditions on broadcasters requiring them to observe rules set by Ofcom relating to referendum campaign broadcasts.

19. The agreement between the Secretary of State for Culture, Media and Sport and the BBC requires the BBC to broadcast referendum campaign broadcasts and provides that it is for the

BBC Trust to determine the basis on which these are broadcast. Both Ofcom and the BBC are required to have regard to the views of the Electoral Commission when making provision in respect of referendum campaign broadcasts. In both the Communications Act 2003 and the agreement with the BBC “referendum campaign broadcast” has the same meaning as in PPERA.

20. The Order makes provision applying the provisions in PPERA relating to referendum campaign broadcasts to an independence referendum. This will mean that Ofcom, the BBC and the Electoral Commission will have the same role in relation to an independence referendum as they would in relation to a PPERA referendum.

Ensuring impartiality of broadcasters

21. The governments agree that it will be important to ensure that broadcast coverage of the Referendum is impartial. Broadcasters, Ofcom and the Electoral Commission will discuss the best way to achieve this. *Free-of-charge mail-shot*

22. PPERA allows a designated campaign organisation to send one mailshot free of charge to every elector or household. This service is provided by Royal Mail and funded by the UK Parliament through the Consolidated Fund.

23. The Order makes provision applying this provision of PPERA to an independence referendum. This will enable the designated campaign organisations to send out one mail-shot free of charge to every elector or household and for the Royal Mail to recover the cost of postage from the Scottish budget (the “Scottish Consolidated Fund”).

Campaign finance

24. Both governments recognise that campaign finance will be an important issue for those campaigning in the referendum, for the Electoral Commission in regulating the referendum, and for people in Scotland. It is important for each of these that the rules are fair and provide a level playing field.

25. The Referendum Bill to be introduced by the Scottish Government will provide for the spending limits in the regulated period for the Independence referendum. Both governments agree that the rules and standards set out in PPERA provide the basis for setting the limits.

26. PPERA sets out spending limits for referendums held on a UK-wide basis and a mechanism for the Secretary of State to set the limits for sub-UK referendums by secondary legislation. In setting such limits, the Secretary of State must consult the Electoral Commission and have regard to its views. Whilst the UK Government is not statutorily required to accept the Commission's recommendations, it regards the guidance of the Electoral Commission as a key consideration and has so far always followed the advice of the Electoral Commission when setting spending limits for referendums held under the PPERA framework. If the Secretary of State does not accept the views of the Commission on the appropriate limits, he or she is statutorily obliged to lay a statement before both Houses of Parliament explaining his or her reasons for departing from its recommendations.

27. The Scottish Government proposes that the regulated period for the independence referendum should be the 16 weeks ending on the date of the referendum. In setting the spending limits for the regulated period for the independence referendum, the Scottish Government will analyse and consider the responses to its consultation, consult with both existing referendum campaigns – neither of which was in existence during the Scottish Government's consultation period – and have regard to the Electoral Commission's views and will set out its proposals, and the evidence on which these are based, before the Referendum Bill is considered by the Scottish Parliament. The Referendum Bill, including the proposed spending limits, will be subject to the established Scottish Parliamentary procedures and scrutiny. The Bill, like any other Bill in the Scottish Parliament will, when introduced, be accompanied by a Policy Memorandum. The Policy Memorandum will set out details of the consultation process for setting spending limits and details of any alternative approaches to any of the issues considered. This will include a statement of reasons if there is any departure from the Electoral Commission's advice on spending limits.

28. Donations to registered political parties are already subject to a regulatory regime established in Part 4 of PPERA. There is, therefore, no need to create an additional set of rules regulating donations to registered political parties solely for the purposes of the referendum. Political parties will not be the only bodies wishing to campaign for a particular outcome at the referendum. The Referendum Bill to be introduced by the Scottish Government will deal with controls of donations to permitted participants that are not registered parties or are minor parties. As under PPERA,

permitted participants will not be able to accept certain anonymous donations or certain donations from individuals or organisations from outside the UK. *Government activity during the 28 days before the referendum*

29. It is customary for there to be a period before elections in the UK, during which Ministers and other public bodies refrain from publishing material that would have a bearing on the election. Section 125 of PPERA sets out the restrictions that apply to Ministers and public bodies in the 28 days preceding referendums held under that Act. Both governments recognise the importance of respecting the 28-day period prior to a referendum, in the same way that both governments already respect each other's pre-election period for Parliamentary elections. The Scottish Government will set out details of restricted behaviour for Scottish Ministers and devolved public bodies in the Referendum Bill to be introduced into the Scottish Parliament. These details will be based on the restrictions set out in PPERA. The UK Government has committed to act according to the same PPERA-based rules during the 28-day period.

Co-operation

30. The United Kingdom and Scottish Governments are committed, through the Memorandum of Understanding between them and others⁶⁹, to working together on matters of mutual interest and to the principles of good communication and mutual respect. The two governments have reached this agreement in that spirit. They look forward to a referendum that is legal and fair producing a decisive and respected outcome. The two governments are committed to continue to work together constructively in the light of the outcome, whatever it is, in the best interests of the people of Scotland and of the rest of the United Kingdom.

⁶⁹ *Memorandum of Understanding and Supplementary Agreements between the United Kingdom Government, the Scottish Ministers, the Welsh Ministers, and the Northern Ireland Executive Committee*, 2000, as updated in September 2012.

ANEXO II – ARTIGO 30 DO ACTO DA ESCÓCIA DE 1998

30 - Legislative competence: supplementary.

(1) Schedule 5 (which defines reserved matters) shall have effect.

(2) Her Majesty may by Order in Council make any modifications of Schedule 4 or 5 which She considers necessary or expedient.

(3) Her Majesty may by Order in Council specify functions which are to be treated, for such purposes of this Act as may be specified, as being, or as not being, functions which are exercisable in or as regards Scotland.

(4) An Order in Council under this section may also make such modifications of—

(a) any enactment or prerogative instrument (including any enactment comprised in or made under this Act), or

(b) any other instrument or document, as Her Majesty considers necessary or expedient in connection with other provision made by the Order.

ANEXO III – POLITICAL PARTIES, ELECTIONS AND REFERENDUMS ACT 2000

Part VII

Referendums

Chapter II

Financial controls

Referendum expenses

Section

111. Referendum expenses.

112. Notional referendum expenses.

General restrictions relating to referendum expenses incurred by permitted participants

113. Restriction on incurring referendum expenses.

114. Restriction on payments in respect of referendum expenses.

115. Restriction on making claims in respect of referendum expenses.

116. Disputed claims.

Financial limits

117. General restriction on referendum expenses.

118. Special restrictions on referendum expenses by permitted participants.

Donations to permitted participants

119. Control of donations to permitted participants.

Returns

120. Returns as to referendum expenses.

121. Auditor's report on return.

122. Delivery of returns to Commission.

123. Declaration of responsible person as to return under section 120.

124. Public inspection of returns under section 120.

Chapter II

Financial controls

Referendum expenses

111.— (1) The following provisions have effect for the purposes of this Part.

(2) “Referendum expenses”, in relation to a referendum to which this Part applies, means expenses incurred by or on behalf of any individual or body which are expenses falling within Part I of Schedule 13 and incurred for referendum purposes.

(3) “For referendum purposes” means—

(a) in connection with the conduct or management of any campaign conducted with a view to promoting or procuring a particular outcome in relation to any question asked in the referendum, or

(b) otherwise in connection with promoting or procuring any such outcome.

(4) “Referendum campaign” means a campaign such as is mentioned in subsection (3)(a); and “campaign organiser”, in relation to referendum expenses, means the individual or body by whom or on whose behalf the expenses are incurred.

112.—(1) This section applies where, in the case of any individual or Notional

body—

(a) either—

(i) property is transferred to the individual or body free of charge or at a discount of more than 10 per cent. of its market value, or

(ii) property, services or facilities is or are provided for the use or benefit of the individual or body free of charge or at a discount of more than 10 per cent. of the commercial rate for the use of the property or for the provision of the services or facilities, and

(b) the property, services or facilities is or are made use of by or on behalf of the individual or body in circumstances such that, if any expenses were to be (or are) actually incurred by or on behalf of the individual or body in respect of that use, they would be (or are) referendum expenses incurred by or on behalf of the individual or body.

(2) Where this section applies, an amount of referendum expenses determined in accordance with this section (“the appropriate amount”) shall be treated, for the purposes of this Part, as incurred by the individual or body during the period for which the property, services or facilities is or are made use of as mentioned in subsection (1)(b). This subsection has effect subject to subsection (9).

(3) Where subsection (1)(a)(i) applies, the appropriate amount is such proportion of either—

- (a) the market value of the property (where the property is transferred free of charge), or
- (b) the difference between the market value of the property and the amount of expenses actually incurred by or on behalf of the individual or body in respect of the property (where the property is transferred at a discount), as is reasonably attributable to the use made of the property as mentioned in subsection (1)(b).

(4) Where subsection (1)(a)(ii) applies, the appropriate amount is such proportion of either—

- (a) the commercial rate for the use of the property or the provision of the services or facilities (where the property, services or facilities is or are provided free of charge), or
- (b) the difference between that commercial rate and the amount of expenses actually incurred by or on behalf of the individual or body in respect of the use of the property or the provision of the services or facilities (where the property, services or facilities is or are provided at a discount), as is reasonably attributable to the use made of the property, services or facilities as mentioned in subsection (1)(b).

(5) Where the services of an employee are made available by his employer for the use or benefit of an individual or body, then for the purposes of this section the amount which is to be taken as constituting the commercial rate for the provision of those services shall be the amount of the remuneration or allowances payable to the employee by his employer in respect of the period for

which his services are made available (but shall not include any amount in respect of contributions or other payments for which the employer is liable in respect of the employee).

(6) Where an amount of referendum expenses is treated, by virtue of subsection (2), as incurred by or on behalf of an individual or body during any period the whole or part of which falls within the period which is, in relation to the referendum to which the expenses relate, the referendum period then—

(a) the amount mentioned in subsection (7) shall be treated as incurred by or on behalf of the individual or body during the referendum period, and

(b) if a return falls to be prepared under section 120 in respect of referendum expenses incurred by or on behalf of the individual or body during that period, the responsible person shall make a declaration of that amount, unless that amount is not more than £200.

(7) The amount referred to in subsection (6) is such proportion of the appropriate amount (determined in accordance with subsection (3) or (4)) as reasonably represents the use made of the property, services or facilities as mentioned in subsection (1)(b) during the referendum period.

(8) A person commits an offence if he knowingly or recklessly makes a false declaration under subsection (6).

(9) No amount of referendum expenses shall be regarded as incurred by virtue of subsection (2) in respect of—

(a) the transmission by a broadcaster of a referendum campaign broadcast (within the meaning of section 127);

(b) the provision of any rights conferred on a designated organisation (or persons authorised by such an organisation) by virtue of section 110(4) and Schedule 12; or

(c) the provision by any individual of his own services which he provides voluntarily in his own time and free of charge.

(10) Paragraph 2(5) and (6)(a) of Schedule 15 shall apply with any necessary modifications for the purpose of determining, for the purposes of subsection (1), whether property is transferred to an individual or body.

General restrictions relating to referendum expenses incurred by permitted participants

113.—(1) No amount of referendum expenses shall be incurred by or Restriction on on behalf of a permitted participant unless it is incurred with the incurring authority of—

(a) the responsible person; or

(b) a person authorised in writing by the responsible person.

(2) A person commits an offence if, without reasonable excuse, he incurs any expenses in contravention of subsection (1).

(3) Where, in the case of a permitted participant that is a registered party, any expenses are incurred in contravention of subsection (1), the expenses shall not count for the purposes of sections 117 to 123 or Schedule 14 as referendum expenses incurred by or on behalf of the permitted participant.

114.—(1) No payment (of whatever nature) may be made in respect of Restriction on any referendum expenses incurred or to be incurred by or on behalf of a payments in permitted participant unless it is made by—

(a) the responsible person, or expenses.

(b) a person authorised in writing by the responsible person.

(2) Any payment made in respect of any such expenses by a person within paragraph (a) or (b) of subsection (1) must be supported by na invoice or a receipt unless it is not more than £200.

(3) Where a person within paragraph (b) of subsection (1) makes a payment to which subsection (2) applies, he must deliver to the responsible person—

(a) notification that he has made the payment, and

(b) the supporting invoice or receipt, as soon as possible after making the payment.

(4) A person commits an offence if, without reasonable excuse—

(a) he makes any payment in contravention of subsection (1), or

(b) he contravenes subsection (3).

115.—(1) A claim for payment in respect of referendum expenses Restriction on incurred by or on behalf of a permitted participant during a referendum making claims in period shall not be payable if the claim is not sent to—

(a) the responsible person, or

(b) any other person authorised under section 113 to incur the expenses, not later than 21 days after the end of the referendum period.

(2) Any claim sent in accordance with subsection (1) shall be paid not later than 42 days after the end of the referendum period.

(3) A person commits an offence if, without reasonable excuse—

(a) he pays any claim which by virtue of subsection (1) is not payable, or

(b) he makes any payment in respect of a claim after the end of the period allowed under subsection (2).

(4) In the case of any claim to which subsection (1) applies—

(a) the person making the claim, or

(b) the person with whose authority the expenses in question were incurred, may apply to the High Court or a county court or, in Scotland, to the Court of Session or the sheriff for leave for the claim to be paid although sent in after the end of the period mentioned in that subsection; and the court, if satisfied that for any special reason it is appropriate to do so, may by order grant the leave.

(5) Nothing in subsection (1) or (2) shall apply in relation to any sum paid in pursuance of the order of leave.

(6) Subsection (2) is without prejudice to any rights of a creditor of a permitted participant to obtain payment before the end of the period allowed under that subsection.

(7) Subsections (7) to (10) of section 77 shall apply for the purposes of this section as if—

(a) any reference to subsection (1), (2) or (4) of that section were a reference to subsection (1), (2) or (4) above; and

(b) any reference to campaign expenditure were a reference to referendum expenses; and

(c) any reference to the treasurer or deputy treasurer of the registered party were a reference to the responsible person in relation to the permitted participant.

116.—(1) This section applies where—

(a) a claim for payment in respect of referendum expenses incurred by or on behalf of a permitted participant as mentioned in section 115(1) is sent to—

(i) the responsible person, or

(ii) any other person with whose authority it is alleged that the expenditure was incurred, within the period allowed under that provision; and

(b) the responsible person or other person to whom the claim is sent fails or refuses to pay the claim within the period allowed under section 115(2); and the claim is referred to in this section as “the disputed claim”.

(2) The person by whom the disputed claim is made may bring an action for the disputed claim, and nothing in section 115(2) shall apply in relation to any sum paid in pursuance of any judgment or order made by a court in the proceedings.

(3) For the purposes of this section—

(a) subsections (4) and (5) of section 115 shall apply in relation to an application made by the person mentioned in subsection (1)(b) above for leave to pay the disputed claim as they apply in relation to an application for leave to pay a claim (whether it is disputed or otherwise) which is sent in after the period allowed under section 115(1); and

(b) subsections (7) and (8) of section 77 shall apply as if any reference to subsection (4) of that section were a reference to section 115(4) as applied by paragraph (a) above.

Financial limits

117.—(1) The total referendum expenses incurred by or on behalf of General any individual or body during the referendum period in the case of a restriction on particular referendum to which this Part applies must not exceed £10,000 referendum unless the individual or body is a permitted participant. expenses.

(2) Where—

(a) during the referendum period any referendum expenses are incurred by or on behalf of any individual in excess of the limit imposed by subsection (1), and

(b) he is not a permitted participant, he is guilty of an offence if he knew, or ought reasonably to have known, that the expenses were being incurred in excess of that limit.

(3) Where—

(a) during the referendum period any referendum expenses are incurred by or on behalf of any body in excess of the limit imposed by subsection (1), and

(b) the body is not a permitted participant, any person who authorised the expenses to be incurred by or on behalf of the body is guilty of an offence if he knew, or ought reasonably to have known, that the expenses would be incurred in excess of that limit.

(4) Where subsection (3)(a) and (b) apply, the body in question is also guilty of an offence.

(5) Where—

(a) at any time before the beginning of any referendum period, any expenses within section 111(2) are incurred by or on behalf of an individual or body in respect of any property, services or facilities, but

(b) the property, services or facilities is or are made use of by or on behalf of the individual or body during the referendum period in circumstances such that, had any expenses been incurred in respect of that use during that period, they would by virtue of section 111(2) have constituted referendum expenses incurred by or on behalf of the individual or body during that period, the appropriate proportion of the expenses mentioned in paragraph (a) shall be treated for the

purposes of this section as referendum expenses incurred by or on behalf of the individual or body during that period.

(6) For the purposes of subsection (5) the appropriate proportion of the expenses mentioned in paragraph (a) of that subsection is such proportion of those expenses as is reasonably attributable to the use made of the property, services or facilities as mentioned in paragraph (b).

118.—(1) Schedule 14 has effect for imposing, in connection with a referendum to which this Part applies, limits on referendum expenses incurred by or on behalf of permitted participants during the referendum period in the case of that referendum.

(2) Where any referendum expenses are incurred by or on behalf of a permitted participant during any such period in excess of any limit imposed by Schedule 14, then—

(a) if the permitted participant is a registered party falling within section 105(1)(a)—

(i) the responsible person or any deputy treasurer of the party is guilty of an offence if he authorised the expenses to be incurred by or on behalf of the party and he knew or ought reasonably to have known that the expenses would be incurred in excess of that limit, and

(ii) the party is also guilty of an offence;

(b) if the permitted participant is an individual falling within section 105(1)(b), that individual is guilty of an offence if he knew or ought reasonably to have known that the expenses would be incurred in excess of that limit;

(c) if the permitted participant is a body falling within section 105(1)(b)—

(i) the responsible person is guilty of an offence if he authorised the expenses to be incurred by or on behalf of the body and he knew or ought reasonably to have known that the expenses would be incurred in excess of that limit, and

(ii) the body is also guilty of an offence.

(3) It shall be a defence for a permitted participant or other person charged with an offence under subsection (2) to show—

Anexos

(a) that any code of practice for the time being issued under paragraph 3 of Schedule 13 was complied with in determining the items and amounts of referendum expenses to be entered in the relevant return under section 120, and

(b) that the limit would not have been exceeded on the basis of the items and amounts entered in that return.

(4) Section 117(5) and (6) shall apply, for the purposes of this section, sections 120 to 123 and Schedule 14, in relation to an individual or body that has become a permitted participant as they apply for the purposes of section 117 in relation to an individual or body that is not a permitted participant. Schedule 14, any reference to referendum expenses incurred by or on behalf of a permitted participant during the referendum period includes any referendum expenses so incurred at any time before the individual or body became a permitted participant.

Donations to permitted participants

119. Schedule 15 has effect for controlling donations to permitted participants that either are not registered parties or are minor parties.

Returns

120.—(1) Where—

(a) any referendum expenses are incurred by or on behalf of a permitted participant during any referendum period (within the meaning of section 102), and

(b) that period ends, the responsible person shall make a return under this section in respect of the referendum expenses incurred by or on behalf of the permitted participant during that period.

(2) A return under this section must specify the referendum to which the expenditure relates and must contain—

(a) a statement of all payments made in respect of referendum expenses incurred by or on behalf of the permitted participant during the referendum period in question;

(b) a statement of all disputed claims (within the meaning of section 116);

(c) a statement of all the unpaid claims (if any) of which the responsible person is aware in respect of which an application has been made, or is about to be made, to a court under section 115(4); and

(d) in a case where the permitted participant either is not a registered party or is a minor party, a statement of relevant donations received in respect of the referendum which complies with the requirements of paragraphs 10 and 11 of Schedule 15.

(3) A return under this section must be accompanied by—

(a) all invoices or receipts relating to the payments mentioned in subsection (2)(a); and

(b) in the case of any referendum expenses treated as incurred by virtue of section 112, any declaration falling to be made with respect to those expenses in accordance with section 112(6).

(4) Subsections (2) and (3) do not apply to any referendum expenses incurred at any time before the individual or body became a permitted participant, but the return must be accompanied by a declaration made by the responsible person of the total amount of such expenses incurred at any such time.

(5) The Commission may by regulations prescribe a form of return which may be used for the purposes of this section.

(6) In this section “relevant donation” has the same meaning as in Schedule 15.

121.—(1) Where during any referendum period the referendum expenses incurred by or on behalf of a permitted participant exceed £250,000, a report must be prepared by a qualified auditor on the return prepared under section 120 in respect of those expenses.

(2) The following provisions, namely—

(a) section 43(6) and (7), and

(b) section 44, shall apply in relation to the appointment of an auditor to prepare a report under subsection (1) or (as the case may be) an auditor so appointed as they apply in relation to the appointment of an auditor to carry out an audit under section 43 or (as the case may be) an auditor so appointed.

122.—(1) Where—

a) any return falls to be prepared under section 120 in respect of Commission. referendum expenses incurred by or on behalf of a permitted participant, and

(b) an auditor's report on it falls to be prepared under section

121(1), the responsible person shall deliver the return to the Commission, together with a copy of the auditor's report, within six months of the end of the relevant referendum period.

(2) In the case of any other return falling to be prepared under section 120, the responsible person shall deliver the return to the Commission within three months of the end of the relevant referendum period.

(3) Where after the date on which a return is delivered to the Commission under this section, leave is given by a court under section 115(4) for any claim to be paid, the responsible person shall, within seven days after the payment, deliver to the Commission a return of any sums paid in pursuance of the leave accompanied by a copy of the court order giving the leave.

(4) The responsible person commits an offence if, without reasonable excuse, he—

(a) fails to comply with the requirements of subsection (1) or (2) in relation to a return under section 120;

(b) delivers a return which does not comply with the requirements of section 120(2) or (3); or

(c) fails to comply with the requirements of subsection (3) in relation to a return under that subsection.

123.—(1) Each return prepared under section 120 in respect of referendum expenses incurred by or on behalf of a permitted participant must be accompanied by a declaration which complies with subsection (2) and is signed by the responsible person.

(2) The declaration must state—

(a) that the responsible person has examined the return in question;

(b) that to the best of his knowledge and belief—

(i) it is a complete and correct return as required by law, And

-
- (ii) all expenses shown in it as paid have been paid by him or a person authorised by him.
- (3) The declaration must also state, in a case where the permitted participant either is not a registered party or is a minor party, that—
- (a) all relevant donations recorded in the return as having been accepted by the permitted participant are from permissible donors, and
- (b) no other relevant donations have been accepted by the permitted participant.
- (4) A person commits an offence if—
- (a) he knowingly or recklessly makes a false declaration under this section; or
- (b) subsection (1) is contravened at a time when he is the responsible person in the case of the permitted participant to which the return relates.
- (5) In this section “relevant donation” has the same meaning as in Schedule 15.

124.—(1) Where the Commission receive any return under section 120 they shall—

- (a) as soon as reasonably practicable after receiving the return, make a copy of the return and of the documents accompanying it available for public inspection; and
- (b) keep any such copy available for public inspection for the period for which the return or other document is kept by them.
- (2) If the return contains a statement of relevant donations in accordance with section 120(2)(d), the Commission shall secure that the copy of the statement made available for public inspection does not include, in the case of any donation by an individual, the donor’s address.
- (3) At the end of the period of two years beginning with the date when any return or other document mentioned in subsection (1) is received by the Commission—
- (a) they may cause the return or other document to be destroyed; but
- (b) if requested to do so by the responsible person in the case of the permitted participant concerned, they shall arrange for the return or other document to be returned to that person.

ANEXO IV – DISCURSO DE DAVID CAMERON

The importance of Scotland to the UK: David Cameron's speech

7th February 2014

“I want to thank Glasgow Caledonian for co-hosting this event.

This is a fantastic, forward-looking university, and we are very grateful for your support today, as we are to the Lee Valley Velo Park for hosting us in this magnificent space.

Less than 2 years ago, this velodrome was a cauldron of excitement. Chris Hoy was ripping round at 40 miles per hour. I was up there. I had a whole seat but believe me I only used the edge of it. 3 more golds – an incredible night. But for me, the best thing about the Olympics wasn't the winning; it was the red, the white, the blue. It was the summer that patriotism came out of the shadows and came into the sun. Everyone cheering as one for Team GB. And it's Team GB I want to talk about today. Our United Kingdom.

Last year, the date for the Scottish referendum was fixed. The countdown was set. And today we have just over 7 months until that vote. Centuries of history hang in the balance. A question mark hangs over the future of our United Kingdom. If people vote yes in September, then Scotland will become an independent country. There will be no going back. And as I have made clear, this is a decision that is squarely and solely for those in Scotland to make.

Now, I believe passionately that it is in their interests to stay in the United Kingdom. That way Scotland has the space to take decisions, while still having the security that comes with being part of something bigger. From Holyrood they can decide what happens in every hospital, every school, every police station in Scotland. And in the United Kingdom, Scotland is part of a major global player. Now those are the arguments that we will keep on putting until 18th September, but it is their choice, their vote.

But my argument today is that, while only 4 million people can vote in this referendum, all 63 million of us are profoundly affected. There are 63 million of us who could wake up on 19th September in a different country, with a different future ahead of it. That's why this speech is addressed not so much to the people of Scotland but to the people of England, Wales and Northern Ireland. Within these countries, there are a whole range of different views about this referendum.

There are those I'd call the 'quiet patriots' – people who love the United Kingdom, love our flag and our history, but think there's nothing much that they can do to encourage Scotland to stay in the UK, so they stay out of the debate.

Then there are the 'shoulder shruggers' – people who are ambivalent about the outcome, who think this doesn't matter much to anyone south of the border. Their view is that, if Scotland left the UK, then yes, that would be sad, but we could just wave them a wistful goodbye and carry on as normal.

And then there are those – only a few – who think we'd be better off if Scotland did leave the UK; that this marriage of nations has run its course and it needs a divorce.

Now, today I want to take on all these views: the idea we'd be better off without Scotland; the idea that this makes no difference to the rest of the UK; and the idea that, however much we might care, we in England, Wales and Northern Ireland can have no voice in this debate because we don't have a vote. All of the above are wrong.

We would be deeply diminished without Scotland. This matters to all of our futures, and everyone in the UK can have a voice in this debate. I want to make this case by putting forward what, to me, are the 4 compelling reasons why the United Kingdom is stronger with Scotland within it.

The first is our connections with each other. Over 3 centuries we have lived together, worked together and frankly we've got together: getting married, having children, moving back and forward across our borders. Such is the fusion of our bloodlines that my surname goes back to the West Highlands and, by the way, I am as proud of my Scottish heritage as I am of my English or my Welsh heritage.

The name Cameron might mean ‘crooked nose’, but the clan motto is ‘let us unite’, and that is exactly what our islands and our nations have done. Today, 800,000 Scots live elsewhere in the United Kingdom, and more than 400,000 people who were born in the rest of the UK now live in Scotland. And there are millions of people who do business over the border every single day, like the farmers in Lincolnshire who grow some of the barley that’s used in Scotch whisky.

The United Kingdom is an intricate tapestry; millions of relationships woven tight over more than 3 centuries. That’s why for millions of people there is no contradiction in being proud of your Scottishness, your Englishness, your Britishness – sometimes all at once. Now some say that none of this would change with independence, that these connections would stay as strong as ever. But the fact is all these connections, whether it’s business or personal, they are eased and strengthened by the institutional framework of the United Kingdom.

When the Acts of Union were passed, the role of the state was limited to things like defence, taxes and property rights. Since then the state has transformed beyond recognition and our institutions – they have grown together like the roots of great trees, fusing together under the foundations of our daily lives.

You don’t need a customs check when you travel over the border; you don’t have to get out your passport out at Carlisle; you don’t have to deal with totally different tax systems and regulations when you trade; you don’t have to trade in different currencies.

Our human connections – our friendships, relationships, business partnerships – they are underpinned because we are all in the same United Kingdom, and that is number 1 reason why we are stronger together.

The second is our prosperity. Some people look at the United Kingdom only in terms of debit and credit columns, tax and spend, and how that gets split between our 4 nations. But that completely misses the bigger picture. This is a world that has been through massive economic storms, where economic competition is heating up as never before, where we have to work harder than ever just to make a living.

And in that world of uncertainty, we are quite simply stronger as a bigger entity. An open economy of 63 million people; we're the oldest and most successful single market in the world, and with one of the oldest and most successful currencies in the world. That stability is hugely attractive for investors. Last year we were the top destination for foreign direct investment in Europe. That is a stamp of approval on our stability and I would not want to jeopardise that.

But let me be clear. The central part of my economic argument for the UK is not about what we'd lose if we pulled apart, but about what we could gain in this world if we stay together. This government has set out a long-term economic plan for Britain: getting behind enterprise, dealing with our debts, a plan to give the people of this country peace of mind and security for the future.

And it's not just a plan; it is a vision. The United Kingdom as the big European success story of this century – moving from an island sinking under too much debt, too much borrowing, too much taxation to a country that is dynamic, exporting, innovating, creating. And Scotland is right at the heart of that vision. Why? Well, I could give you the list of the Scottish strengths, the historic universities like Edinburgh, Aberdeen, Glasgow and St Andrews; the great industries, from food processing to financial services, from ship-building to science. But it's not about Scotland's strengths as some sort of bolt-on extra. It's about what we, the constituent parts of the United Kingdom, can achieve together – the power of collaboration. It is there in our past.

When the Scottish enlightenment met the industrial revolution, intellectual endeavour and commercial might combined to shape global economic ideas. And that power of collaboration is there today. Together we're stronger at getting out there and selling our products to the world.

Take Scotch whisky. Whether I'm in India or China, there is barely a meeting abroad when I don't bang the drum for whisky abroad. Now, of course, the First Minister fights hard for those deals too, but the clout we have as a United Kingdom gives us a much better chance of getting around the right tables, bashing down trade barriers, getting deals signed. And the result: Scotch whisky adds £135 to the UK's balance of payments every single second.

And together we're stronger to lead in the industries of the future. Take green energy. We have the wind and the waves of Scotland, decades of North Sea experience in Aberdeen and, with the rest of the UK, a domestic energy market of tens of millions of people to drive and support these new industries. 2 years ago we set up the Green Investment Bank. Based in Edinburgh, it's

invested across the United Kingdom, helping a Scottish distillery to fit sustainable biomass boilers, financing a new energy centre at Addenbrooke's Hospital in Cambridge. This is what happens when we collaborate.

We have come through the great recession together: our deficit down by a third; our economy growing; our exports to China doubled. And I believe we stand a much, much better chance of building a prosperous future together.

Now, the third reason we're stronger together is our place in the world. Together, we get a seat at the UN Security Council, real clout in NATO and Europe, the prestige to host events like the G8. Together we've got the finest armed forces on our planet. I think of the fighter pilots originally operating from RAF Lossiemouth who flew sorties over Libya; the legendary Scottish titles now part of the Royal Regiment of Scotland, like the Black Watch and the Highlanders. I think of the shipyards on the Forth and Clyde, where – alongside shipyards in the rest of the UK – they are building the Queen Elizabeth aircraft carrier, launching this year to secure the seas and to keep us safe.

Now to some all this might sound like national vanity. It's the view that, if the UK split up and our role in the world shrank, would that really matter so much. But this is a country that earns its living through its international ties with millions of our citizens living abroad. When ships are ambushed on lawless seas, that hits our trade. When the middle class in China is set to grow by millions a year that presents huge opportunities for our jobs back home here in the UK. The world shapes us, so our place in the world – that really matters.

And make no mistake: we matter more as a United Kingdom – politically, militarily, diplomatically and culturally too. And our reach – our reach is about so much more than military might; it's about our music, our film, our TV, our fashion. The UK is the soft power superpower. You get teenagers in Tokyo and Sydney listening to Emeli Sandé. You get people in Kazakhstan and Taiwan watching BBC exports like Sherlock; there's a good example. Written by a Scot a hundred years ago, played by an Englishman today and created for TV by a Scotsman. The World Service, transmitting to hundreds of millions. Famously Aung San Suu Kyi has said it helped her through her long years of detention, saying, 'Everywhere I've been, the BBC has been with me.' And the BBC itself, founded by a Scotsman.

My wife, Samantha, is an ambassador for the British Fashion Council and she sees and raves about the international impact of our fashion, helped along massively by Scottish designers like Christopher Kane and Jonathan Saunders. Sometimes we can forget just how big our reputation is – that the world over the letters ‘UK’ stand for unique, brilliant, creative, eccentric, ingenious. We come as a brand – and a powerful brand. Separating Scotland out of that brand would be like separating the waters of the River Tweed and the North Sea. If we lost Scotland, if the UK changed, we would rip the rug from our own reputation. The fact is we matter more in the world if we stay together.

These are all, I believe, compelling practical reasons for the United Kingdom to stick together. But, pounds and pence, institutional questions – that’s not really what it’s about for me. It’s about the slave who escaped his master after the American Revolution because he was offered liberty and land by the British crown. In gratitude, he named himself this: British Freedom. It’s about Lord Lovat on the beach on D-Day, the bagpipes playing as his brigade landed ashore. It’s about HMS Sheffield, HMS Glasgow, HMS Antrim, HMS Glamorgan – grey ships ploughing through those grey seas for 8,000 miles to the Falkland Islands – and for what? For freedom. Because this is a country that has never been cowed by bullies and dictators. This is a country that stands for something. And this, really, is why I’m standing here today: our shared values. Freedom. Solidarity. Compassion. Not just overseas, but at home.

In this country, we don’t walk on by when people are sick, when people lose work, when people get old. I know when you talk about an Englishman, a Welshman, a Scotsman, a Northern Irishman, it might sound like the beginning of a bad joke, but it’s actually how we started our NHS, our welfare system, our state pension system. And these values, they’re not trapped in the pages of a history book – they’re live. When the people of Benghazi were crying out for help, when a girl in Pakistan was shot for wanting an education, when children around the world are desperate for food or for aid, we don’t walk on by.

And let’s be clear. Our values are not just a source of pride for us; they are a source of hope for the world. In 1964, Nelson Mandela stood in the dock in the Pretoria Supreme Court. He was making the case for his life, against apartheid, and in that speech he invoked the example of Britain. He said, ‘I have great respect for British political institutions, and for the country’s system

of justice.’ He said, ‘I regard the British Parliament as the most democratic institution in the world.’ Our Parliament, our laws, our way of life – so often, down the centuries, the UK has given people hope. We’ve shown that democracy and prosperity can go hand in hand; that resolution is found not through the bullet, but the ballot box. Our values are of value to the world. In the darkest times in human history there has been, in the North Sea, a light that never goes out. And if this family of nations broke up, something very powerful and very precious the world over would go out forever.

So there is a moral, economic, geopolitical, diplomatic and yes – let’s say it proudly – emotional case for keeping the United Kingdom together. But still, however strongly we feel, we can be a reticent nation. It can seem vulgar to fly the flag. Some people have advised me to stay out of this issue, and don’t get too sentimental about the UK. But frankly, I care too much to stay out of it. This is personal.

I have an old copy of *Our Island Story*, my favourite book as a child, and I want to give it to my 3 children, and I want to be able to teach my youngest, when she’s old enough to understand, that she is part of this great, world-beating story. And I passionately hope that my children will be able to teach their children the same; that the stamp on their passport is a mark of pride; that together these islands really do stand for something more than the sum of our parts; they stand for bigger ideals, nobler causes, greater values. Our brilliant United Kingdom: brave, brilliant, buccaneering, generous, tolerant, proud – this is our country. And we built it together, brick by brick: Scotland, England, Wales, Northern Ireland. Brick by brick. This is our home, and I could not bear to see it torn apart.

I love this country. I love the United Kingdom and all it stands for, and I will fight with everything I have to keep us together. And so I want to be clear to everyone listening: there can be no complacency about the result of this referendum. The outcome is still up in the air and we have just 7 months to go: 7 months to do all we can to keep our United Kingdom as 1; 7 months to save the most extraordinary country in history. And we must do whatever it takes.

So to everyone in England, Wales and Northern Ireland, everyone like me, who cares about the United Kingdom, I want to say this: you don’t have a vote, but you do have a voice. Those voting, they’re our friends, they’re our neighbours, they’re our family. You do have an influence. So, get

Anexos

on the phone, get together, email, tweet, speak; let the message ring out from Manchester to Motherwell, from Pembrokeshire to Perth, from Belfast to Bute, from us to the people of Scotland. Let the message be this: we want you to stay. Think of what we've done together, what we can do together, what we stand for together.

Team GB. The winning team in world history. Let us stick together for a winning future too. Thank you.”

ANEXO V – DISCURSO DO PARTIDO NACIONALISTA ESCOCÊS

Yes vote is a unique opportunity for jobs boost

Scottish National Party, Tuesday, 16/09/2014

A Yes vote on Thursday will give the people of Scotland a unique opportunity to secure the job creating powers we need.

On a visit to Steel Engineering in Renfrew – a company which works in the renewable energy industry – Deputy First Minister Nicola Sturgeon and Cabinet Secretary for Finance John Swinney – will highlight the opportunity of independence to build on our strong economic foundations and secure a more job opportunities for Scotland.

With two days of campaigning left before the people of Scotland will have the opportunity to vote Yes and to put Scotland's future into Scotland's hands Deputy First Minister Nicola Sturgeon said:

“Scotland is amongst the wealthiest countries in the world. As an independent nation we would start from the strongest possible economic foundations and using the powers that come from voting Yes we will be able to build from these foundations.

“Scotland has the wealth, the confidence and the abilities to be a successful independent nation. With a yes vote on Thursday we can secure the job creating powers that will enable us to make the most of all our opportunities.

“A Yes vote is a chance to elect a government that will be focussed on a job creation policy solely for Scotland and a government that will use the wealth of our economy to support public services like the NHS and to invest in our future.

Anexos

“At present we have a Tory government we didn’t vote for determined to cut spending and investment in Scotland. And we have seen Westminster government’s stand by while Scotland’s manufacturing industry was decimated.

“Only a Yes vote will ensure we have full powers over job creation – enabling us to create more and better jobs across the country. So instead of almost 40,000 young people leaving Scotland each year as is currently the case there will be more opportunities for our young people here at home.”

Meeting apprentices at Steel Engineering Finance Secretary John Swinney said:

“Scotland has immense natural resources with 10% of Europe’s wave energy and 25% of Europe’s wind and tidal potential – energy resources that can help to reindustrialise our economy.

“In life sciences, tourism, food and drink and manufacturing we have the skills, the talents, the resources and the people. There is no doubt Scotland has what it takes to be a successful independent country.

“With a Yes vote on Thursday we can grow our economy and grow our revenues.

“By having the power to make decisions about our own future we can choose to invest our wealth and our resources in manufacturing, in renewables, and innovation.

“We can ensure access to high quality education and training is available to all and where our recovery has been slowed by Tory spending cuts – we can elect governments who will pursue economic policies that are right for Scotland.

“Thursday’s referendum is a golden opportunity for Scotland to vote Yes and to build an even stronger economy for future generations.

ENDS

ANEXO VI – DISCURSO DE ALISTAIR CARMICHAEL

Scottish independence referendum: Decision day approaches

Scottish Secretary Alistair Carmichael

18 August 2014

After a long campaign, decision day is nearly here. In just a month, voters in Scotland will go to the polls to decide our nation's future.

It's an irreversible decision and not one to be taken lightly. Nor is it one to be made on a whim or without thought of the consequences – and these could be far-reaching.

This is not like a general election. There will be no second chances and no trial run. We can't go back into the polling booth in five years' time and vote to return to the United Kingdom. If Scotland votes yes, the rest of the United Kingdom will continue without Scotland and the union which has served us so well for 300 years will be no more.

Because it's such an important decision I really feel it's incumbent on all of us to make an informed choice. Future generations won't thank us if we make the wrong decision.

And it's not hard to get the facts you need. There's a wealth of information out there and leaflets from both sides of the debate have been delivered to every Scottish household as well as an impartial guide from the Electoral Commission.

Here are three questions which I think everyone should ask themselves before they head into the polling booths:

Do you know what currency you would have in your pocket in the event of an independent Scotland? All three main UK parties have already ruled out the possibility of a currency union. What would this mean for you? The currency is not like a CD collection to be divided up at the point of divorce.

Anexos

How would your pension and mortgage be affected by a vote for independence? The UK's broad shoulders and strong financial position mean lower interest rates and more secure pensions. You've been paying for these major assets most of your life so it's vital you are confident what will happen to them.

Are you confident that you're making the right decision – not just for Scotland's future but for your children and grandchildren and generations to come? Voting for independence is a one way ticket and there will be no going back.

As we prepare for the final push in the independence referendum campaign, one thing which nobody should be in any doubt about is that we are standing on the brink of history. The clock is ticking and our date with destiny is drawing nearer.

ANEXO VII – DISCURSO DE ALEX SALMOND

Vote YES on Thursday 18th September 2014

Alex Salmond

I'm delighted to lead a Government that today introduces a bill offering the people the opportunity to vote for an independent Scotland.

The Scottish Independence Referendum Bill is the most important legislation to have been introduced since the Scottish Parliament was reconvened– not in itself, but what it enables Scotland to achieve with the powers of an independent country.

The parties in this chamber disagree fundamentally about the merits of independence. However, it is important to acknowledge the Referendum Bill itself is a product of consensus and co-operation.

The Edinburgh Agreement which the Prime Minister and I signed last October has been followed by legislation in this Parliament and Westminster and gives the Scottish Parliament clear authority to organise a referendum.

In drafting the bill which enables that referendum, the Scottish Government has been aided by the 26,000 responses we received to our consultation on this legislation.

As a result, we are today meeting the commitment we gave under the Edinburgh Agreement. The independence referendum will be designed, built and delivered in Scotland. It will meet the highest international standards of fairness and transparency. And it will ask the very clear question which has been approved by the Electoral Commission: “should Scotland be an independent country?”

We should not underestimate the importance to the wider world of a nation deciding its future by debate and democracy. It's something we should all take pride in – whether Yes or No – that our ancient nation of Scotland is making its way in the 21st century according to the highest possible standard of popular consent.

I will set out the most significant provisions of the referendum, although given the extent of the prior consultation, these will not come as a great surprise.

The bill makes clear that the Electoral Commission will have overall responsibility for overseeing the referendum.

It sets out detailed arrangements for the conduct of the referendum, including arrangements for polling stations, voting and counting procedures and postal and proxy voting. All of these are in line with procedures for Scottish Parliament elections.

And it ensures that spending during the 16 week campaign period will obey the limits proposed by the Electoral Commission just as both Governments will abide by the strictures of the 4 week election period.

The Bill does not set out who can vote in the referendum. Provisions to enable 16 and 17 year olds to vote are included in the Scottish Independence Referendum (Franchise) Bill which we published earlier this month. The Franchise Bill also defines who is eligible to vote in the referendum and that of course includes service and Crown personnel.

Overall, the Bill ensures that the referendum will be internationally recognised as a fair, open and truly democratic process.

There is no doubt that in the months that follow we will see vigorous discourse and discussion on both sides of the independence debate, in the airts and pairts and communities the length and breadth of the Country.

It is incumbent upon all of us for our part, as parliamentarians, to lead by example and ensure the level of this hugely important debate matches the expectations of the people who elect us.

Devolution has already shown how this Parliament has used its current powers to improve lives.

Police and justice reforms have helped to cut crime and reoffending. We have begun to tackle Scotland's long-standing public health problems through the public smoking ban and legislation for alcohol minimum pricing.

And throughout the Parliament's history under successive administrations, we have used our powers – for progressive purposes – such as free personal care, pioneering homelessness legislation, an end to tuition fees, and protecting the National Health Service.

With a measure of independence on health, on education and on law and order we have all contributed to Scotland being a better place.

Let us consider what we could do with Scottish control of the economy, of international representation and of security.

We know that last year Scotland stood £4.4 billion better off than the rest of the UK- that is £824 for every man, woman and child in the Country. But we don't have the ability to invest or save that money to the benefit of our future generations.

On international representation, why would we wish to be represented by sceptics of Europe when we could be influential and respected?

On defence why would this nation of 5 ¼ million people elect to waste billions on weapons of mass destruction, when we have still have thousands waiting for a decent home and a life chance?

Presiding Officer, next year the choice facing the people is one of two futures:

A No vote means a future of governments we didn't vote for imposing cuts and policies we don't support.

A Yes vote means a future where we can be absolutely certain, one hundred per cent certain, that the people of Scotland will get the government they vote for.

Figures from the United Nations published in 2009 showed that out of all the world's richest nations - income inequality in the UK was among the highest.

The draconian welfare reforms such as cuts to child benefits and the bedroom tax will only serve to make the situation worse. This is despite 90% of Scottish MPs voting against these measures!

Anexos

Now this Parliament can and will continue to take decisions to try and mitigate the very worst of these ill-thought policies. But the key word, Presiding Officer, is mitigate. Until we have the full powers of independence – we cannot prevent them from being foisted on the people of Scotland.

The choice becomes clearer with each passing day– the opportunity to use our vast resources and talent to build a better country, or to continue with a Westminster system that simply isn't working for Scotland.

Presiding Officer, it's worth reflecting just for a moment on the privilege that this nation and this generation will have. Nothing less than choosing the future course of our country, in a democratic referendum made here in Scotland.

We have been on a journey from 1999 - since the restoration of our Parliament here in the heart of our ancient capital- we have witnessed a growing confidence and increase in democratic accountability.

I'm honoured to announce that on Thursday 18th September 2014 we will hold Scotland's referendum – a historic day when the people will decide Scotland's future.

That will be the truly historic day for our nation. The day when the people will decide Scotland's future.

That is only 547 days away and I believe it will be the day we take responsibility for our country.

When we are able to speak with our own voice, choose our own direction and contribute in our own distinct way.

The day we stand up on our own two feet –and claim a future where we do not stand alone.

When we gain a new, more modern relationship with the other nations of the UK – a true partnership of equals.

When we will be part of a European framework but on an equal basis and when we will engage as a responsible member of the international community.

Presiding Officer, It will require effort and commitment to make our country as good as we know it can be to secure prosperity and social justice.

I believe on 18th September 2014 the people of Scotland will vote YES to create a better Country than what we have today: one we can pass on with pride to the next generation.

ANEXO VIII – DISCURSO DE BLAIR MCDUGALL

BLAIR MCDUGALL

Wednesday 17 September 2014

Scottish independence - the NO comment: We cannot risk our children's future

They will have more job opportunities, more secure funding for schools and hospitals

When I started this campaign two years ago I had no children. At the end of the longest campaign in Scottish history I now have two. I am voting No because it means a better future for my kids. They will have more job opportunities, more secure funding for the schools and hospitals they will rely on.

Most people I talk to think that devolution has been a success. The decisions we have made in our Parliament have been backed by the financial power of the bigger UK. Every man, woman and child in Scotland enjoys spending which is £1,200 higher than the UK average.

We can have progress in Scotland without the risks of separation. More decisions made in Scotland are guaranteed with the power to raise more money to invest in our NHS, more powers to help people back to work, more power over welfare. – a ideia de que a Escócia pode crescer na mesma, independentemente de se separar ou não do Reino Unido.

When change is coming we simply don't need to take the risk of breaking away from the economic strength and security of the UK.

And the risks are very real. Just a few days ago we saw £2.3bn taken out of the Scottish economy as investors worried about the break-up of the UK. We have heard from the people who run our high street shops, from Iceland to John Lewis, that breaking up the UK risks higher prices. We have heard some of our biggest employers, from shipyards to financial services, say that closing the door on our biggest customer risks jobs.

Anexos

After two and half years there is a feeling Alex Salmond has left us with more questions than answers. If you haven't heard a convincing answer from him on what will happen to the pound, your pension, your pay by now, it is because he hasn't got any answers.

The vote you cast will be the most important decision you are asked to make. If you have unanswered questions, if you simply don't know, then you have to vote no. For all our children and for generations to come.